

História e Cultura

ISSN: 2238-6270

Revista editada pelo corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Dossiê: Linguagens da História

História e Cultura, Franca, São Paulo, v.1, n.1, 2012.

Site: <http://seer.franca.unesp.br/>

Apresentação

É com muita satisfação que damos a público o primeiro número da revista **História e Cultura**, publicação semestral *on-line* produzida e editada pelo corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), com sede na cidade de Franca.

A necessidade de uma publicação dessa natureza há muito se fazia sentir. Não é fácil, para um pós-graduando, poder dispor de espaço para divulgar suas pesquisas e trocar ideias com outros estudiosos – professores ou alunos – que investigam os mesmos temas aos quais ele se dedica. Normalmente, as publicações acadêmicas são por sua própria natureza seletivas, privilegiando autores já titulados; tal procedimento, aliás, é explicável, já que se torna necessário para assegurar uma boa qualificação no sistema Qualis CAPES.

Na prática, o recurso mais usual para pós-graduandos divulgarem suas pesquisas é o das comunicações, em congressos científicos. Sem dúvida, trata-se de um excelente meio de divulgação, mas de alcance bem menos amplo do que o de uma revista periódica, já que nem sempre os respectivos Anais são publicados e os resultados das pesquisas ficam restritos, na maioria das vezes, ao âmbito oral e à publicação de resumos.

História e Cultura propõe-se a divulgar produções escritas pelos próprios discentes, procurando, assim, dar seu contributo para que pós-graduandos *stricto sensu* da UNESP e de outras instituições universitárias de todo o Brasil, tanto alunos de História quanto de disciplinas afins, divulguem seus trabalhos. Pretende, ainda, facultar um espaço livre para debates e trocas de informação e de conhecimentos. No ambiente acadêmico, mais talvez do que em qualquer outra área da vida humana, têm importância fundamental os debates e trocas de conhecimentos. Sem eles, a vida intelectual se estagna, morre e se deteriora.

Pelo sistema que adotamos para o funcionamento da revista, as equipes editoriais serão sempre temporárias e renováveis ano a ano. Cada volume, composto por dois números, será feito por uma equipe responsável, a qual será auxiliada pelos suplentes que, por sua vez, poderão se responsabilizar como titulares pelo próximo volume. Estes contarão, por sua vez, com o auxílio de um novo grupo de colegas que farão a revista seguinte, e assim por diante. O objetivo desse critério é, de um lado,

favorecer que a revista seja sempre renovada e dinâmica, e de outro possibilitar que um maior número de discentes nela trabalhem e adquiram, assim, conhecimento prático do funcionamento de uma revista acadêmica.

A fim de se constituir numa publicação transparente e fidedigna, **História e Cultura** encontra-se estruturada a partir de um Conselho Editorial e um Conselho Consultivo com membros nacionais e internacionais. Em consonância com seus objetivos, pratica a avaliação dos artigos propostos sempre às cegas e por pares.

Este primeiro número é composto de um dossiê temático, de dois artigos livres, de um texto de um doutor convidado e de uma resenha bibliográfica. A partir do próximo número, deveremos incluir também, como seção estável, uma entrevista.

O dossiê temático deste primeiro número, intitulado “Linguagens da História”, foi organizado pelas doutorandas Milena da Silveira Pereira e Gilmar Yoshihara Franco, ambas membros titulares do Conselho Editorial, as quais também se incumbiram da sua introdução, a qual vem logo a seguir a esta mensagem inicial dos Editores. Às duas, assim como ao seletivo grupo de articulistas que participaram com seus textos desse dossiê – André Luiz Cruz Tavares, Carla Ferreti Santiago e Débora de Viveiros Pereira, Danilo Medeiros Gazzotti, Frederico Alves Mota, Gustavo dos Santos Prado e Rubens Arantes Correa – nossos agradecimentos pela valiosa colaboração.

Esta revista traz, também, dois artigos livres. O primeiro deles, de autoria de Elisângela Chaves e Luciano Pereira da Silva, doutorandos em Educação pela UFMG, estuda práticas educativas utilizadas em grupos escolares mineiros, nas primeiras décadas do século XX, com enfoque principal na educação corporal. Baseado em depoimentos orais e na análise de outros documentos, o artigo possibilita aos leitores um interessante mergulho numa realidade cultural e social muito rica e cheia de significados, na fase de transição do Brasil agrário e patriarcal para a modernização, característica do período estudado.

O segundo, escrito por Vanessa Braga Matijascic, doutoranda em História pela UNESP-Franca, aborda o caso do Haiti, analisando em profundidade, numa perspectiva histórica, o passado conturbado dessa nação centro-americana; focaliza criticamente o papel das forças armadas e policiais no processo político haitiano e apresenta um balanço geral das influências externas que o país sofreu, especialmente na última década do século XX.

Na seção seguinte, o doutor convidado Alessandro de Almeida apresenta uma proposta de compreensão dos meios de comunicação alternativos do final do século XX e início do XXI, a partir da série *Os Simpsons*, inserindo sua perspectiva no debate

político atual brasileiro, cujo ambiente “progressivamente, torna-se palco da democracia e das lutas por transformação na sociedade brasileira”.

Fecha a revista uma resenha bibliográfica, da qual se incumbiu um dos editores. Nela, a obra resenhada foi *Dom Luís de Orléans e Bragança: peregrino de impérios*, recentemente publicada pela Profa. Dra. Teresa Maria Malatian.

Aqui fica, pois, lançado a público o primeiro número de **História e Cultura**. É um modesto primeiro passo, mas é um passo... E, como nos ensina a milenar sabedoria chinesa a nós transmitida por Confúcio, toda grande caminhada sempre começa por um primeiro passo.

Agradecemos, em nome de todo o Conselho Editorial, a todos os autores deste número que, além de contribuírem com seus textos, aceitaram, junto conosco, participar deste projeto, assim como aos avaliadores anônimos.

Ao encerrar estas breves palavras, não queríamos deixar de consignar nosso agradecimento pelo apoio e incentivo recebido do Conselho do Programa de Pós-Graduação da UNESP de Franca, coordenado pela Profa. Dra. Tania da Costa Garcia, e, de modo muito especial, da Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva. Sem sua constante e eficaz ajuda, sem sua experiência e *savoir-faire*, esta revista jamais teria sido possível.

Helena Amália Papa
Armando Alexandre dos Santos
Editores Gestão 2011-2012

Introdução ao dossiê *Linguagens da História*

A Revista **História e Cultura** apresenta, no seu primeiro número, o dossiê *Linguagens da História*, composto por seis artigos que refletem sobre a relação entre a história e as diversas linguagens que o homem utiliza para expressar as relações que mantém com o mundo circundante (literatura, música, cinema, religião, política, etc.). Relações, a propósito, cada vez mais foco da atenção do historiador contemporâneo.

Pensar as linguagens não apenas como meio de expressão da experiência humana, mas como objeto incontornável para entendermos a própria historicidade das formas de conhecimento e construção do passado só se tornou possível a partir de uma redefinição dos rumos do conhecimento histórico. A desnaturalização do vínculo entre história e narrativa a partir do século XX teve um papel fundamental nessa mudança. A narração, que tinha sido tomada como elemento intrínseco da história, passa a ser pensada como elemento que interfere nos sentidos da história.

Se essa história como narrativa de acontecimentos sofreu, no início do século XX, um significativo ataque pelos pioneiros da Escola dos Annales, os quais propuseram uma diluição da forma narrativa da história, foi a partir da década de 70 do século XX que a forma narrativa como fundamento da história recobrou força. O termo narrativa passou a ser defendido como próprio da história, ou seja, a nova história narrativa não significou o retorno da narrativa dos eventos, mas o redimensionamento da forma narrativa da história, sem desconsiderar suas complexas articulações com a ficção. A ênfase sobre a dimensão narrativa da história, ou melhor, o redimensionamento do papel da linguagem no discurso histórico, desse modo, ampliou as possibilidades da escrita da história e abriu o caminho para novas abordagens.

Ao levantar a problemática das *Linguagens da História*, o dossiê pretende refletir sobre os novos campos da história e os problemas que decorrem do uso de novos objetos, ou seja, evidenciar as perspectivas que tem os historiadores acerca dos diálogos da história com outros discursos sobre o homem. Por muito tempo, a história escrita foi pensada apenas através de um conjunto restrito de tipos de documentos, os quais, segundo a historiografia tradicional, permitiam distingui-la claramente de outras disciplinas e especialmente da ficção. Aqui, ao contrário, temos o propósito de mostrar como as diferentes linguagens que fazem a história ajudam a produzir um passado e, por isso mesmo, devem elas próprias serem examinadas em sua historicidade.

Vejam os como as diferentes linguagens são trabalhadas pelos autores que compõem o dossiê.

No artigo de abertura, André Luiz Cruz Tavares busca analisar o papel dos compêndios de História Universal, utilizados no Ensino Secundário durante a Primeira República do Brasil (1889-1930), para a construção de uma identidade republicana. Tomando o político como linguagem para a empreitada, Tavares examina como os autores desses manuais encontraram na Roma republicana – especialmente nos discursos de Marco Túlio Cícero, grande defensor do modelo da República romana – um exemplo político e jurídico a ser seguido pelo Brasil daquele tempo.

Próximo da temática abordada por André Luiz Cruz Tavares, Rubens Arantes Correa pretende, a partir da produção cronística de Raul Pompéia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* e intitulada “Da Capital”, remontar a política na última década do século XIX. No texto, além de destacar como Pompéia denuncia aspectos do tumultuado período que compreende os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, Correa aponta a perspectiva do cronista sobre o cotidiano carioca e a falta de estrutura da capital do país. A literatura, pelas crônicas de Raul Pompéia, aparece no artigo como uma linguagem possível para “reconfigurar o debate político nos momentos iniciais da República no Brasil, marcado por disputas em torno de projetos de nação em construção”.

O trabalho de Carla Ferreti Santiago e Débora Viveiros Pereira, ao explorar a arte nas páginas do jornal mineiro *Diário da Tarde*, entre os anos de 1968-1978, apresenta uma história dos “movimentos de contracultura em Belo Horizonte”. As autoras destacam como a capital mineira foi palco de atuação de bandas musicais, de grupos teatrais e de produções artísticas que buscavam distanciar-se dos cânones oficiais para se expressarem; e como tais manifestações foram retratadas negativamente pelo periódico *Diário da Tarde*. De um modo geral, o artigo busca perceber como sociedades com valores e padrões morais conservadores lidam com expressões artísticas que inauguram novos padrões estéticos e estabelecem linguagens não convencionais de arte.

Outra linguagem presente num dos artigos que compõem o dossiê é a música. Gustavo dos Santos Prado busca captar a sociedade brasileira dos anos 80, do século XX, pela música, em especial o Rock. Através da análise das letras e das melodias do Rock produzido nos anos 80, Prado acredita ser possível mapear os dilemas, medos, anseios, dúvidas e questionamentos da juventude e entender o Brasil daquele tempo.

A religião também é umas das linguagens exploradas pelos dois últimos autores do dossiê. Danilo Medeiros Gazzotti estuda a difusão do Priscilianismo – uma interpretação dissonante da doutrina oficial da Igreja – na região da *Gallaecia* e como essa “heresia” foi interpretada pelo bispo Idácio de Chaves. Este, durante seu bispado, deixou suas impressões acerca dos acontecimentos no império em uma crônica que abrange desde a elevação de Teodósio I a condição de imperador em 379 d.C. até o ano de 469 d.C. Por meio do testemunho deste episcopal, Gazzotti busca compreender os conflitos e as disputas de poder que opunham essa heresia ao projeto institucionalizante de controle do cristianismo proposto pela Igreja Católica.

O estudo do corpo e das formas pelas quais os indivíduos com ele se relaciona é o foco do último artigo do dossiê, de Frederico Alves Mota. Partindo do papel da linguagem religiosa para a criação de normas e padronização do comportamento, Mota tem por objetivo analisar as representações religiosas produzidas pela Renovação Carismática Católica no que se refere à sexualidade, mais especificamente acerca da homossexualidade. Ao exaltar a heterossexualidade, o discurso da Renovação Carismática procura associar o homossexualismo as mais diversas patologias, bem como equalizar o comportamento homossexual a suscetibilidade às influências das forças do mal. Tal linguagem, segundo Mota, pretende homogeneizar as práticas espirituais e os comportamentos sexuais, numa tentativa de reafirmar os dogmas que por séculos tem dado sustentação aos postulados da Igreja Católica.

Finalizada esse breve apresentação ao dossiê, esperamos que as *Linguagens da História* suscitem reflexões e debates sobre as práticas do historiador, seus objetos, suas possibilidades de abordagens e os diálogos com outros campos do conhecimento. Agradecemos a colaboração dos autores ao dossiê e desejamos uma boa leitura.

Milena da Silveira Pereira
Gilmara Yoshihara Franco

Aspectos da representação de Marco Túlio Cícero nos compêndios de História Universal do Ensino Secundário na Primeira República Brasileira (1889-1930)

Aspects of the representation of Marcus Tullius Cicero in textbooks on Universal History of the Secondary Education in the First Brazilian Republic (1889-1930)

André Luiz Cruz TAVARES*

Resumo: O artigo tem como objetivo o estudo das origens e das características da representação de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) nos compêndios de História Universal utilizados no Ensino Secundário durante a Primeira República do Brasil (1888-1930), bem como a utilização dessa representação na construção identitária nacional republicana brasileira no início do século XX.

Palavras-chave: Cícero – República – Brasil.

Abstract: This paper aims to study the origins and characteristics of the representation of Marcus Tullius Cicero (103-46 BC) in textbooks on Universal History used in Secondary Education during the First Republic of Brazil (1889-1930), as well as use of this representation in the Brazilian republican national identity construction in early twentieth century.

Keywords: Cicero – Republic – Brazil.

Introdução

Moses Finley, no conhecido livro *A Política no Mundo Antigo*, afirma categoricamente que, se existe um período em que os atores políticos definiram com incomum clareza seus propósitos políticos e seus respectivos posicionamentos sociais, esse período é, sem sombra de dúvida, aquele relacionado às últimas décadas da era republicana romana antiga (FINLEY, 1997, p.13-14). Diante dos efeitos devastadores das convulsões sociais e do impacto das disputas militares internas que acabaram minando a credibilidade das instituições republicanas romanas no primeiro século antes de Cristo, esses atores políticos antigos não tiveram outra opção se não demarcar com extrema vivacidade suas propostas políticas e institucionais, bem como apontar com rara convicção e certeza as possíveis soluções para os problemas e conflitos que permearam as décadas que antecederam o advento do Principado Romano.

* Mestre em História – Doutorando em História - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Univ. Estadual Paulista, Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. Bolsista FAPESP, sob orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho e da Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva. E-mail: andrelectavares@yahoo.com.br

E nesse conturbado contexto, aquele que melhor expressou as preocupações e os anseios políticos da aristocracia oligárquica que então dominava os ameaçados quadros institucionais republicanos romanos foi Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.). Segundo Ciro Flamarion Cardoso (1998, p. 69-88), Cícero foi um político de reconhecida atuação durante a fase mais violenta e incerta da era republicana romana, e seus escritos, tratados e estudos produzidos durante esse período evidenciam mais que a simples defesa do regime republicano e de suas instituições: suas obras destacam principalmente a importância da manutenção do poder aristocrático como fundamento da ordem republicana. De sua ampla produção intelectual e epistolar, duas obras se destacam nesse sentido: o *De re publica (Da República)*, escrito entre os anos de 54-52 a.C., e o *De Legibus (Das Leis)*, escrito entre 51-43 a.C.. No primeiro livro, Cícero expõe suas reflexões político-filosóficas sobre o regime de governo republicano romano centrando sua argumentação na defesa do caráter aristocrático dessas instituições. Já na segunda obra, considerada como uma continuação da primeira, Cícero apresenta suas reflexões sobre o ordenamento jurídico romano existente pautado na primazia do poder político senatorial como fator de estabilidade e ordem para a república romana.

Dessa forma, o conjunto dessas obras citadas nos indica que, para Cícero, a ordem republicana somente seria mantida se o poder político (a *auctoritas*) permanecesse nas mãos daqueles preparados para governar, ou seja, nas mãos dos *optimates*, os membros mais tradicionais e virtuosos da aristocracia romana.

Entretanto, essa imagem de defensor do poder aristocrático romano naturalmente atrelada à figura de Cícero nem sempre foi uma constante no imaginário político ocidental. Mesmo não havendo dúvidas sobre sua intransigente defesa do caráter aristocrático da república romana, tanto sua imagem quanto sua obra foram amplamente ressignificadas no mundo político contemporâneo, com o objetivo de atender as necessidades e interesses de certos grupos e setores sociais. Esses interesses eram muitas vezes diferentes e até contrários àqueles defendidos pelo antigo filósofo e magistrado romano. A utilização dessa ressignificação ciceriana esteve presente também no universo político republicano brasileiro, especialmente nos movimentos oficiais de construção identitária que surgiram após a derrubada do regime imperial em 1889. O que mais nos interessa nessa análise, pautada na observação do conteúdo de certos compêndios de História Universal utilizados na rede de ensino pública brasileira nas primeiras décadas do século XX, é que essa versão instrumentalizada de Cícero, a partir de uma visão particular da história republicana romana, acabou fortemente atrelada aos ideais democráticos defendidos pela plebe e pelos setores sociais mais carentes de

Roma, transformando Marco Túlio Cícero no verdadeiro “herói” democrático antigo, defensor incontestado dos direitos fundamentais e da participação política popular. O que temos nessa representação, portanto, é a exposição de uma verdadeira contraparte histórica do personagem político “original” e consagrado, que era, por sua vez, essencialmente aristocrático e conservador do ponto de vista político e social. Dessa forma, nosso principal objetivo nessa comunicação é delinear algumas considerações sobre as influências e os interesses que guiaram a confecção dessa representação democrática de Cícero nesses manuais didáticos brasileiros para, num segundo momento, refletir sobre a importância dessa representação para o movimento de criação de uma nova identidade nacional nas primeiras décadas do século XX, republicana e cidadã, diferente daquela concebida e implementada durante o Período Imperial brasileiro.

A Primeira República no Brasil e o Liberalismo Oligárquico

A Primeira República foi um período sem igual na história do Brasil contemporâneo. Inaugurada em 1889 num golpe de Estado, resultante da articulação política de diversos segmentos sociais, como os fazendeiros do café, os militares e os bacharéis, a República brasileira nasceu de uma série de reivindicações e protestos que colocaram em xeque as antigas instituições imperiais.

Segundo Angela de Castro Gomes (2009), dois eventos institucionais acabaram delineando toda a cultura política da Primeira República brasileira. O primeiro deles ocorreu ainda no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca e foi concretizado com a aprovação de um novo texto constitucional para o Brasil, em 24 de janeiro de 1891. Inspirada na Constituição norte-americana, essa nova carta constitucional acabou por definir e estabelecer os parâmetros institucionais que marcariam todo o período: o estabelecimento no país de um regime político republicano, presidencialista e federativo, pautado, por sua vez, numa concepção política liberal e democrática que, nos anos seguintes, se desenvolveu de forma muito peculiar e limitada.

O segundo pilar da cultura política republicana foi estabelecido durante o governo do quarto presidente, o paulista Campos Sales (1898-1902), com a inauguração da chamada “Política dos Governadores”. Segundo Ana Luiza Backes (2006), Campos Sales, ao determinar a primazia do Poder Executivo sobre os outros poderes do Estado, procurou consolidar as forças políticas dominantes nos estados – as chamadas oligarquias estaduais – prestigiando-as e apoiando-as contra os setores de oposição. Em

troca, exigia o apoio irrestrito dessas oligarquias junto às decisões do governo federal. O instrumento utilizado por Campos Sales e seus sucessores para executar essa estratégia política foi o controle da *Comissão Verificadora de Poderes*, órgão do Poder Legislativo controlado pelo Executivo encarregado de verificar os resultados eleitorais e determinar aqueles que seriam diplomados ou “degolados”, medida que impôs ao Legislativo uma condição de severa subserviência e controle que, por sua vez, incapacitava a formação no plano federal de qualquer oposição significativa contra as medidas do Executivo.

E foi dessa forma que as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais conseguiram afastar de vez os setores oposicionistas do poder e instaurar mecanismos econômicos legais voltados quase que exclusivamente para os interesses da cafeicultura, incisivamente representados no plano político pelos Partidos Republicanos Paulista e Mineiro, cuja hegemonia não encontrou rivais de peso nos quadros oligárquicos de outros estados nesse período, geralmente divididos e enfraquecidos por disputas político-partidárias internas.

Esse conjunto de inovações no plano político-institucional acabou por formatar a ação governativa e a cultura política republicana subsequente, consolidando o chamado *Liberalismo Oligárquico*, marca indelével do regime nas primeiras décadas do século XX. Maria Efigênia Lage de Resende (2006, p. 89-120) afirma que tal denominação denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política que, contraditoriamente ao pressuposto teórico republicano de governo destinado a servir a coisa pública, teve seu foco e significado extremamente limitado em relação ao processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil. Menos de 4% da população brasileira estava oficialmente habilitada ao exercício do voto e da participação política. Muitos movimentos populares acabaram encontrando pouco espaço para sua elaboração e divulgação, geralmente obstaculizados e extirpados da pauta política pela forte repressão dos órgãos de segurança pública do Estado. Nos municípios, o coronelismo corroborava o poder das oligarquias estaduais por meio do controle eleitoral e da coerção econômica da população, predominantemente rural e analfabeta. No início da década de 1920, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a tão sonhada república inaugurada em 1889 mostrava sinais claros de suas limitações no plano democrático, trazendo em sua esteira um clima generalizado de grande decepção e desconfiança em relação aos princípios libertadores republicanos que haviam derrubado o Império. Os republicanos históricos, ou seja, aqueles intelectuais e

bacharéis que vivenciaram a campanha republicana e a derrubada do Império, eram aqueles que mais sentiam e expressavam esse clima de desilusão e descontentamento com o rumo tomado pela República brasileira.

Nesse contexto, especialmente marcado pelo sentimento de descrédito em relação à política, orbitavam no imaginário coletivo político brasileiro várias propostas e projetos políticos que tentaram definir e consolidar uma nova identidade nacional para o “novo” Brasil republicano. Todas essas propostas partilhavam a missão de instaurar uma nova ideia de nação no Brasil da época, uma nação republicana e cidadã, compatível com os novos tempos.

Não trataremos aqui da totalidade das propostas identitárias que surgiram durante a Primeira República. Concentraremos nosso foco na proposta identitária considerada oficial, ou seja, naquela que partiu dos órgãos e instituições vinculadas ao Estado que, por sua força, excelência e abrangência, ocupava posição privilegiada na disputa das representações que buscavam a hegemonia no imaginário coletivo nacional da época. Sendo a educação pública a principal ferramenta da disseminação dessa proposta (NAGLE, 2009), encontramos nos manuais e compêndios didáticos as principais prerrogativas que delinearão e estruturaram essa proposta identitária, divididas, grosso modo, da seguinte maneira: enquanto os manuais do Ensino Primário se dedicavam ao ensino da História da Pátria e de seus “heróis” republicanos, no Ensino Secundário, considerado um segmento de ensino voltado para a formação das elites políticas brasileiras, os compêndios tratavam dos temas relacionados ao desenvolvimento histórico humano geral, ou seja, trabalhavam-se nesse segmento de ensino os temas relacionados à História Universal. A História Antiga era justamente ensinada nesse segmento de ensino, presente já no início do programa de conteúdos dos compêndios aqui estudados. Dessa forma, devemos tratar esse segmento como *locus* privilegiado das representações da História Romana Antiga e, conseqüentemente, da representação ciceriana presente em seus conteúdos.

A escolha desses compêndios do Ensino Secundário foi orientada por vários motivos: ora pela importância e relevância intelectual de seus autores (Maya, 2009), ora pela grande difusão e uso desses manuais no período estudado, ficando latente, portanto, a ideia de que esses manuais expressam, em linhas gerais, um padrão de narrativa encontrado também em outros materiais pedagógicos da mesma natureza.

Dessa forma, os compêndios escolhidos para essa análise foram o *Elementos da História Universal* (1923), editado pela F.T.D. (Frère Théophile Durant), dos Irmãos Maristas, um dos compêndios mais utilizados durante o período, e o *Noções de História*

Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal (1920), dos professores Joaquim Osório Duque-Estrada e Leôncio Correia, cujos autores, além de serem republicanos históricos e intelectuais de prestígio no período, também ocuparam cargos docentes e administrativos naquele que era considerado o modelo de instituição de ensino secundário na Primeira República: o Colégio Pedro II.

A essência do ensino da História Universal durante a Primeira República era fornecer subsídios científicos que corroborassem a inserção do Brasil em um movimento civilizatório mais amplo, cujo centro de referências estava na cultura europeia contemporânea (em especial, na cultura francesa) e que, por sua vez, deitava suas raízes nos primórdios da Antiguidade Clássica Greco-romana. A História do Brasil era, nessa perspectiva, um desdobramento natural da evolução política do Ocidente. Além disso, buscavam-se na História Universal as razões que explicassem não só as origens da República no universo político ocidental, mas também as características do melhor modelo republicano que a História poderia oferecer naquele momento ao mundo contemporâneo.

A História Romana

E dentro dessa perspectiva, a História Romana Antiga ocupava um papel muito bem definido. Segundo os compêndios de História Universal, cada civilização antiga *apresentava instituições sociais com características básicas*, o que poderíamos chamar de uma espécie de “marca” fundamental e indelével que guiaria o desenvolvimento de cada uma delas ao longo do tempo. Tal tipologia elevava o estudo da civilização romana a um *status* único e privilegiado do ponto de vista político na Antiguidade, como vemos a seguir na passagem destacada do Compêndio Correia/Duque-Estrada:

As instituições características dos Hebreus foram as *religiosas*; as dos Gregos *as artes, a philosophia e as sciencias*; as dos Romanos *a política e o direito*. É, pois, através do desenvolvimento de taes instituições que devemos estudar o gênio e o caráter de cada uma das civilizações elaboradas por aquelles povos (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 7).

Já o Compêndio F.T.D. desenvolveu a seguinte exposição sobre a importância da História Romana:

[...] De todo o mundo antigo, é a civilização romana que mais nos interessa, porque foi ella que mais influencia exerceu sobre nós; todos nossos jurisconsultos meditam e aprofundam sua admirável sciencia do direito; copiamos sua vigorosa e poderosa administração central e municipal; estudamos seus grandiosos monumentos, sua literatura tão bella e cheia de bom senso, sua língua, enfim, mãe da nossa língua portugueza (F.T.D., 1923, p. 119).

Fica evidente, portanto, que o papel da História Romana Antiga nos compêndios, tendo em vista o desenvolvimento de suas instituições particulares, seria a de servir de *modelo político e jurídico* para as nações modernas e contemporâneas. Esse “papel” da História Romana antiga, essa “função” determinada claramente nos manuais aqui abordados é um dos pontos mais importantes dessa ressignificação do passado romano, pois essa representação, que pode ser vista como uma simples consequência do caráter literário clássico humanista que orientava a educação secundária, evidencia não só essa tendência humanística clássica óbvia, mas também a escolha estrategicamente tomada pelos autores (nacionais e estrangeiros) sobre a definição de uma “origem” que permitisse conferir aos sistemas republicanos contemporâneos uma legitimidade e continuidade histórica “inquestionáveis”: a opção adotada pelos autores dos compêndios foi atribuir ao povo romano antigo (e ao seu prestigiado legado cultural) a responsabilidade de fornecer *o modelo de organização ideal para as comunidades políticas do século XX*.

Assentada na experiência vivenciada pelos romanos, a República romana surge nos compêndios como o ápice dessa civilização, uma verdadeira época de ouro envolta em valores cívicos da maior grandeza. Relata o compêndio F.T.D.:

Pelos costumes dos Romanos, vemos como um povo prospera e como dechae. Nos bellos tempos da República, o povo romano era composto de lavradores e soldados, inimigos da molleza e do luxo, affeitos á frugalidade, aos sacrificios, observadores do respeito, da obediência, da disciplina, da constancia, da coragem, da abnegação. Mas tarde, as riquezas e os prazeres corromperam os costumes e produziram depois dos Antoninos e no Baixo Império (Império do Oriente) o mais abjecto aviltamento (F.T.D., 1923, p. 119).

A “República Democrática Romana”

Um dos pontos de destaque da narrativa dos compêndios nessa descrição da História Romana está presente na explicação da instauração do regime republicano romano. Fica muito perceptível que os autores descrevem a expulsão da realza etrusca

e a proclamação da República Romana não como um golpe desferido pela aristocracia patricia contra os monarcas estrangeiros, mas como um *movimento essencialmente popular*, contraditoriamente encabeçado por dois representantes da aristocracia patricia romana. A implantação do regime republicano de governo, mesmo sendo inicialmente descrita como uma iniciativa do grupo aristocrático, foi fruto, segundo os compêndios, de um movimento das massas, uma revolta social popular enaltecida pela defesa da honra vilipendiada de Lucrecia pelos “estrangeiros”, fato que desencadeou uma série de mudanças estruturais na economia e nos costumes da sociedade romana. É importante ressaltar também que o Senado romano, bem como a ação dos cônsules e magistrados, são pouco citados ao longo de toda a descrição da história romana, talvez como um artifício de confirmação desse “aspecto popular” da República Romana. Sobre a origem da República romana, afirma o compêndio F.T.D. e o Correa/Duque-Estrada, respectivamente:

[...] Estabelecimento da republica: Afim de substituir os reis, *o povo romano*, reunido em seus comícios, creou 2 cônsules. Eleitos por um anno, esses dois cônsules tinham mais ou menos os poderes e as honras da realeza (itálico nosso. F.T.D., 1923, p. 78).

[...] A república era, pois, aristocrática e patricia. [...] Deu-se então uma revolta dos plebeus, que se retiraram para o monte sagrado (o Aventino), de onde só voltaram depois de conseguirem a nomeação de dous magistrados annuaes (tribunos da plebe), escolhidos entre os plebeus e encarregados de *defender os interesses populares* (itálico nosso. CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 90).

Dessa forma, fica latente a classificação do sistema republicano romano como um sistema de governo cujo *poder estava centrado no povo*, uma verdadeira *república democrática*, sendo que seu aprimoramento seguiu necessariamente a progressiva conquista de direitos políticos por parte dos plebeus. Essa tendência popular do governo republicano romano foi levada ao extremo nos compêndios, como podemos perceber nos trechos seguintes:

Gravado em 12 taboas de bronze, este código foi chamado a *lei das doze taboas*. Proclama a igualdade civil, isto é, que a mesma lei se aplica a todos os cidadãos sem distinção; [...] Reconhece ainda o princípio de *soberania do povo*. « O que o povo ordenar em ultimo lugar será lei » (F.T.D., 1923, p. 79).

Tentando oppôr-se ainda ás pretensões da plebe, trataram os patricios de criar novas magistraturas, como a *censura*, a *pretura*, a *edilidade* e a *questura*; mas, graças aos esforços dos tribunos, foram os plebeus

adquirindo o direito de aspirar a todas ellas, e até mesmo ao consulado, conseguindo, por fim, as próprias funções de pontífices. Esta ultima conquista estabeleceu definitivamente a egualdade política e religiosa das duas classes e instituiu em Roma a verdadeira *republica democrática* (302 a.C.). A luta entre patrícios e plebeus havia durado dous séculos (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 91).

Por outro lado, a descrição do advento do sistema imperial romano de governo nos manuais estudados não compartilha dessa mesma conotação, apresentando, inclusive, uma narrativa inversa à adotada na descrição da implantação da República romana: se, por um lado, a instauração da República foi resultado de um movimento popular, as “sementes” do Império romano foram criadas pela guerra civil que, por sua vez, tem sua origem ligada aos conflitos internos relacionados à questão da cidadania romana e às rivalidades e disputas vivenciadas pelos principais generais de Roma durante o século I a.C..

O fim da República Romana

Todavia, segundo os manuais, quais foram as razões que promoveram a depreciação dos valores políticos e morais republicanos e o surgimento do sistema imperial em Roma?

Esta resposta pode ser encontrada na forma como as *conquistas territoriais romanas* foram tratadas pelos autores dos manuais. Em última instância, essas conquistas, iniciadas no princípio da época republicana, são interpretadas como uma das principais causas da derrocada do sistema republicano romano e, num contexto mais amplo, da própria “civilização” romana. O compêndio Correa/Duque-Estrada estabeleceu que

A luta de Roma e Carthago é um facto de grande importância e graves consequências, porque paralizou a assimilação dos povos italianos, desorientando a política romana, cuja força e originalidade residia na idéia nacional.

Offuscada essa, a Republica teve que imitar o typo carthaginez. A oligarchia que d’ahi nasceu, dominando imperialmente as províncias, desorganizou a ordem social, acarretou a ruína do regimen republicano, a sua dissolução num império, e o abortamento do plano tão admiravelmente iniciado (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 93).

Sobre o fim da República romana, o compêndio F.T.D. compartilhava da mesma explicação:

[...] Decadência moral e política – Dora em diante, Roma era o árbitro do mundo. Mas tantas conquistas produziram tristes resultados; houve primeiro uma decadência moral. Roma era em demasia rica e poderosa. « Para vingar-se, o mundo nos deu seus vícios, » disse o poeta Juvenal. O Oriente trouxe a Roma seu luxo, sua molleza, suas supertições infames; a Grécia, sábia e corrupta, ensinou aos Romanos a impiedade e a depravação. Então, desapareceram para sempre os costumes antigos, rudes e austeros, as velhas crenças, o respeito da divindade e da religião (F.T.D., 1923, p. 79).

Como visto, o *contato com os povos de fora da Península Itálica*, por meio da força do avanço militar e da conquista territorial, trouxeram, segundo os compêndios aqui estudados, as “sementes” para a desagregação do sistema republicano de governo. Para Leôncio Correia e Duque-Estrada, a política imperialista romana fora das fronteiras itálicas era contrária aos ditames republicanos, pois colidia, segundo os autores, com uma ideia curiosa, mas visivelmente clara, de que o Estado romano encontrava na Península suas “fronteiras naturais”.

Cícero e a República Democrática Romana

Uma figura histórica de peso ganhou ainda mais destaque nessa descrição histórica romana presente nos compêndios, não só por suas ações voltadas para a defesa do sistema republicano romano de governo, mas também por sua importante produção intelectual que, em seu conjunto, acabou definindo parte do legado cultural e político de Roma: essa figura é nada mais nada menos que Marco Túlio Cícero. Cícero foi representado nos manuais como o grande ícone da época e das “virtudes” republicanas democráticas, sendo apresentado com uma exposição tão magnânima que sua figura chega até a eclipsar, em certos momentos, a própria pessoa e legado de Augusto dentro do conjunto dessas narrativas. Ao comentar sobre a cultura romana, os manuais deixam transparecer essa tendência, em especial o compêndio Correa/Duque-Estrada:

O gênio romano culminou em Cícero, que é toda uma bibliotheca de obras primas: é a idade de ouro da literatura latina, impropriamente chamada de *século de Augusto*, porque começa verdadeiramente muito antes d'elle e é de preferência o século de Cícero e de César (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 108).

Em relação ao *cursus honorum* de Cícero, os dois compêndios são unânimes em declará-lo como o grande defensor das instituições republicanas e o maior inimigo

daqueles que pretendem usurpar o poder, sendo considerado nos textos como o *Pai da Pátria*, o grande herói republicano de Roma:

[...] Conjuração de Catilina – Um jovem patricio, Catilina, devasso, sobrecarregado de dívidas, tentou então assenhorar-se do poder e saquear Roma. O mais eloquente orador romano, *Cícero*, cônsul naquele tempo, descobriu a conspiração atacou-a em pleno senado na celebre oração denominada *primeira catilinária* e reprimiu-a pela morte dos conjurados; por este serviço, recebeu do senado o titulo de Pae da Pátria (62) (F.T.D., 1923, p. 109-110).

[...] Cícero é o maior dos oradores judiciários e, ao mesmo tempo, poeta, philosopho, jurisconsulto, epistolographo, cônsul, magistrado, administrador das províncias e salvador da Republica (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 110).

Sua prestigiada vida e trajetória política só encontrariam fim diante da formação do segundo triunvirato composto por Otaviano, Lépido e Antônio, sendo este último responsável pelo mando de sua morte, justificada por sua manifesta oposição de Cícero contra o general:

Esses triunviros não imitaram a clemência de César: fizeram listas de proscricção contra seus adversários. Antonio exigiu a cabeça de Cícero e estava na mesa quando recebeu este despojo sangrento; a cruel *Fulvia*, sua mulher, furou com uma agulha a língua eloquente que pronunciara as Philíppicas contra Antônio (F.T.D., 1923, p. 98).

Influências da Representação Ciceriana

Chegamos finalmente à análise das influências filosóficas, políticas e conceituais que guiaram a confecção dessa representação ciceriana presente nos compêndios didáticos aqui elencados como fontes primárias contemporâneas.

Para a confecção de tal representação “democrática”, os autores dos compêndios se serviram de dois grandes referenciais que serviram de modelo para a ressignificação da História Romana Antiga: num plano filosófico-conceitual mais amplo, temos, de um lado, *a influência da tríade conceitual derivada das experiências e reflexões iluministas ligadas à Independência norte-americana e à Revolução Francesa* e, por outro lado, e do ponto de vista político mais prático, temos *a forte influência do nacionalismo político francês* que surgiu e consagrou-se no universo político ocidental a partir do final do século XVIII.

Sobre a primeira influência filosófica e política, Modesto Florenzano (2005, p.45-66) nos informa que os conceitos de república, democracia e representação, que para os olhos contemporâneos aparentam sólida indissociabilidade, eram irreconciliáveis até meados do século XVIII. Com as revoluções norte-americanas e francesa, ocorreu a fusão conceitual desses três elementos, graças às reflexões de Thomas Paine (que foi o precursor na identificação e associação da república com a democracia representativa) e Robespierre (pioneiro na conotação positiva do conceito de democracia). O republicanismo ideológico passou a apresentar características até então inéditas no pensamento político e o “espírito” democrático, alicerçado no sistema representativo, passou a ser entendido como a fonte soberana do poder do governo. Essa marca pode ser facilmente percebida ao longo da representação da História Romana presente nos compêndios, onde o caráter democrático da república romana extrapolou qualquer limite imposto pelo caráter aristocrático oligárquico próprio do período. O objetivo de tal perspectiva nos parece claro: o estabelecimento de uma “longevidade” desse regime de governo que, por meio de uma tradição inventada (HOBSBAWN; RAGER, 1997), corroboraria, com o peso e o brilho do legado clássico romano, as escolhas que deveriam ser tomadas no mundo político contemporâneo. Daí a necessidade de aplicação dessa tríade conceitual, filha do Iluminismo do século XVIII, no passado republicano romano antigo.

O nacionalismo político francês do final do século XVIII foi a outra grande influência que norteou a elaboração da representação da história romana e da figura histórica de Cícero nos compêndios analisados. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, no livro *A Questão Nacional na Primeira República* (OLIVEIRA, 1990), tal matriz nacionalista surgiu das reflexões racionalistas de Jean-Jacques Rousseau. Segundo a autora, essa doutrina, que visava em última instância a constituição simbólica da nação, privilegiava a ação do legislador e do homem de Estado como catalisador desse processo de integração de diferentes populações em uma comunidade política. Filiado à tradição iluminista e liberal, esse nacionalismo surgiu como parte integrante de um movimento pela liberdade individual, com o objetivo de eliminar diferenças e privilégios de base aristocrática, o que implicava a adesão formal do indivíduo ao Estado, a existência e o respeito às leis e o direito à cidadania. A representação de Marco Túlio Cícero analisada nesse trabalho se encaixa perfeitamente nesses moldes estabelecidos pelo nacionalismo político francês que, mesmo estando cronologicamente distante do período de publicação dos compêndios, estabelece estreita correspondência e relação com a representação ciceriana estudada, ou seja, com a figura do legislador responsável pela

regulação política da sociedade, cuja ação deveria estar subordinada à ética e à virtude para formação de cidadãos livres, submetidos às leis por eles criadas.

Assim, e para finalizar, consideramos que esse conceito “democrático” embutido tanto na História Republicana Romana quanto na representação da figura de Marco Túlio Cícero pode ser entendido não só como uma simples adesão a certos postulados políticos e filosóficos vigentes em sua época de produção, mas também como uma projeção dos anseios dos autores dos manuais sobre as características essenciais que deveriam ser efetivamente implantadas no regime de governo republicano inaugurado no Brasil em 1889: o princípio da soberania popular do poder, o respeito às leis e a expansão da prática eleitoral para a efetivação da representatividade política.

E para o fortalecimento dessa tendência democrática presente na estrutura narrativa encontrada nos compêndios o recurso utilizado foi aquele que envolveu e enalteceu a representação da figura de Marco Túlio Cícero. O destaque de sua figura nos textos que descrevem a República Romana nos mostra a trajetória de um homem extremamente comprometido com a integridade das instituições republicanas democráticas, cuja formação e ação política singular lhe conferiram o título de “pai da pátria”. Elevado ao papel de “herói” republicano, não só por sua atuação política exemplar, mas também por ser considerado um dos maiores autores clássicos do mundo antigo, sua representação constituiu uma das bases da descrição da “república democrática romana”, transformando sua trajetória política em exemplo virtuoso a ser seguido pelas futuras classes políticas brasileiras gestadas durante a nossa Primeira República.

Referências Bibliográficas

Documentação

CICERO. *De re publica (On the Republic), De legibus (On the Laws)*. Great Britain: Loeb Classical Library, 2000.

CORREIA, Leôncio; ESTRADA, Joaquim Osório Duque. *Noções de História Universal* - resumos das lições professadas na Escola Normal. Rio de Janeiro, 1920.

F.T.D. *Elementos da História Universal*. F.T.D.: Rio de Janeiro, 1923.

Obras gerais

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana – repensando o Pacto* Campos Sales. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade, crise política e discurso histórico-literário na Roma Antiga. *Phoênix* (Laboratório de História Antiga – UFRJ), Rio de Janeiro, n.4, p. 69-88, 1998.

FINLEY, Moses. *A Política no Mundo Antigo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.

FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanism (na segunda metade do século XX – historiografia). In.: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAYA, Maria Aparecida Vitta. *O Guarda-noturno da literatura brasileira*. Vida e obra de Joaquim Osório Duque-Estrada. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2009.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O Processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano (I)*. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Artigo recebido em 25/09/2011. Aprovado em 15/12/2011.

Movimentos de Contracultura em Belo Horizonte

Movements of counterculture in *Belo Horizonte* (one of Brazil's States)

Carla Ferretti SANTIAGO*
Débora de Viveiros PEREIRA**

Resumo: Este artigo propõe a análise dos movimentos de contracultura em Belo Horizonte, entre os anos de 1968 e 1978, a partir de reportagens do jornal *Diário da Tarde*. A contracultura, movimento de proporções mundiais, surgida entre as décadas de 1950 e 1960, na Europa – notadamente França, Alemanha e Inglaterra – e nos Estados Unidos, foi difundida pelo mundo, especialmente após a “revolução cultural” de maio de 1968, em Paris. No Brasil, ficou conhecida principalmente através do movimento Tropicália, que englobava diversos âmbitos artísticos em um mesmo grupo. Em Belo Horizonte, especificamente, as análises dos periódicos possibilitaram a descoberta e subdivisão de movimentos contraculturais artísticos, “anti-artísticos” e aqueles considerados “ameaças” à sociedade.

Palavras-chave: Movimentos contraculturais – História Cultural – *Diário da Tarde*.

Abstract: This article proposes the analysis of the movements of counterculture in *Belo Horizonte* between 1968 and 1978, starting from the reports of the newspaper “*Diário da Tarde*”. The counterculture, movement of world proportions, started between 1950 and 1960, between Europe – in particular France, Germany and England – and the United States of America, was spread throughout the world, especially after the “cultural revolution” of May 1968, in Paris. In Brazil, it became known especially through the “Tropicália” movement, which encompassed several artistic fields in a same group. In *Belo Horizonte*, especially, the analyses from the periodicals enabled the discovery and subdivision of artistic counterculture movements, “anti-art” and those deemed “threats” to society.

Keywords: Counterculture Movements – Cultural History – Newspaper “*Diário da Tarde*”.

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar os movimentos de contracultura em Belo Horizonte entre 1968 e 1978, através de reportagens publicadas no jornal “*Diário da Tarde*”, periódico de grande circulação na cidade. É preciso ressaltar brevemente que este estudo enquadra-se no âmbito da História Cultural. Este, por sua vez, obteve maior espaço a partir da década de 1960, modificando as formas de pesquisa e estudo do homem no tempo e buscando analisar fontes alternativas aos documentos ditos “oficiais”, através da leitura de fotografias, pinturas, diários, periódicos e depoimentos. O que deve ser

* Mestre em História - Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMinas – Instituto de Ciências Humanas, CEP: 30535-901, Belo Horizonte, Minas Gerais. E-mail: carla.santiago@virtual.pucminas.br

** Graduada em História - Instituto de Ciências Humanas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMinas, CEP: 30535-901, Belo Horizonte, Minas Gerais.

ressaltado, contudo, é que tal transformação no âmbito da História ocorreu no mesmo momento em que a contracultura ganhava espaço – década de 1960 –, sendo possível afirmar que esta influenciou no modo como a História Cultural desenvolveu seus estudos.

Os movimentos de contracultura em Belo Horizonte, sejam de natureza artística ou não, buscaram ir de encontro ao tradicionalismo da sociedade mineira sem, ao mesmo tempo, aderir à modernidade¹ vigente. Eram, dessa maneira, ideais que buscavam o rompimento com os valores da sociedade e pregavam “paz e amor” – no caso dos *hippies* –, o hedonismo, o auto-conhecimento através de “viagens” interiores com auxílio de alucinógenos e a liberdade em todos os âmbitos, desde os gêneros até as questões relativas à sexualidade e, finalmente, chegando ao lema “faça você mesmo” dos *punks*, já na década de 1970. Além desses movimentos, considerados “ameaças” à sociedade, existiram os movimentos de arte de vanguarda, que buscavam, através do resgate da antropofagia, produzir uma arte contemporânea nacional de acordo com as tendências estrangeiras. Ao mesmo tempo, existia outro lado do movimento artístico, considerado a “anti-arte”, que não se preocupava com as vanguardas do exterior, mas com o momento histórico particular vivenciado no país.

Os Movimentos e a Grande Imprensa

Ao falar dos movimentos de contracultura, ainda que de maneira geral, fica claro que estes não buscavam chamar a atenção dos grandes noticiários. Quando o faziam, era, geralmente, o resultado das proposições no mínimo inovadoras para as décadas de 1960 e 1970. Sobre as mudanças ocorridas nessas décadas, Canongia afirma que

Quando dizemos ‘passagem’ tocamos na ferida do problema, pois, no âmbito da contemporaneidade, e mais especificamente no Brasil, a virada estrita dessas duas décadas, que pode muito bem caber em apenas cinco anos, de 1967 a 1972 – foi crucial. Tão crucial quanto houvera sido, nos EUA, a passagem da década de 1950 para a seguinte, pois foram, em cada um desses países, respectivamente, os momentos em que os postulados puristas da modernidade perdiam poder (CANONGIA, 2005, p.9-10).

É possível notar, então, a “co-incidência” entre o período de difusão dos ideais da contracultura e aquele do enfraquecimento do que a autora chama de “postulados puristas da modernidade”. De acordo com Canongia, Cappelari (2007) afirma que

Ao se opor à cultura, entendida sempre como dominante, a contracultura foi, na sua versão dos anos 60-70 do século XX, a manifestação de repúdio especificamente em relação ao espírito do capitalismo: de acumulação, de previsão, de controle (CAPELLARI apud CANONGIA, 2005, p.228).

Ainda que no início dos anos 1960 os integrantes dos movimentos contraculturais buscassem divulgar as formas de pensar e agir – através de meios como a música *rock*, o cinema e apresentações teatrais, por exemplo -, ao longo da década de 1970 o objetivo mudou. A contracultura e o *underground*² fundem-se, fazendo com que um grupo cada vez mais restrito tivesse acesso às informações relativas aos movimentos.

No Brasil, as ideias contraculturais foram difundidas por pequenos grupos, em sua maior parte, composto por jovens da classe média e intelectuais entre outros, ‘curiosos’ e ‘antenados’ com os movimentos libertários provenientes de outros lugares do mundo. Apesar das iniciativas desse pequeno grupo, a difusão dessas ideias, não conseguiu atingir um grande número de pessoas. Transmitiam-se as informações contraculturais comumente através de informações orais, no ‘boca-a-boca’, o que gerava interpretações diversas, algumas até bizarras e exóticas (BARROS, 2004, p.35).

Os movimentos contraculturais em Belo Horizonte deixaram registros efêmeros, buscando atender às “necessidades” momentâneas dos movimentos. Entretanto, acabaram por alcançar também a grande imprensa. O Diário da Tarde não era exceção, ainda que fosse um pouco mais liberal que outros jornais durante o mesmo período. Talvez por essa razão, revelou-se o periódico com maior possibilidade de notícias a respeito da contracultura, posto que era um dos poucos jornais do período, que possuía um caderno de notícias direcionado para os jovens (“DT – Homem & Mulher”, que circulava às segundas-feiras). Além disso, não era raro encontrar notícias a respeito de acontecimentos internacionais, como festivais e shows de *rock*, grupos *hippies*, produções cinematográficas voltadas para o público jovem, entre outras. Porém, tais reportagens eram, em geral, carregadas de preconceito e irreverência, sem qualquer tipo de aprofundamento a respeito dos ideais contraculturais.

Para melhor visualização e organização das reportagens, estas foram divididas em três grupos: movimentos artísticos, movimentos de anti-arte e movimentos referentes ao psicodelismo, *hippies* e outros grupos considerados “ameaças” à sociedade pelo jornal

analisado. O critério utilizado para a divisão de tais grupos, deve ainda ser ressaltado, foi o uso dos termos pelo próprio periódico para se referir aos movimentos.

Movimentos de Arte

A contracultura encontra-se, frequentemente, ligada às expressões artísticas, seja à música, ao teatro ou às artes plásticas em geral. No caso específico desta pesquisa, foram encontradas referências, em sua maioria, à música internacional – *rock* – e filmes estrangeiros. Quanto às produções nacionais, estas ficaram restritas às peças teatrais (“alternativas” ou não), além de neovanguardas artísticas – inseridas nos “Salões de Arte”, que movimentaram o contexto cultural de Belo Horizonte.

As manifestações coletivas das neovanguardas, que tiveram seu apogeu na segunda metade dos anos 60, chegaram ao fim na virada da década com a realização de dois eventos importantes [...]. [No primeiro] Construíram um ambiente tropicalista com uma grande mesa enfeitada com frutas tropicais, e montaram uma exposição de seus próprios trabalhos e de obras de vários artistas brasileiros, homenageando a Antropofagia, o Concretismo e o Tropicalismo, dando ênfase à obra de Tarsila do Amaral, Abelardo Zaluar e Caetano Veloso.

O segundo grande evento foi a Semana de Arte de Vanguarda, com a exposição *Objeto e Participação*, que ocupou o espaço interno da Grande Galeria do Palácio das Artes, e a manifestação *Do Corpo à Terra*, realizada no Parque Municipal, nas ruas, nas serras e nos ribeirões da cidade (RIBEIRO, 1997, p. 146).

A respeito dos movimentos citados pela autora, ainda que ela os classifique como “arte de vanguarda”, especialmente no caso da manifestação “Do Corpo à Terra”, o Diário da Tarde utiliza o termo “anti-arte”, sendo esta, portanto, citada mais adiante.

Ainda sobre os movimentos de vanguarda artísticos, esses produziam – intencionalmente ou não – uma arte, ao mesmo tempo, renovada e nacional, mas de acordo com as tendências internacionais, acabando por realizar o que o modernista Oswald de Andrade chamou de “antropofagia”, em que as influências do exterior são “deglutidas” para serem transformadas em obras nacionais.

Muito já se disse que a inabilidade do artista brasileiro de realizar uma total identificação com as vanguardas internacionais acabou por se converter numa qualidade. Assim foi com o Modernismo, com o Construtivismo, e [...] se repetia com a Pop Art. Na verdade, o fato de nossos artistas terem infiltrado procedimentos inusitados e até paradoxais nos programas estéticos de referência, e de terem processado livremente suas técnicas e conceitos, acabou por torná-los artistas de verve naturalmente contemporânea (CANONGIA, 2005, p.54).

Um exemplo é a exposição “O Corpo”, onde foram reunidas obras de artistas mineiros, paulistas e cariocas com o seguinte objetivo, segundo o jornal:

[...] mostrar como o artista brasileiro de hoje se aprofunda nesse tema, sempre atual e que hoje, mais do que nunca, vem sendo trabalhado, como reflexo da consciência cada vez mais profunda que o homem tem de seu próprio corpo – como suporte e módulo do existir – e de sua busca incessante do equilíbrio com e no mundo (DIÁRIO DA TARDE, 1976, p.6).

O nu, questionado além da simples ausência de roupa e partindo para pensamentos mais profundos – a noção do existir – explicita uma preocupação dos artistas para além da estética, a busca pelo autoconhecimento e de uma consciência maior a respeito da questão do “estar no mundo”, todos esses ideais propostos pela contracultura. Nota-se então, a preocupação dos artistas brasileiros em buscarem novas fontes de inspiração, novos materiais, novos questionamentos e, também, novas temáticas, tudo isso inspirado nas formas de pensamento contraculturais, mas buscando criar uma arte de vanguarda genuinamente nacional.

As neovanguardas artísticas permearam grande parte das notícias referentes à arte no Diário da Tarde, até o início da década de 1970. A preocupação do jornal em dar destaque às artes plásticas podia ser vista como a de Belo Horizonte, como capital “idealizada”, em ocupar lugar em todos os âmbitos do cenário nacional, inclusive o artístico. Após esse período, o foco do jornal volta-se para a “arte convencional”, fazendo com que a arte de vanguarda na capital mineira perdesse, aos poucos, o já escasso espaço no jornal.

Com relação a outros tipos de manifestações artísticas, o caminho foi o mesmo. A música, em especial o *rock*, ganhou grande espaço no jornal a partir de 1969, chegando mesmo a ocupar uma coluna semanal de página inteira, denominada “Happening”. Nesta

coluna, escrita por Roberto Tostes Martins, eram listados os Lp's de *rock* mais vendidos, além de ser feito um resumo dos principais lançamentos da semana. Nomes como *Jimi Hendrix*, *Creedence Clearwater Revival*, *Led Zeppelin*, *Rolling Stones* e *The Beatles*, entre tantos outros, eram mencionados com frequência até o início de 1972, assim como suas obras. O grande sucesso dessas bandas internacionais, atrelado à relativa dificuldade de acesso dos jovens aos discos, fazia com que alguns artistas nacionais regravassem seus sucessos. Porém, um dado a ser ressaltado é que, enquanto no auge do *punk rock* Belo Horizonte foi um “celeiro” de bandas, além de um grande público para a venda de discos, nessa fase não havia formações de destaque ou regravações de bandas.

Após esse ano, o caderno “DT – Homem & Mulher”, que tinha como público-alvo a juventude, foi substituído pelo caderno “DT/sd”, circulando aos sábados e domingos, por cerca de dois anos. Todavia, este segundo caderno não era voltado para o público-alvo do “DT – Homem & Mulher”. Mesmo com a adição de quadrinhos às edições, estes eram recheados de filosofia e complexos questionamentos embasados na vida adulta. A música, portanto, perdeu espaço no jornal, enquanto a coluna “Happening” deixou de existir, ficando somente a “Música Popular”, publicada esporadicamente nas edições diárias.

Já a situação do teatro em Belo Horizonte não era muito clara. No Diário da Tarde não existia um espaço destinado exclusivamente à promoção teatral. As peças dividiam lugar com as artes plásticas na coluna “Artes” e recebiam bem menos atenção. Curiosamente, as peças consideradas “alternativas” eram aquelas que obtinham mais divulgação, independente se boa ou ruim. Montagens como “A Noite dos Assassinos”, “Depois do Corpo”, “O Fedor” e a tumultuada versão nacional de “Hair” (que será tratada adiante) foram algumas das peças divulgadas pela coluna de Morgan Mota. É também necessário destacar que a maioria das peças vinha de fora e não eram produções da cidade ou, sequer, do estado. Em sua maioria paulistas e cariocas, ocupavam temporadas de dois a três meses em teatros da capital – sendo o mais disputado o Teatro Francisco Nunes – e recebendo as mais variadas críticas dos especialistas residentes em Belo Horizonte.

Algo que deve ser ressaltado, enfim, é a quase completa ausência de notícias a respeito de *happenings* em Belo Horizonte. Dentro ou fora da coluna “Artes”, o periódico optou por simplesmente omitir tais formas de manifestações artísticas. Durante todo o período estudado, são citados apenas dois: “Nesse show diferente, o palco é uma galeria de arte” (27 de junho de 1968) e “Happening no ICBEU” (07 de maio de 1975). Contudo, os

dois são, na realidade, exposições artísticas com inovações tecnológicas – como a projeção de *slides* – e música, com data, local e hora previamente marcados e divulgados. O jornal afirma, nas reportagens citadas, que os *happenings* eram movimentos artísticos da década de 1950 e estavam em desuso. Porém, não foram encontradas fontes suficientes para se afirmar com certeza a respeito da frequência e ocorrência de tais movimentos na cidade, entre 1968 e 1978.

Movimentos de “Anti-Arte”

A caracterização da “anti-arte” pode ser algo peculiar, pois os parâmetros definidores desta e, também, da arte são tênues. De forma geral, nega-se o *status* de arte às obras que rompem com os padrões esperados, como no caso da contracultura. Não é, portanto, por acaso que existe uma ligação entre contracultura e “anti-arte”. A primeira aproveita-se da segunda para ocasionar o choque e a quebra com os valores vigentes na sociedade.

O Diário da Tarde noticiou algumas manifestações de anti-arte e, até mesmo, negou a determinados artistas o direito de chamar de arte suas produções. Três reportagens, selecionadas entre as fontes, podem ilustrar bem a concepção de “anti-arte” para o periódico. No primeiro caso, há uma manifestação em forma de *happening* em uma exposição no Palácio das Artes, que

Seria arte ou anti-arte? Eis a pergunta que fica até hoje no ar. E na mesma proporção das ‘obras de arte’ proposta no Parque [Municipal] ou no subsolo do P.A., a mostra coletiva que está na sala de exposições do Bloco A continua deixando muita gente assustada, como o ritual de sacrifício das galinhas, queimadas pelo artista carioca Cildo Meirelles. Afinal de contas, que manifestação seria? (DIÁRIO DA TARDE, 1970, p.8).

Em outro trecho da mesma reportagem, o autor afirma que

[...] como se vê, era uma vez o caráter interdisciplinar da arte. Tudo é arte. Na parte interna do P.A. estão objetos que pedem a participação do público, explorando o elemento lúdico, (gozativo?) que contém símbolos eróticos (DIÁRIO DA TARDE, 1970, p.8).

Tratava-se da manifestação “Do Corpo à Terra”, coordenada por Frederico Moraes, e ocorreu não apenas no Parque Municipal, mas “nas ruas, nas serras e nos ribeirões da cidade de Belo Horizonte”, (LEITE; PECCININI; PELEGRINI, 1982). A obra de Cildo Meirelles era denominada “Totem – Monumento aos presos políticos”, destinada a prestar homenagem aos presos e desaparecidos políticos da ditadura militar. Assim, é possível perceber como, a partir de uma exposição diferente, os questionamentos gerados desencadeiam uma espécie de julgamento a respeito do que é arte. A própria chamada da reportagem – “As Galinhas Morrem na Arte de Vanguarda” – já propõe um pré-julgamento. Ao analisar a notícia, pode-se perceber determinada intenção de denegrir a arte de vanguarda – e não somente esta – pois se coloca em xeque o valor da arte como veículo para levar o espectador intencionalmente ao choque, e sua capacidade de levantar questionamentos a partir de alguns acontecimentos advindos da sociedade.

O segundo movimento noticiado trata da colocação de uma escultura colocada no saguão da Reitoria da UFMG. Ao participarem do III Salão Nacional de Arte Universitária, alguns alunos da Escola Guignard trabalharam em uma peça denominada “Comunicação pelo Terror”. A escultura era composta por um escorregador com lâminas de gilete ao longo da rampa, e também por um balanço com pregos no assento voltados para cima. As reações desencadeadas foram das mais fortes:

[...] desde ontem as giletes e os pregos foram retirados do escorregador e do balanço. Foi a pedido de visitantes, por ordem do reitor. Explicação: o trabalho apresenta uma expressão que, se fôr arte, não é nada educativa. Os protestos foram tantos que, até na tarde de sábado, diversos visitantes já haviam, por conta própria, arrancado algumas giletes e pregos. Ninguém estava achando que aquilo fosse arte. [...]

Alguns visitantes chegaram a classificar a peça como criminosa. No caso de a exposição ser visitada por elementos anormais (o que ninguém pode negar, mesmo sabendo-se que um acontecimento como o III Salão é sempre prestigiado por visitantes dos mais dignos), então haveria o perigo de aproveitamento da ideia (DIÁRIO DA TARDE, 1970, p. 8).

Dessa vez, entra em questão o fato da obra de arte não ter a obrigação de ser necessariamente bela ou “agradável” aos olhos. Justamente por ser “feia” e mostrar às pessoas algo que não buscavam ver, presente em suas realidades, é que houve tanta revolta. A resistência encontrada para a aceitação – que, nesse caso, foi nenhuma – gerou a retirada da obra de arte da reitoria da UFMG, indo de encontro à proposta da mesma: questionar a

conjuntura vivida pelo país naquele momento (1970). Novamente, os ideais da contracultura encontram-se exatamente no choque provocado com o comum, fazendo com que as pessoas discutam valores, atitudes e ideologias.

Finalmente, a Feira de Arte e Artesanato merece destaque. Localizada na Praça da Liberdade, foi alvo de diversos questionamentos relativos à validade da arte produzida. Como se os artistas, por mostrarem seus trabalhos em uma feira, não merecessem a alcunha de “artistas”. No artigo “Uma Pobre Feira” (24 de fevereiro de 1970), fica claro esse pensamento:

E a arte? A arte é que estraga a feira. Porque é pobre, não é nem arte de vanguarda (como as cabeleiras e os colares dos compositores deixam crer) nem arte estabelecida. [...] Um desânimo. Do artesanato nem é bom falar, só posso estar por fora do assunto, não vi praticamente nada que se aproveitasse. O pior não é a qualidade, é a pobreza de ideias (DIÁRIO DA TARDE, 1970, p.7).

Contudo, a opinião acima não era unanimidade. Uma matéria de página inteira sobre a referida feira e o objetivo desta foi publicada, logo no início de sua organização, tendo outra visão a respeito.

Na nossa Feira, não se fez seleção de qualidade, exigindo-se apenas que as coisas fossem feitas à mão, quer dizer, lá existe desde a pintura mais ingênua até a mais exótica. Para os artistas, a Feira está cumprindo sua finalidade, pois, antes, eles tinham um público restrito: os frequentadores de galerias. [...] Uma grande vantagem que a Feira tem proporcionado é a oportunidade que tem o particular de melhorar os seus conhecimentos com os melhores. Numa Feira, não se pode selecionar. Tem de tudo: desde coisas maravilhosas até coisas feias ‘de matar’. Mas, isto tudo é válido, quando o objetivo é melhorar (DIÁRIO DA TARDE, 1970, p. 8).

Os movimentos contraculturais adentraram o universo da Feira de Arte com três influências, principalmente: a arte de vanguarda, pois era comum ver novos artistas, provenientes, em especial, da Escola Guignard divulgando seus trabalhos na praça; o psicodelismo, com desenhos, cartazes e suas cores vivas; e, por fim, os *hippies*, que vendiam artesanato. Trechos como “Os vendedores dão um aspecto ainda mais diferente ao ambiente: desde o psicodélico, com chapéu de couro, descalço, laço no pescoço, calça colorida, até o menos-hippie [sic], e o sério” (DIÁRIO DA TARDE, 1970, p.8)

demonstram como os mais diferentes tipos conviviam no ambiente da Feira de Arte. Nesse ponto, ainda é importante salientar que, apesar do pouco espaço obtido nos jornais, as neovanguardas artísticas, sofrendo e recebendo influências de outros movimentos contraculturais com os quais conviviam, conquistaram a Feira de Arte da Praça da Liberdade e seu público.

Delimitar o que é arte ou anti-arte torna-se tarefa complicada, para não dizer impossível e extremamente subjetiva. Até o jornalista especializado no assunto, Morgan Mota, questiona tais valores no artigo “Para onde vai a (anti) Arte?...” (03 de agosto de 1970). Mesmo dentro do Diário da Tarde as opiniões não eram unânimes. O mais próximo que se pode chegar é, talvez, afirmar que as manifestações consideradas ”anti-artísticas” eram, na verdade, movimentos de arte, ainda que o público – leigo ou especializado em “arte convencional” – não as visse como tal.

Psicodelismo, hippies e outras “ameaças”

Esta é, de todo o trabalho, sem dúvida, a parte com maior disponibilidade de fontes. Enquanto os jornalistas receavam atribuir aos movimentos artísticos, ou mesmo aos de anti-arte, a alcunha de contraculturais, nas páginas destinadas a “casos curiosos” e aos plantões policiais não faltaram referências ao psicodelismo, aos *hippies* e ao uso de drogas (maconha e LSD, principalmente).

É interessante observar que, enquanto o psicodelismo é divulgado quase como uma fase – as notícias a respeito encontram-se, geralmente, entre 1968 e 1971 – o movimento *hippie* é noticiado de forma constante, ao longo dos dez anos analisados, ainda que fortemente associado – entre 1976 e 1978 – à criminalidade. Geralmente, as reportagens com os *hippies* eram feitas ainda dentro do DOPS, enquanto detidos ao chegarem à capital mineira. Em reportagens como “Jovem venezuelano percorre o mundo para fazer amigos”, “Um boliviano, um argentino: dois estudantes suspeitos?” (13 de março de 1971) e “Os hippies estão chegando: eles trazem o amor livre” (11 de setembro de 1969) todos os envolvidos foram encaminhados à delegacia por “suspeita”, devido aos trajes *hippies* e ao comprimento dos cabelos. Ainda que houvesse alguma condescendência para com o movimento, os *hippies* ainda eram tratados como criminosos por conta do modo de vida “andarilho”:

Os hippies estão invadindo Belo Horizonte. Mais dois foram detidos ontem e falaram que 15 estão a caminho de nossa cidade. [...] Eles vivem pelas estradas pedindo comida nos restaurantes e carona nos caminhões. Quando chegam em alguma cidade arranjam algum trabalho para conseguir dinheiro. [...] Ela acha um trabalho “muito difícil” levar o amor a todas as pessoas. E é isso que essas rapazes e moças, com idades que variam entre 16 e 25 anos, andam fazendo pelas estradas (DIÁRIO DA TARDE, 1969, p.8).

O alvoroço do primeiro casamento *hippie* da capital foi considerado desnecessário pelo periódico:

O primeiro casamento hippie da cidade só foi hippie pela metade [...] Os padres atrasaram o casamento, fazendo o cantor Darlan Richard assinar um documento onde jurava que achava o ato religioso ótimo e que o respeitava. No fim, o casamento foi no salão paroquial mesmo porque até discurso de mulher já estava acontecendo na igreja, onde tinha muita gente descalça. Os cumprimentos foram na rua, na chuva, com os noivos indo embora como todos, fugindo de um monte de gente (DIÁRIO DA TARDE, 1968, p.1).

Já em 1971, as opiniões a respeito do movimento *hippie* começam a mudar, principalmente a partir de um episódio ocorrido com o grupo norte-americano de teatro “Living Theater”. Segundo Barros (2003),

O *Living Theater* foi uma das organizações artísticas que melhor caracterizaram o espírito da década de 60. O principal elemento contracultural verificado, era estabelecido pela relação entre o grupo. Essa relação permeava o nível profissional, atingindo o pessoal, transformando-se com o passar dos tempos em uma comunidade (substituindo a ideia de família) (BARROS, 2003, p.65).

Presos em Ouro Preto, durante o Festival de Inverno, por posse de drogas, o caso foi acompanhado minuciosamente pelo Diário da Tarde, sendo a chamada “Atores do Teatro Americano Presos na Bacanal Hippie” (2 de julho de 1971). Durante cerca de três meses, após a primeira reportagem, não faltaram matérias a respeito do referido grupo de teatro, onde eram reforçados os aspectos negativos, como o uso de psicotrópicos, condutas imorais e o descaso com a justiça brasileira, devido à falta de colaboração. Em 3 de setembro de 1971 foi divulgada a absolvição do grupo pela justiça brasileira, que comemorou o fato com um *happening* na porta da penitenciária de Ribeirão das Neves.

Outro caso relacionado ao teatro aconteceu com a montagem nacional de *Hair*³, onde todos os atores foram recebidos em Belo Horizonte pelo DOPS, com um mandado de prisão, segundo a alegação de porte de drogas. O Diário da Tarde, inclusive, divulgou uma reportagem onde Julien Beck, líder do “*Living Theater*”, preso no mesmo período, opinava a respeito do acontecimento: “– Puxa, aqui vocês não gostam mesmo de teatro, não é? Se houvesse tempo e oportunidade, o Living faria várias apresentações aqui para levá-los a gostar um pouco mais da gente, da nossa arte...” (DIÁRIO DA TARDE, 1971, p.19). Posteriormente, foi descoberto que um dos atores, que havia se juntado recentemente ao elenco, trazia maconha dentro da mala. Durante cerca de quinze dias, o Diário da Tarde noticiou o acontecimento, que envolveu ainda outros atores intimados para depor. Apesar de toda a repercussão, Eduardo Gurgel Aranha foi liberado para as apresentações, se não saísse da capital mineira até o fim das investigações. Quanto à peça, a censura cortou inúmeras cenas de nudez presentes na versão original, além de manter uma fiscalização frequente do elenco. É interessante ressaltar aqui que, até pouco antes da chegada de *Hair* em Belo Horizonte, o Diário da Tarde destinava apenas elogios à peça. Porém, quando o Teatro Francisco Nunes anunciou que *Hair* estaria em cartaz em breve, o posicionamento do jornal modificou, passando a críticas e ressalvas a respeito do grupo.

Porém, a partir de meados de 1974 os *hippies* tornaram-se suspeitos, segundo o jornal, de inúmeros outros crimes: arrombamentos, sequestros, furtos e até assassinatos. A confusão feita entre o andarilho que prefere se manter à margem da sociedade capitalista e o criminoso que vive nas ruas é frequentemente feita pelo jornal, além de benéfica para as autoridades – haja visto que essas desejam o menor contato possível da sociedade com as formas de pensamento defendidas pelos movimentos de contracultura.

Desde o início do movimento com o surgimento da geração *Beat* e a contracultura as constantes viagens foram marcas indeléveis dessa população, fosse ela em busca de aventura, fosse ela em busca de significações para a vida. [...] O fenômeno do andarilho e do caminhar assume algumas significações bastante elucidativas das feições assumidas pelo homem e seu mundo [...], não sendo possível desvincular o modo de produção da subsistência do estradeiro e seu modo de vida das novas demandas do capitalismo e das sociedades de controle (CANTELMO, 2000, p.65).

Tal associação – *hippies* e criminalidade – não se deu gratuitamente. Apesar de não ser intenção deste trabalho destacar a censura, como será visto adiante, é preciso ressaltar que o governo interferiu de forma constante no modo como, principalmente, a grande imprensa noticiava. Marconi ressalta, até mesmo, a propaganda feita da relação existente entre o movimento *hippie* e o comunismo:

Mas, graças à vigilante elite militar, os desavisados brasileiros foram repetidamente alertados e conscientizados para o perigo que corriam. [...] D) ‘O movimento *hippie* foi criado em Moscou e, se os pais não orientarem cuidadosamente a juventude, o comunismo acabará dominando o Brasil.’ ‘A mais abominável tática – dos comunistas – é a da disseminação das drogas, que irá destruir mais a próxima geração do que a nossa, já que ataca nossos filhos.’ ‘Existe um fundo ideológico no tráfico de tóxicos no País, através do interesse dos comunistas em corromper as mentes jovens, para destruí-las, bem como a nossa sociedade cristã, democrata, amante da liberdade (MARCONI, 1980, p.17).

A questão do psicodelismo, por sua vez, era mostrada segundo dois aspectos: tratado como uma questão de moda ou atrelado ao uso de entorpecentes, em especial o ácido lisérgico (LSD), exceto em um caso específico. Em 12 de janeiro de 1970, a coluna “Artes” dá a seguinte notícia: “O avião psicodélico nos ares da cidade”, onde o autor cita o movimento *hippie* como fator de inspiração para o dono do avião. Em seguida, descreve as pinturas feitas com tinta fluorescente e comenta rapidamente sobre os trâmites legais envolvidos no processo de legalização da decolagem. De uma maneira geral, o caso é tratado como um “capricho” do jovem que tem condições de pagar por ele, como no trecho:

Para conseguir pintá-lo de flores coloridas, Gleiber teve que lutar muito. Primeiro, tentou conseguir a licença aqui mesmo em Belo Horizonte, através dos oficiais da FAB. Como resposta soube que só em Brasília poderia conseguir uma ordem daquele tipo. Foi para lá e conseguiu vencer o chefe do Departamento de Vôo do Ministério da Aeronáutica. A ordem que êle deu não sai do bolso da camisa de Gleiber de jeito nenhum.
- Se criarem caso, tenho como me defender.
Agora, o avião psicodélico está pronto para provocar a atenção de muita gente. Gleiber diz que vai dar seu primeiro voo no domingo (DIÁRIO DA TARDE, 1970, p.7).

Este, contudo, é um caso isolado. Em sua maioria, a psicodelia não passa de um movimento colorido, relacionado à moda de forma recorrente, mostrando as tendências jovens com roupas coloridas, maquiagens personalizadas e acessórios com flores e cores fluorescentes.

O psicodelismo, segundo o jornal, tratou muito mais de moda, por exemplo, que de manifestações do pensamento de uma geração ou de uma época. Tal tratamento fica claro na matéria “A palavra é psicodélico” (14 de fevereiro de 1968), como pode ser visto a seguir:

A palavra surgiu de repente e ficou: psicodélico.
Então, há a música psicodélica, a moda psicodélica.
Essas meninas, com os olhos pintadinhos, a lembrar que também os nossos índios eram bastante psicodélicos quando o Pedro Álvares Cabral chegou aqui, são um exemplo da moda avançada.
Elas ficam mais bonitas? Talvez.
Elas ficam mais feias? Talvez.
Mas o certo é que elas ficam totalmente na onda, mesmo sem estar sob os efeitos do L.S.D. – que originou o termo para os ingleses, que por sua vez o enviaram gratuitamente para nós.
Mas uma menina deve ser psicodélica só na moda dos olhos superpintados. Pois dificilmente você lhe mandará uma rosa e receberá uma resposta assim: ‘mas pra quê que eu quero rosa?’ (DIÁRIO DA TARDE, 1968, p.6).

Porém, é no final que se encontra a principal “acusação” à psicodelia: “*Moda hippie ou psicodélica uma ova! Mas existe e você pode ver, por que não?*” (DIÁRIO DA TARDE, 1968, p.6). Em outras palavras, o jornal assume que a moda psicodélica existe, mas que, dentro da sociedade, o ideal é apenas observar, e não seguir, especialmente no caso de modas que questionem valores presentes na sociedade. Não era feito um aprofundamento nas questões a respeito da expansão da mente, do uso de LSD e “viagens” decorrentes. Dentro do período estudado, foram encontradas algumas reportagens destinadas a uma melhor compreensão dos usos de ácido lisérgico – para fins terapêuticos ou individuais –, mas associando-os, geralmente, aos artistas “alternativos”. Quase ao mesmo tempo em que o caderno “DT – Homem & Mulher” saiu de circulação, lembrando que este era um semanário voltado para o público jovem, falar do psicodelismo como tendência também saiu de moda.

Não se pode, ainda, esquecer a denominada “juventude transviada”, ao tratar das inúmeras faces adquiridas pelos movimentos contraculturais. Ao longo de todo o período estudado, falar da juventude como sinônimo de problema e revolta era comum. O

comprimento dos cabelos masculinos, entretanto, foi o mais marcante para a época, como pode ser vistos nas seguintes chamadas: “Cabeleiras confundem”, “A paz do cabeludo”, “Preferência pelos cabeludos”, entre tantas outras. O uso do termo “cabeludo”, como sinônimo do rapaz jovem que, de acordo com a moda deixava os cabelos crescerem, era recorrente nas páginas policiais, não apenas pelo uso de psicotrópicos, mas também pelos atos de vandalismo. As corridas ilegais (os “pegas”) nas rodovias, de carro ou motocicleta, regados a bebida e drogas, a depredação de praças e ruas e, até mesmo, a invasão de casas eram temas recorrentes. Duas reportagens, em especial, ilustram bem o comportamento dos “cabeludos”:

Uma senhora procurou as autoridades do Betran e informou que algumas garotas, completamente despidas, estavam fazendo festinhas com playboys de madrugada, no meio da rua. Eles passavam de carro cantando pneus e fazendo roleta paulista, para de vez em quando parar em um lugar qualquer. [...]

Eram todos ‘filhinhos-de-papais’. Depois da meia-noite, ficavam nus, brincando de jogar água uns nos outros. Enquanto isso, outros casais usavam seus carros e motocas, numa tremenda algazarra.

Além de tudo isso, ‘ainda praticavam atos imorais’, segundo denúncias (DIÁRIO DA TARDE, 1973, p.14).

Já a segunda reportagem trata da repressão do Departamento Estadual de Trânsito (DET) a esses “pegas”, realizados em zonas nobres da cidade:

Estão sob a mira do DET os rapazes que fazem ‘roleta paulista’ acompanhados de meninas bonitas de mini-saias. Não haverá boa vida para essas duplas psicodélicas que agem de noite e de madrugada, principalmente na Praça da Savassi, na Cidade Jardim, nas proximidades de alguns bares [...] e imediações de colégios (DIÁRIO DA TARDE, 1968, p.2).

Esses “casais” seguiam, geralmente, as formas de pensamento contraculturais de maneira superficial, buscando formas de fugir da realidade – *drop out*. Essa fuga da realidade, ou pelo menos do sistema, também é encontrada, originalmente, nos *hippies* e nos movimentos de cunho psicodélico. Em todo caso, assim como afirma Sirkis apud Barros (2004), há uma “trifurcação” da juventude, a partir de 1968: os que optavam pela luta armada; aqueles que aderiam aos ideais da contracultura e os que eram absorvidos pelo sistema. Geralmente, os que optavam pelos ideais contraculturais tinham dois caminhos a seguir: a busca de uma

“comunidade alternativa” e do nomadismo, onde a força do lema “paz e amor” ainda era grande; ou permanecer nas cidades e buscar outras formas que não o engajamento político tradicional. Contudo, eram justamente essas maneiras de fugir do sistema – expansão da mente através das drogas, música, sexo e disputas – as encontradas não apenas pelos integrantes dos movimentos contraculturais, mas também por essa parcela da juventude: os “cabeludos” e as “minissaias”.

Ainda dentro da chamada “juventude transviada” é preciso destacar, também, a presença de um grupo noticiado ao longo de todo o período, mas que, todavia, nem sempre é constituído por jovens: os “nudistas”. Já citado anteriormente, dentro do âmbito artístico, desta vez o nu é retomado segundo outras visões. Dois casos, em particular, exploram bem a presença do “nu”, nem sempre artístico, na capital mineira: “Casal andava nu pela rua, culpando o calor” (15 de março de 1972) e Nudista (21 de janeiro de 1969). Já o “nu artístico” nas ruas da cidade pode ser visto em “Os rapazes posam nus para exibição na rua” (17 de dezembro de 1969), onde, juntamente com a exposição “O Corpo” a nudez e o aspecto hedonista da contracultura são ressaltados.

Por fim, é preciso citar o surgimento do *punk* e a “popularização” da figura do demônio, a partir de meados da década de 1970, como elementos contraculturais também presentes em Belo Horizonte. De acordo com Brandão e Duarte (2004),

Embora assimilado, o movimento *punk* foi, grosso modo, uma espécie de revanche contra a repressão e ao avanço do sistema sobre os movimentos de contracultura da década anterior. *Punks* e *hippies*, apesar dos estilos e linguagens diferentes, foram os dois lados de uma mesma moeda, pois queriam dar uma resposta aos padrões convencionais de cultura estabelecida pela sociedade contemporânea. (BRANDÃO; DUARTE, 2004, p.98).

Em 1974, o Diário da Tarde afirma que “O Exorcista” é o livro mais vendido há cinco anos na cidade, e que discos de *rock* com referência ao diabo eram cada vez mais procurados na reportagem “Nunca Satanás foi tão popular como atualmente” (17 de maio de 1974). Com o lançamento do filme homônimo ao livro, a procura por informações a respeito do demônio torna-se ainda maior. A associação entre a contracultura e a “adoração ao diabo” pode ser feita na busca da satisfação pessoal, ou do hedonismo acentuado, relacionados de forma frequente pelo jornal estudado.

Já o fenômeno *punk* ganha as páginas do jornal, especialmente após o surgimento de bandas regionais do estilo musical. A “Banda do Lixo”, por exemplo, é considerada a primeira banda de *punk rock* mineira, ganhando uma reportagem exclusiva, apesar do pequeno porte. Na notícia, “Oba! Oba! Também temos *punk rock*” (13 de fevereiro de 1978), é ressaltado o valor da banda de *punk rock* mineira, comparada a outras já conhecidas nacionalmente. Segundo o jornal, a Banda do Lixo é

Um grupo irreverente – nos dois sentidos – formado por jovens, guiado por jovens, apreciado por jovens, fazendo um som jovem. Costuma-se dizer que Minas trabalha em silêncio. Isto é certo, exceto nos dias em que o grupo se apresenta em qualquer lugar, seja ele em clube, teatro, o que for. O som é bem alto, dançável, despreocupado, crítico, satírico, irônico. É feito para o pessoal deleitar-se, gostar, gozar, esbaldar, dançar. O grupo não tem instrumentistas, virtude nem apoteose, separadamente são até medíocres, mas unidos formam uma banda competente, segura, que não deixa a peteca cair, nem o público parar. [...] A Banda do Lixo é o grupo que está implantando o *punk rock* em Minas Gerais (DIÁRIO DA TARDE, 1978, p.13).

Após a análise das notícias, os movimentos artísticos de cunho contracultural concentraram-se, basicamente, nas vanguardas de Belo Horizonte, que os exteriorizavam em seus trabalhos – exposições de pinturas, esculturas, tapeçarias e outras formas de arte, manifestações, ou na arte apresentada na Feira de Arte da Praça da Liberdade. Apesar da quantidade de fontes ser menor – se comparada às duas outras categorias –, é possível perceber as nuances contraculturais dos movimentos artísticos de vanguarda belo-horizontinos.

Com relação aos movimentos de anti-arte, estes se encontram em uma posição de análise extremamente delicada, haja vista que a própria nomenclatura atribuída deixa margem a questionamentos. Como já dito anteriormente, as expressões consideradas como anti-arte podem ser vistas como uma forma “alternativa”, ou mesmo diferenciada, de arte. É preciso lembrar que, ainda entre as décadas de 1960 e 1970, havia uma concepção que igualava arte ao “belo”, pelo menos no Brasil. A contracultura começou a quebrar esses valores quando propôs temas chocantes ao grande público, como foi discutido acima.

No caso abrangido pelos “*hippies*, psicodelia e outras ameaças” à sociedade, foi mostrado apenas parte do grande grupo de movimentos contraculturais existentes na capital e mesmo em outras cidades – caso do “*Living Theater*” em Ouro Preto, cuja repercussão

foi forte na capital. As reportagens a respeito do movimento *hippie*, do psicodelismo e dos “cabeludos”, sem contar as frequentes associações feitas pelo jornal entre *rock*, drogas e até mesmo o demônio, buscavam enfatizar os aspectos negativos da contracultura. Esse reforço aos aspectos negativos tinha razão de ser, uma vez que as formas de pensamento da contracultura iam de encontro aos padrões da tradicional família mineira.

Referências Bibliográficas

Fontes

Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual *Luiz de Bessa*

A PALAVRA é psicodélico. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 14 fev. 1968, Ano XXXVII, nº 23446, p.14.

A PAZ do cabeludo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 08 out. 1971, Ano XL, nº 24319. Coluna “Amenas & Anêmicas”, p.9.

As galinhas morrem queimadas na arte de vanguarda. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 27 abril. 1970, Ano XL, nº 23852. Coluna “Artes”, p.8.

ADEUS, último ato do Living. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 03 set. 1971, Ano XL, nº 24289, p.20.

ATORES do teatro americano presos na bacanal hippie. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 02 jul. 1971, Ano XL, nº 24235, p.01.

CABELEIRAS confundem. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 16 maio. 1968, Ano XXXVIII, nº 23223, p.4.

CASAMENTO hippie não foi tanto. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 01 mar. 1968, Ano XXXVIII, nº 23459, p.1.

COMUNICAÇÃO pelo terror não agradou visitantes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 06 out. 1970, Ano XL, nº 24011. Coluna “Artes”, p.8.

ESTA é uma feira de arte. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 16 fev. 1970, Ano XXXIX, nº 23816, p.8.

HAPPENING no ICBEU. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 07 maio. 1975, Ano XLV, nº 25395. Coluna “Artes”, p.6.

NESSE show diferente, o palco é uma galeria de arte. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 27 jun. 1968, Ano XXXVIII, nº 23257. Coluna “Música Popular”, p.6.

O AVIÃO psicodélico nos ares da cidade. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 12 jan. 1970, Ano XXXIX, nº 23787. Caderno DT – Homem & Mulher, coluna “Artes”, p.7.

OS hippies estão chegando, eles trazem o amor livre. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 11 set. 1969, Ano XXXIX, nº 23685, p.8.

PARA onde vai a (Anti) arte? *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 03 ago. 1970, Ano XL, nº 23956. Coluna “Artes”, p.7.

PREFERÊNCIA pelos cabeludos: as mulheres e o mercado de capitais. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 dez. 1971, Ano XL, nº 24373, p.21.

UM boliviano, um argentino: dois estudantes suspeitos? *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 mar. 1971, Ano XL, nº 24144, p.10.

UMA pobre feira. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 24 fev. 1970, Ano XXXIX, nº 23823. Coluna “Diário da Sociedade”, p.7.

Referências

- BARROS, Patrícia M. A imprensa alternativa brasileira nos “anos de chumbo”. *Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 63-66, jun. 2003.
- _____. Contracultura tropical e resistência à ditadura. *Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Umuarama, v. 12, n. 1, p. 33-39, jan/mar. 2004.
- CANONGIA, Lígia. *O legado dos anos 60 e 70*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 94 p.
- CANTELMO, Fernando. Estradeiros modernos ou capitalistas incondicionais? Cotidiano hippie e suas interfaces. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1/2, p. 65-89, jan/dez. 2000.
- CAPELLARI, Marcos Antônio; GLEZER, Raquel. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c.1970)*. 2007. 256p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- LEITE, Luciana de A.; PECCININI Daisy V. M.; PELEGRINI Ana Claudia S. *Cildo Meireles*. Disponível em: <http://www.macvirtual.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo6/cildo/index.html>
- >. Acesso em: 03 set. 2010.
- MARCONI, Paolo. A psicose da segurança nacional. In: _____. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980. p.13-37.
- RIBEIRO, Maria Andrés. *Neovanguardas: Belo Horizonte, anos 60*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997. 304p.
- ROCHA, Gilmar. Belo Horizonte sincretista: pequeno ensaio sobre a morfologia mental de uma cidade centenária. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p.175-201, 2. sem. 2007.
- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.183-234.

Notas

¹ “No extremo, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo parecem dramatizar muito mais uma polarização de natureza espacial entre o rural e o urbano, o sertão e o litoral, Belo Horizonte parece condensar um conflito de natureza temporal, ou seja, o drama entre o moderno e o tradicional, o passado e o futuro” (ROCHA, 2007, p.180).

² A definição de *underground*, segundo Cappelari: “Invertendo a regra segundo a qual, no capitalismo, somos todos espectadores, o underground caracterizou-se pela hiper-exposição de seu drama. Na arte dos artistas, mas também na conversão dos espectadores em partícipes da obra. Exemplos disso foram os happenings, os grandes festivais de música, a imprensa alternativa e os atos de protesto, entre outros fenômenos culturais, com forte teor subversivo, tanto no estrangeiro quanto no Brasil” (CAPPELLARI, 2005, p. 82).

³ Musical norte-americano escrito por James Rado e Gerome Ragni, de 1967, que enfatiza o modo de vida e pensamento do movimento *hippie* nos anos 1960. A montagem brasileira é de 1969, feita

por Aldemar Guerra e Altair Lima, e excursionou pelas grandes capitais do país, chegando a Belo Horizonte em agosto de 1971.

Artigo recebido em 29/10/2011. Aprovado em 20/12/2011.

História e Crônica: Raul Pompeia e a série “Da Capital”

History and Chronicle: Raul Pompeia and the series "Da Capital"

Rubens Arantes CORREA*

Resumo: O presente trabalho integra os quadros de uma pesquisa mais ampla, na qual investigamos a trajetória, a militância e os ideais políticos de Raul Pompeia (1863-1895), situando-o no contexto brasileiro do final do século XIX. Enfatizamos, particularmente, a produção cronística de Raul Pompeia para o jornal *O Estado de S. Paulo* em uma série que o próprio autor intitulou de “Da Capital” e que foi publicada pelo vespertino paulista entre 1891 e 1893. Procuramos compreender, por meio deste trabalho, como a crônica, enquanto gênero na fronteira entre a literatura e a história, opera como um testemunho documental capaz de revelar as tensões políticas de uma época.

Palavras-chave: Crônica – Raul Pompeia – Intelectuais.

Abstract: This paper integrates the charts of a larger study in which we investigate the trajectory, the militancy and Raul Pompeia’s political ideals (1863-1895) placing him in the Brazilian context in late nineteenth century. We highlight, particularly, Raul Pompeia’s chronicals for the newspaper “*O Estado de São Paulo* in a series which the author titled "Da Capital" and was published by an afternoon newspaper from São Paulo between 1891 and 1893. We have tried to understand, through this work, how the chronicle, as a genre on the border between literature and history, works as a documentary witness able to reveal the political tensions of an era.

Keywords: Chronicle – Raul Pompeia – Intellectuals.

Já não é de hoje que o historiador tem se válido, no exercício de seu ofício, da leitura e da pesquisa histórica por intermédio de uma fonte documental com características bastante peculiares: a crônica. Neste trabalho, entendemos por crônica o gênero literário que emergiu com a proliferação da imprensa no século XIX; portanto, um tipo de texto voltado para um público urbano, consumidor de jornais. Por outro lado, do ponto de vista de sua escrita, a crônica caracteriza-se pela “narrativa curta”, marcada pela brevidade e precisão de seu autor, que, em geral, volta seu olhar para o “mundo que o cerca”, independentemente da temporalidade. O cronista, ao falar da cidade, da política, da economia, dos conflitos urbanos e dos pequenos e banais casos da cena urbana, está sempre dialogando com o tempo – seja o tempo presente como testemunha, seja o tempo passado através da memorialística, seja o tempo futuro enquanto exercício propriamente ficcional.

* Mestre em História – Doutorando em História - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Univ. Estadual Paulista, Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. Professor Adjunto do Centro Universitário Claretiano de Batatais, SP. E-mail: rubens-arantes@netsite.com.br.

É exatamente na condição de gênero literário narrativo e como uma modalidade de “reconfiguração do tempo” que se faz da crônica, nas palavras da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2004), um “gênero de fronteira”, aproximando-se da História na medida em que esta também se faz como uma narrativa do tempo na busca da máxima veracidade, por meio da coleta e do trabalho rigoroso das fontes e da construção de sínteses argumentativas e retóricas.

Seguindo, ainda, a argumentação de Pesavento (2004), podemos atribuir à crônica predicados indispensáveis para o trabalho daquele que – como o historiador – busca testemunhos de uma época. Nesse sentido, a crônica funciona como: 1. “registro do cotidiano e das sensibilidades”; 2. documento do “fato excepcional” e das “sociabilidades de um determinado contexto”; 3. “testemunho” do “tempo presente”; 4. “crítica do contexto político-social” de uma da época. (SÃO LEOPOLDO, 2004, p. 64-67).

Em contrapartida, a crônica funciona, ainda, como uma narrativa do tempo passado, na medida em que, a partir de um dado presente, o cronista se coloca a rememorar aquilo que passou, “viveu, viu e ouviu [em] um outro tempo” (2004, p.70). A crônica memorialística, ao demarcar os territórios temporais entre presente e passado, quase sempre cai no exercício do julgamento de valores, quase sempre atribuindo ao tempo que se foi uma época melhor do que o tempo vivido. Tal atributo da crônica memorialística facilita a compreensão das transformações vividas pelos indivíduos no espaço urbano, constantemente impactado pelo advento de novidades tecnológicas, gerando nos sujeitos novas atitudes, sensibilidades e percepções.

Dessa forma, ao recorrer à crônica como testemunho de uma época, o historiador encontra à sua disposição uma diversidade de aspectos, podendo, por meio dela, reconfigurar a realidade de uma dada época, identificando, nesse processo, valores, experiências, sentimentos, projetos políticos, disputas e símbolos vividos pelos sujeitos históricos e traduzidos em palavras pela escrita cronística.

Feitas essas considerações iniciais às características próprias da crônica e suas afinidades com a História, acreditamos ser preciso, ainda, tecer alguns questionamentos quanto à figura do cronista, na condição de autor e narrador afinado com esse gênero literário. Como foi dito, o fato de ter surgido e de ter sido disseminada pela imprensa com o processo de urbanização promovido pela modernidade no mundo ocidental a partir do século XIX, a crônica foi confundida, por muito tempo, como um gênero jornalístico. Entretanto, existe a necessidade de estabelecer algumas diferenças entre o

cronista e o jornalista, até para que possamos perceber o papel ocupado pelo primeiro nesse contexto de constituição contemporâneo do campo literário.

Tal como o jornalista, o cronista também tem o fato como sua matéria-prima. Entretanto, o fato para o cronista é apenas uma sugestão, um alibi, a partir do qual, por meio da imposição estilística, própria ao gênero, e da necessidade de dialogar com o tempo, o narrador reconstrói o próprio fato. Em outras palavras, não há compromisso para o cronista tratar o fato como ele realmente se deu, diferentemente do jornalista, que, no exercício de seu ofício, procura retratá-lo o mais próximo do real.

Embora seja livre para narrar o objeto de sua crônica, podendo modelá-lo apelando para os recursos da imaginação, o cronista não é alguém neutro nesse processo de criação e veiculação do texto impresso. Há uma intenção colhida e manifestada no tratamento dado ao fato, emprestando a esse gênero uma manifestação “altamente pessoal, uma reação individual, íntima ante o espetáculo da vida, das coisas e dos seres”, como afirma Davi Arrigucci Junior (1987, p. 51 apud Gonçalves, s/d).

Nesse sentido, o cronista torna-se um testemunho de um dado tempo, oferecendo ao leitor, dentro de um modelo específico de veiculação do texto – a imprensa diária –, a oportunidade de conhecer suas opiniões morais, seus projetos políticos, suas impressões sobre a vida, o mundo e os homens. Há uma carga de intencionalidade em sua abordagem do fato, ainda que o veículo que utiliza para reconfigurar o tempo e o fato seja a imaginação.

Enfim, se estamos propondo uma leitura da crônica sob o olhar de *Clio*, como fonte privilegiada dos fatos cotidianos da vida na modernidade, também precisamos lembrar que, a partir do próprio cronista, é possível ao historiador reconstruir trajetórias intelectuais, militâncias políticas, retratos de uma época com base em uma determinada visão de mundo. Na tentativa de equilibrar objetividade jornalística e subjetividade literária, o cronista produz um discurso; discurso esse que procura um interlocutor, que nada mais é que o leitor e com o qual pretende estabelecer um diálogo visando à intervenção, à ação propriamente dita na cena urbana.

Especificamente no Brasil, a trajetória da crônica está ligada ao próprio projeto de formação de uma literatura nacional iniciado no século 19 com o Romantismo. De acordo com Afrânio Coutinho (1982), a crônica no Brasil derivou do folhetim, forma de texto narrativo publicado parcialmente na imprensa e que marcou profundamente não só o desenvolvimento da imprensa no país, como também contribuiu para alargar o público leitor de autores nacionais.

José de Alencar foi um dos iniciadores da crônica na imprensa brasileira dedicando ao gênero “a mais alta categoria intelectual”, conforme crítica de Afrânio Coutinho (1982, p. 20). Alencar foi seguido por outros tantos autores que marcaram a história da literatura brasileira entre a segunda metade do século 19 e as primeiras décadas do século 20: Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida, Coelho Neto, Olavo Bilac, Aluísio de Azevedo, João do Rio, Lima Barreto e, claro, Machado de Assis, “que elevou o gênero aos mais elevados níveis de beleza e técnica”. (COUTINHO, 1982, p. 22). Com o *Bruxo do Cosme Velho*, a crônica, segundo Coutinho (1982, p. 24), “atingiu a mais alta perfeição no gênero, uma arte requintada e sutil, em que se reflete o homem que era”.

De tal maneira a crônica ocupou relevância na formação da literatura brasileira que se tornou um “gênero mediador na formação/atuação do intelectual brasileiro” (PIRES, 2003, p. 40) na passagem do século 19 para o século 20, contribuindo para a profissionalização e consagração dos escritores daquele período. A explicação para tal fato pode estar na precariedade do sistema intelectual brasileiro daquele entresséculo, apontado por Luis Costa Lima (1981) em *Dispersa Demanda*, marcado pelo predomínio da imprensa como principal veículo de atuação intelectual.

Tendo em vista todas essas considerações acerca da crônica e suas relações com a História, suas características e sua importância para a configuração de uma ideia de literatura genuinamente brasileira, passamos a privilegiar a produção de crônicas de Raul Pompeia (1863-1895), autor de *O Ateneu*, publicado originalmente na forma de folhetins em 1888 na imprensa carioca. Posteriormente, publicado em livro, *O Ateneu* torna-se uma referência da chamada literatura realista e naturalista praticada no Brasil, guindando seu autor ao reconhecimento de figura de ponta do mundo intelectual de seu tempo e ofuscando toda sua produção literária anterior e posterior a *O Ateneu*.

A despeito disso, Raul Pompeia foi não só um prolífico, mas também um exímio cronista, publicando suas crônicas na imprensa do Rio de Janeiro – *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio* –, de Juiz de Fora – *O Farol* e *O Diário de Minas* – e de São Paulo – *O Estado de S. Paulo*. O crítico literário Afrânio Coutinho – a quem coube a iniciativa de reunir grande parte desse material cronístico e de publicá-lo em quatro volumes – classifica as crônicas de Pompeia em dois tipos: as crônicas lírico-filosóficas, nas quais promove reflexões de natureza metafísica e poética a partir da observação da vida, de paisagens e dos acontecimentos; e as crônicas-comentários, por meio das quais o autor expõe sua visão de mundo acerca de problemas políticos e sociais de seu tempo, além de tratar de fatos corriqueiros da vida urbana.

A obra jornalística de Raul Pompeia tem sido trabalhada por pesquisadores em uma abordagem que enfatiza seus aspectos mais literários e estéticos, como atestam os trabalhos recentes de Marciano Lopes e Silva (2008) e Regina Lúcia de Araújo (2008). Diferentemente da perspectiva adotada por esses autores, preferimos tomar a obra de Raul Pompeia como objeto de pesquisa inserido na perspectiva da história dos intelectuais, vertente da nova história política, preconizada por Jean François Sirinelli, ou seja, investigando seu engajamento nas lutas políticas de seu tempo – movimentos abolicionista e republicano –, suas relações de afinidade/repulsão dentro do campo intelectual ainda em formação no contexto do entresséculo XIX-XX e suas concepções de nação e povo, questões recorrentes em suas crônicas e “escritos políticos”. Para efeito dessa comunicação, delimitamos o tema levando em conta somente a colaboração cronística de Raul Pompeia para *O Estado de S. Paulo*, em uma série que o próprio autor intitulou de “Da Capital”, publicada pelo vespertino paulista entre 1891 e 1893.

Trata-se de um conjunto de 66 crônicas sobre variados assuntos amarrados a um centro geográfico: a cidade do Rio de Janeiro, capital da nascente República, a ex-Corte do Império brasileiro e palco, naquela conjuntura, de turbulências e conflitos envolvendo os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Raul Pompeia, àquela altura, já era um escritor de renome em função do reconhecimento de sua obra *O Ateneu* pelo incipiente público leitor e conhecido por seu engajamento nos movimentos abolicionista e republicano desde os tempos em que fora estudante na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, no princípio da década de 1880. Com a proclamação da República, R. Pompeia embarcou em sua fase de “intoxicação política” e de “exaltação”, segundo testemunho de seu biógrafo Eloy Pontes (1935), atingindo seu clímax durante o tumultuado governo do Marechal Floriano.

Embora o foco central da série “Da Capital” seja a expansão das ideias políticas de seu autor, é possível também fazer uma leitura sobre a percepção do cronista acerca da cidade do Rio de Janeiro, ora noticiando as greves de estivadores do porto e de empregados da Estrada de Ferro Central, ora comentando a vida artística e o “mundo das letras”, como a representação de peças teatrais e lançamentos literários, ora denunciando os problemas urbanos, como a falta de limpeza da cidade e o irregular abastecimento de carne no comércio local. Em crônica datada de 16 de fevereiro de 1891, Raul Pompeia dá aos seus leitores paulistas uma ideia do significado do carnaval no Rio de Janeiro:

O ano para o Rio de Janeiro começa com a quaresma. O ano de trabalho é preciso dizer. Até essa época não se faz verdadeiramente senão esperar pelo carnaval. [...] o carnaval é a grande festa popular do Rio de Janeiro, a única festa, a festa sincera de todos, que tem habilidade de seduzir no seu júbilo, ao mesmo tempo o entusiasmo meio embriagado da gentinha miúda e a curiosidade fervorosamente interessada do que há de mais alto e mais aristocrático nas classes de seleção (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p.45, v.VIII).

O Rio de Janeiro, por essa época em que escreve Pompeia, ainda é a mesma cidade dos tempos do Romantismo, tendo na Rua do Ouvidor seu “coração” em matéria de efervescência urbana. Cortada por ruas estreitas e bondes de tração animal, a cidade, nessa época, já enfrentava problemas típicos de crescimento descontrolado. Fluxos de ex-escravos e imigrantes europeus faziam a população atingir a marca de meio milhão de habitantes na década de 1890 e, com eles, intensificavam-se os problemas sociais, como a falta de habitação, a proliferação de pestes e o aprofundamento da pobreza.

Mas as crônicas de “Da capital” são reveladoras, ainda, do universo ideológico em que seu autor, Raul Pompeia, extravasa suas opiniões sobre o quadro político da época, a ponto de não tratar somente de um modo de ver a realidade e a conjuntura, mas também de, a partir daquele espaço impresso no jornal, convocar seu leitor a agir em nome das causas que entendia serem as mais justas e dignas. Tratava-se de uma tribuna em que o autor, com base no texto, verbalizava seu discurso, como quem fala na expectativa de ser ouvido, não se contentando apenas em ser lido.

O eixo central de todas as inquietações manifestadas em suas crônicas é um só: a recém-fundada república, por quem ele havia lutado, estava em risco, em função do que Pompeia entendia por um conluio de interesses conspiratórios representados pelos monarquistas, especuladores estrangeiros inescrupulosos mancomunados com os centros decisórios do capitalismo internacional e os políticos traidores da pátria.

A geração de intelectuais à qual pertenceu Raul Pompeia foi fortemente influenciada pelos ideais políticos e cientificistas da época gestados na Europa. Concepções de liberdade derivadas do Liberalismo, a recepção do Positivismo francês e seus derivativos deterministas e biologicistas, além dos efeitos dos movimentos políticos na Alemanha que culminaram com a unificação dos Estados germânicos, alimentando, internamente, um discurso de vícios nacionalista, tornaram-se as referências dos intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX. Esse contexto histórico e filosófico serviu de combustível para a formação e consolidação do ideário ideológico do pensamento brasileiro do final do século XIX e início do XX: abolicionismo,

república e nação. Raul Pompeia foi tributário desse mesmo ideário, tingindo-o de um caráter mais jacobinista.

Derrubada a Monarquia, os primeiros anos do novo regime foram marcados por cisões dentro do grupo de intelectuais e literatos do Rio de Janeiro, o mesmo grupo que à época da propaganda agitava a cidade por meio de *meetings*, concorridas conferências, artigos de jornais e panfletos. Uma parcela desse grupo de republicanos compôs, ao lado de parlamentares, um núcleo de agitadores republicanos bastante atuantes, sobretudo a partir dos trabalhos do Congresso Constituinte. Quando da promulgação da Constituição de 1891, Raul Pompeia escreveu uma crônica em que expôs sua tese sobre a necessidade de um partido nacional que reunisse todos os republicanos como forma de garantia e proteção ao regime:

Já é tempo, sem dúvida, de se organizar na República um partido republicano, que condense no seu programa, expressa e nitidamente, os princípios que devem constituir genuinamente a alma política da nova pátria. [...] Enquanto isto não se fizer corremos o risco de ver monstruosidades como a comunhão de republicanos puros com os execrados chefes da resistência negreira [...] (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 60-61, v. VIII).

A 15 de abril de 1891, escreveu sobre a abdicação de Pedro I, ocorrida sessenta anos antes. Aproveitou a lembrança do fato para fazer uma espécie de juízo comparativo acerca das formas de governo e concluiu reafirmando sua crença na república, convocando todos à sua defesa:

Formadas em república, que é uma forma de governo que pretende ser a única moralizada, com muito mais razão entendemos que a melhor propaganda política é um convite de cada político, de cada cidadão a si mesmo, para o procedimento correto e intemerato da vida pública. Façamos a greve da moralidade! É o conselho a seguir. E o governo, bloqueado pela energia unânime do povo, há de ser necessariamente honrado e bom (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 72, v. VIII).

Conforme o clima político foi se tornando ainda mais hostil a Deodoro da Fonseca, as crônicas de Raul Pompeia foram ganhando um tom ainda mais ardoroso na defesa de seu governo e da República. A nomeação do Barão de Lucena, o fechamento do Congresso e a decretação de Estado de Sítio, no entanto, deixaram clara a falta de sustentação do governo Deodoro, levando-o a renunciar a 23 de novembro de 1891, após a ameaça da Marinha de bombardeio ao Rio de Janeiro. Sete dias depois, publicou

em sua coluna, no *Estadão*, suas impressões sobre as razões que levaram o velho marechal à renúncia.

Acusava os “desalmados especuladores” (p. 139) e os “desinteressados pelos destinos do Brasil” (p. 140) como responsáveis pelas crises políticas que atormentaram o governo de Deodoro da Fonseca e vaticinava:

Antes de nos precipitarmos em crises de desespero político, das quais só por milagre nos vamos salvando, vejamos se o pior dos nossos males não nos vem do estrangeiro que nos vende libras em Londres e do estrangeiro que nos vende tudo em nosso próprio país, mesmo as espécies as mais comecinhas da produção nacional (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 141, v. VIII).

Raul Pompeia desenvolveu uma curiosa teoria sobre a urgência da defesa dos interesses da República no Brasil na quadra dos governos Deodoro da Fonseca/Floriano Peixoto. Nessa teoria, o risco de uma ruptura institucional definitiva encontrava-se no fato de que, para ele, o Brasil continuava sendo uma colônia. Para tanto, trabalhavam os “sebastianistas”, partidários da restauração da monarquia, comerciantes estrangeiros – sobretudo lusitanos – que controlavam a atividade na capital da República, praticando preços abusivos e extorquindo a população, políticos e especuladores que aproveitavam a crise do encilhamento, e até mesmo os imigrantes que, àquela oportunidade, entravam em grande massa no Brasil, sobretudo nas regiões cafeeiras.

Pompeia colocou-se contrário ao subsídio oficial como forma de incentivo à imigração, argumentando que eles [imigrantes], quando em terras brasileiras, se recusaram a aceitar e seguir os costumes nacionais, contribuindo para corromper a língua nacional, além de conspirarem contra a República. E foi mais longe, afirmando, em 19 de julho de 1892, que:

O Brasil não precisa de trabalhadores: é uma mentira. Basta que saiba acomodar-se com os seus recursos honesta e cautelosamente para a organização do trabalho. Para o seu engrandecimento, ele precisa, sim, mas de novos concidadãos, de irmãos adotivos, de naturais amigos: ao de naturalíssimos inimigos conforme a migração em massa sabe produzir (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 220, v. VIII).

Voltava ao assunto em outra crônica (datada de 25 de julho de 1892), em que atacou os imigrantes como “invasores”, defendendo, novamente, a sua tese de que o país não precisava de trabalhadores, pois estes já existiam, referindo-se aos negros

egressos da escravidão, bastando, somente, que autoridades e proprietários rurais lhes dessem condições e oportunidades de trabalho:

Precisamos, antes de tudo, volver os olhos para o negro – o negro generoso e forte, que os declamadores da invasão injuriam e desdenham, o negro glorioso da instituição de toda a fortuna em nossa pátria, o negro heroico e invencível que encheu de pânico e assombro os campos da guerra no Paraguai, o negro de cuja raça emergiu essa grande alma – apoteose, que o Brasil conheceu com o nome de Luís Gama.

É preciso que a lavoura recalque energicamente qualquer vestígio de anacrônicas prevenções escravistas e trate nobremente com a raça de trabalhadores. Andam dispersos? É preciso cuidar dos meios de congregá-los. Os abolicionistas, hoje deploravelmente distraídos em grande número, por questiúnculas de baixa politicagem, deviam compreender que a eles cabe a rigorosa obrigação de salvar dos desastres da liberdade a raça infeliz que eles libertaram. Da parte do agricultor, deve haver empenho em buscar a colaboração desses homens de espáduas fortes e coração benigno (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 229, v. VIII).

Seguindo a tese da conspiração antirrepublicana que se formara, em particular no Rio de Janeiro, Raul Pompeia saiu em defesa do papel do Exército enquanto ator político capaz de regulamentar a vida nacional contra os especulares inescrupulosos e políticos desinteressados com os destinos da pátria. A 23 de fevereiro de 1892, escreveu:

Inaugurador do regime republicano entre nós, o soldado brasileiro só tem um dever ativo em política: é defender a república. Mas, contra a monarquia; quando a maquinação sebastianista mais audaciosamente se revele. [...] Além desse caso especial da política republicana no Brasil, ainda é positivamente incontestável a legitimidade das manifestações militares em política, quando o erro, a cegueira política, encaminhe visivelmente a pátria para qualquer grave compromisso, desonroso ou funesto, com o estrangeiro (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 176-177, v. VIII).

A 3 de março de 1892, denunciou a espoliação a que o Brasil estava submetido por capitalistas estrangeiros, espoliação manifesta não só nos empréstimos e financiamentos, como também no controle do comércio de mercadorias de primeiras necessidades no Rio de Janeiro. E conclamou a caserna para agir contra os golpistas traiçoeiros e os partidários da intriga da politicagem:

A República é uma coisa que os estrangeiros poderosos odeiam; a República é a independência nacional que os metropolitanos de quem dependemos não querem que tenhamos. A República é, pois, uma casa de defesa nacional. Sustentar a República é como guardar as fronteiras da pátria.

Ao soldado incumbe, pois, proteger a tranquilidade da vida republicana, com o mesmo ardor com que ele sabe que tem de defender a integridade da nação. E contra o mesmo perigo! Num caso e noutro, contra a invasão audaciosa e humilhante do estrangeiro (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 180, v. VIII).

E esse tom alarmista de denúncia e de conspiração vai marcar toda a correspondência de Raul Pompeia ao *Estado de S. Paulo* até 27 de julho de 1893, quando encerra a série “Da Capital”. A sublevação de soldados estacionados na Fortaleza de Santa Cruz, as cisões no Rio Grande do Sul durante o episódio da Revolta Federalista, a movimentação da Armada sob comando de Custódio José de Melo, enfim, todos os fatos que compuseram o conturbado governo de Floriano Peixoto são retratados por Raul Pompeia para seus leitores paulistas. No auge da oposição ao florianismo, Raul Pompeia escreveu em sua coluna, a 12 de maio de 1892, uma declaração de apoio às ações repressivas do velho marechal, afirmando:

O governo de Deodoro foi o da criação republicana, a que se seguiram as desordens de toda a espécie de gêneses; desordens que se não caracterizaram por derramamento de sangue porque o espírito de reação foi (talvez sabiamente) subornado por imensos desperdícios de ouro. Mas Floriano Peixoto vai realizando evidentemente a consolidação da forma republicana federal (se a constituição não mente). Seu programa, que, por falta de boa fé, se diz ser uma esfinge, é o mais claro possível. Reabilitou ou desagrovou o Congresso dos legisladores federais, ultrajado pelo ato de 4 de novembro e pelos aplausos e protestos de adesão que se seguiram pelos Estados. Fez energicamente sentir a ação central em nome da verdade do federalismo, contra as organizações começadas pelos Estados, e que era impossível absolutamente tomar a priori por coisa séria [...] (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 198, v. VIII).

Aderiu à causa florianista em um contexto em que boa parte da intelectualidade se colocava contra o velho marechal, entre eles, Euclides da Cunha, a quem coube, em genial artigo, atribuir a Floriano Peixoto a alcunha de “Marechal de Ferro”. De um lado, era um ídolo dos republicanos radicais naquela conjuntura, os quais viam nele a legitimidade para fazer valer os ideais mais “puros” da República; de outro, um ditador sanguinário, responsável por determinar ordens de execuções sumárias e prisões sem acusação formal.

Por fim, há uma crônica que encerra a concepção que Raul Pompeia tinha de História. Em 19 de janeiro de 1892, o cronista faz ver ao leitor paulista aquilo que entendia como processo de desenvolvimento histórico das nações, constatando que, na América do Sul, ainda não havia uma “civilização” em termos de progresso e de raça, comparativamente à América do Norte, onde os Estados Unidos, colonizados por ingleses, haviam alcançado por força da capacidade e habilidade inerente à personalidade desse povo. Já os sul-americanos sofriam das impaciências e inércias típicas dos povos latinos que os colonizaram.

Nesse sentido, voltou-se para o Brasil para sustentar sua tese, afirmando que a fragilidade e a inoperância do regime monárquico haviam condenado o país ao atraso. Veio a República, mas esta não fora forte o bastante – pelo menos até aquele instante – para ingressar o país no caminho da civilização e do progresso.

Ainda que sucintamente, é possível perceber, por meio dessa pequena série de crônicas, as contradições e os conflitos que marcaram os primórdios da República no Brasil vistos pela perspectiva de um intelectual típico daquela conjuntura histórica. O repertório de Raul Pompeia na série “Da Capital” publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* é próprio do final do século XIX no Brasil, quando a intelectualidade consumia as modas literárias e filosóficas europeias e por meio das quais procurava intervir no debate público.

E a imprensa constituiu o principal veículo dessa intervenção pública do intelectual brasileiro do final do século XIX. Por meio dela e, sobretudo, através da crônica, é possível reconfigurar o debate político nos momentos iniciais da República no Brasil, marcado por disputas em torno de projetos de nação em construção.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Regina Lúcia de. *Raul Pompeia: jornalismo e prosa poética*. Goiás: UCG, 2008.
- ARRIUGUCCI JR., Davi. Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 51. In: GONÇALVES, Paulo de Tarso. *Crônica como história: cultura e prosa em Londrina nos anos 50*. Disponível em: <<http://detarsohistoria.blogspot.com/2008/10/crnica-como-histria.html>>. Acesso em: 16 ago. 2011.
- CORREA, Rubens Arantes. As crônicas de Raul Pompeia: um retrato da vida política brasileira do final do século XIX. *Claretiano: Revista do Centro Universitário*, Batatais, n. 4, p. 65-75, jan./dez. 2004.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). *Raul Pompeia: obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Olac, 1982. v. VI e VIII.

- CUNHA, Euclides. *Antologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1966, p. 101-102.
- LIMA, Luis Costa. *Dispersa Demanda* (ensaios sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 3-29.
- LOPES E SILVA, Marciano. *O mal de D. Quixote: Romantismo e filosofia da História na obra de Raul Pompeia*. São Paulo: Unesp, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: fronteira da narrativa histórica. *História*, Porto Alegre, v. 8, n.10, p. 61-80, jul./dez. 2004.
- PIRES, Maria Isabel Edom. A crônica como gênero mediador na formação/atuação do intelectual brasileiro no entresséculo XIX-XX. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus Universitet, Aarhus-Dinamarca, n. 8, p. 40-48, 2003.
- PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- PORTOLOMEOS, Andréa. *A crônica machadiana na formação da literatura brasileira*. Disponível em: http://www.filologia.org.br/machado_de_assis/A%20cr%C3%B4nica%20machadiana%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20literatura%20brasileira.pdf. Acesso em: 16 ago. 2011.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

Artigo recebido em 05/10/2011. Aprovado em 10/12/2011.

A Riqueza Simbólica produzida pelo Movimento Roqueiro dos anos 80

The Symbolic Wealth produced by the Rock Movement in the 80's

Gustavo dos Santos PRADO*

Resumo: A música, enquanto fonte de pesquisa, proveniente da vulcanização dos postulados teórico-metodológicos da História Cultural, coloca no cenário acadêmico, uma série de possibilidades, desafios e riscos, provenientes de seu caráter amplamente subjetivo. Notadamente, tal fonte necessita de um diálogo interdisciplinar, para prover um processo de historicidade profícuo. Visando contribuir nesse debate, o artigo em questão, utiliza-se da semiótica como mecanismo de tal interlocução, na tentativa de discutir os símbolos criados pelo movimento roqueiro dos anos 80, levando em consideração a letra e o conjunto melódico. Espera-se, que a proposta provoque inquietações, resoluções e irresoluções, fulcrais para o desenvolvimento científico.

Palavras-chave: Música – Símbolo – Rock.

Abstract: Music, as a source of research, originating from the vulcanization of theoretical and methodological postulates of Cultural History, places in the academic setting, a series of possibilities, challenges and risks, originating from its largely subjective character. In particular, such a source requires an interdisciplinary dialogue to provide a fruitful process of historicity. Aiming to contribute to this debate, the article in question makes use of semiotics as a mechanism for such a dialogue in an attempt to discuss the symbols created by the Rock movement in the eighties, taking into account the lyrics and melody. It is expected that the proposal causes concerns, resolutions and irresolutions, fundamental to the scientific development.

Keywords: Music – Symbol – Rock.

Introdução

Há uma grande inclinação, de historiadores do tempo presente, em vislumbrar novos objetos que estão imersos no universo da história. Nesse passo, toda forma de registro deixada pelo homem, passa a ser de interesse para pesquisadores, especialmente centralizados na história cultural, que debruçam suas atenções no campo da literatura, quadrinhos, vídeos e músicas, em uma infinidade e multiplicidade de fontes¹, que fortalecem os postulados historiográficos, ao mesmo tempo que projetam suas atenções para fontes emergentes, que em vários momentos; foram negligenciadas como objetos de estudo (WILLIAMS, 1992, 29)². Na vulcanização dos estudos culturais, a música tornou-se uma rica fonte no fazer histórico. Dessa forma

* Mestrando em História Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC - Campus Perdizes, CEP: 05014-901, São Paulo, São Paulo - Brasil. Bolsista CNPq.
E-mail: gspgustavo.historia@hotmail.com

[...] não é possível detectar aspectos de determinadas épocas no nível do seu “sentir”, se não pela arte e mais precisamente pela música. Não há vestígio histórico mais envolvente, ainda que não raras vezes mais imperceptível, enquanto conceitualidade, do que a música em determinados períodos (WISNIK; SQUEFF, 1982, p. 15).

Os estudos culturais relacionados à música procuram dialogar as possibilidades, limites e inovações que tal fonte poderá abarcar (MORAES, 2010, p.1-2)³, sendo o rock nacional, emergente dos anos 80; um campo profícuo para a investigação histórica. Tal manifestação musical e cultural possui um amplo processo de circularidade (GINZBURG, 2006)⁴, seja em sua formação melódica, bem como na apropriação de temáticas, objetos, assuntos que tornaram-se a ordem do dia, em um determinado momento.

O movimento roqueiro foi resultado de uma grande simbiose, em que a atitude punk⁵, propiciou o surgimento de inúmeras bandas de garagem, onde há “um amplo ritual de auto identificação entre os jovens constituintes” (PAIS, 2006, p. 49), no qual durante os anos 70, cresceram em várias cidades brasileiras, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Rio Grande do Sul, dentre outras. Notar-se-á como a juventude possuiu essa capacidade criatória, frente aos dilemas propostos e das experiências que foram possibilitadas em seu cotidiano, pois

[...] a atualidade da juventude, assim, consiste em estar próxima dos problemas presentes. Também por isso, os jovens *são dramaticamente atentos aos processos de desestabilização e dispostos a tomar partido deles* (ABRAMO, 1994, p.49. Grifo nosso).

Com o processo de dilaceramento econômico, gerado pelo sufocamento imposto pela decadência do “milagre econômico”⁶, tais jovens foram agregados às intenções do capitalismo fonográfico, no qual sentiu-se compelido a aceitar o novo cenário, vislumbrando a sobrevivência de suas atividades dentro do território nacional, permitindo a explosão de movimentos roqueiros, que passaram a compor o rol artístico de grandes gravadoras, repercutindo seus gestos, vestimentas, opiniões e estilos por várias partes do país; fazendo com que o rock retome na ordem do dia.⁷ Doravante, com o processo de reabertura política⁸, a juventude passou a deter maior poder de manifestação, abrindo-se em um horizonte espacial, no qual os dilemas, medos, anseios, dúvidas e questionamentos, são criados e cantados em sua maioria por sujeitos jovens. Nesse contexto

[...] se o quadro é de incertezas e crises no campo social, político e econômico, o mesmo não podemos dizer da área cultural, pelo menos para a música jovem, pois o crescimento e a concretização de um mercado para a juventude faz do rock um dos principais meios de expressão e análise em relação a situação por que se passa o Brasil (BRANDÃO; DUARTE, 2004, p. 128).

Nota-se, nessas bandas e artistas, que possuem fragmentos de sua obra abarcados por esse artigo, uma grande multiplicidade criadora e temática, sendo que os conflitos e dilemas juvenis são colocados e discutidos por milhões de jovens, urbanos e brasileiros, que em seu tempo, produziram canções que refletiram os dilemas de um mundo, no qual as transformações no social, advindas dos questionamentos na esfera da modernidade, ganham contornos amplos, difusos e incertos. Com isso,

[...] em detrimento dos interesses econômicos, há uma mudança cultural em escala global, na qual somos abarcados, seduzidos e influenciados. A comunidade global, cada vez mais alicerçada, modifica nossas formas e padrões de vida, trazendo novas influências para a convivência em cotidiano, gerando uma catarse de transformações no âmbito social e pessoal (PRADO, 2011, p. 3).

Nesses processos, que envolvem uma gama de transformações, os itens culturais são criados, elaborados e reelaborados, o que permite que a historiografia vulcanize novas formas de dinamizar seus postulados e procedimentos metodológicos, promovendo na análise histórica, uma abordagem inter-multi e transdisciplinar, na tentativa de consolidar os signos e significados encontrados em um determinado campo melódico ou letra. Tal imersão em outras áreas do conhecimento permite pensar os símbolos que foram criados por tais jovens roqueiros, e as formas como os mesmos estão dispostos em uma determinada obra musical, tematizando e problematizando a sua essência, enquanto símbolo produtor de significado, cabendo ao historiador esmiuçar sobre tais significantes e significados⁹ que os mesmos podem trazer e contribuir em determinados momentos, respeitando a parcialidade subjetiva existente em tais composições. Com isso, tematizar

[...] a subjetividade permite problematizar a noção de sujeito, unilateral, isolável, emergindo a centralidade nos processos de diferenciação e uma possibilidade de construção singular da existência nas configurações assumidas pelas apreensões que os sujeitos fazem de si mesmo e do mundo (MATOS, 2005, p. 27).

Tais prognósticos e condutas de análise, que levam em consideração as particularidades dos signos e suas subjetividades, permitem a busca por novos caminhos metodológicos, visando compreender e interpretar a produção musical roqueira do período, que está em sintonia nefrágica com os postulados, aceitamentos e recuos da modernidade e suas modificações no âmbito cotidiano. Para tanto

[...] o ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor, mais ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos e tudo que somos (BERMAN, 1986, p. 15).

Nesse caso, propõe-se aos questionamentos de tais signos, levando em consideração o caráter subjetivo, procurando a partir das músicas elencadas, a busca pela resolução das seguintes indagações: Qual a simbologia que determinadas músicas trazem em sua essência? Como estão colocados na estruturação melódica e letra? Em que medida tais postulados colaboram na análise da música enquanto fonte de pesquisa para o historiador? De que forma tais letras trazem a carga cultural de um dado momento, criticando ou ratificando os postulados e transformações advindas do modernismo? Com tais intentos, foram elencadas cinco músicas, de bandas e cantores diversos, que tiveram sua produção emergente durante os anos 80 e início dos 90, que no decorrer de sua trajetória; foram influenciados por tal atmosfera trazida acima. Com isso

[...] a música como o lugar do mais alto grau de qualquer real se põe como lugar propício para a vigência do pensar poético. Significa: o lugar em que este pensar tem o mais alto grau de realização de sua vigência. Talvez de nenhuma outra forma o pensar poético seja capaz de se fazer vigoroso como na música (JARDIM, 2005, p. 23).

Nesse quadro, reflete-se a música enquanto produtora de uma poética. Essa, pela criatividade envolta no movimento roqueiro do período circunscrito, permitiu a artistas e bandas, criarem de forma constante, uma constância de símbolos que estão elencados em tais canções¹⁰. O marco do poético é levado em consideração, pois é uma categoria que permite a criação de simbologias, signos, significâncias e significados. É nesse bojo que está à música, sua produção, sua arte e seu contexto histórico.

Quando o segundo sol chegar
Para realinhar
As órbitas dos planetas
Derrubando com
O assombro exemplar
O que os astrônomos diriam
Se tratar de um outro cometa...(2x)
Não digo que não me surpreendi
Antes que eu visse, você disse
E eu não pude acreditar
Mas você pode ter certeza
De que seu telefone irá tocar
Em sua nova casa
Que abriga agora a trilha
Incluída nessa minha conversão
Eu só queria te contar
Que eu fui lá fora
E vi dois sóis num dia
E a vida que ardia
Sem explicação...
Quando o segundo sol chegar
Para realinhar
As órbitas dos planetas
Derrubando com
O assombro exemplar
O que os astrônomos diriam
Se tratar de um outro cometa...(2x)
Não digo que não me surpreendi
Antes que eu visse, você disse
E eu não pude acreditar
Mas você pode ter certeza
De que seu telefone irá tocar
Em sua nova casa
Que abriga agora a trilha
Incluída nessa minha conversão
Eu só queria te contar
Que eu fui lá fora
E vi dois sóis num dia
E a vida que ardia
Sem explicação
De que seu telefone irá tocar
Em sua nova casa
Que abriga agora a trilha
Incluída nessa minha conversão
Eu só queria te contar
Que eu fui lá fora
E vi dois sóis num dia
E a vida que ardia
Sem explicação...
Explicação, não tem
Não tem Explicação..(2x)
Explicação, não tem
Sem Explicação!...

Explicação, não tem
Explicação!
Não tem, não tem (Nando Reis).

A música inicia-se em termos melódicos, em um ritmo desacelerado, sem quebras bruscas, no qual há uma preocupação inicial com a tematização, que visa refrear a velocidade do tempo, ressaltando os elos de conjugação melódica (TATIT, 1997, p. 96). Nesse quadro, vulcaniza-se uma sinergia simbólica, que remete há uma conversa entre pares: “Quando o segundo sol chegar, para realinhar a órbita dos planetas, derrubando com o assombro exemplar, o que os astrônomos diriam se tratar, de um outro cometa”, sendo que o segundo sol, aparece como uma opinião contrária e controvertida a do retentor discursivo¹¹. Todavia, após uma reintrodução melódica mais acelerada, “no qual ocasiona maior proximidade dos elementos musicais, colocando em evidência os contrastes e as similaridades” (TATIT, 1997, p. 95), o sujeito representado passa por um processo de reflexão advindos de opiniões contrárias as suas: “Não digo que não me surpreendi, Antes que eu visse, você disse e eu não pude acreditar”. Com esse impacto em sua concepção de mundo, o narrador modifica sua postura, colocando em harmonização todos os instrumentos em jogo, em uma propulsivo ritmo acelerado, partido para “a recuperação da continuidade” (SANTAELLA, 1998, p. 98): “Mas você pode ter certeza, que o seu telefone irá tocar, em sua nova casa, que abriga agora a trilha, incluída nessa minha conversão”. Nota-se, a modificação de postura advinda do adstrito, sendo que tal processo gerou uma continuidade em suas mentalizações, pois agora contém uma nova postura aceitável pelo sujeito: “Eu só queria te contar, que eu fui lá fora, e vi dois sóis num dia, e a vida que ardia sem explicação”. Nesse quadro, o narrador sente-se literalmente mais vivo, no momento em que reformula seus conceitos, pessoais e subjetivos, possibilitados por um mundo em que a dinâmica torna-se cada vez mais acelerada, difusa e incerta¹², que em valorosa medida, foi constitutiva e emergente, no momento em que passou a deter um pensamento mais flexível, frente às experiências possibilitadas. Consequentemente, o segundo sol, torna-se um signo frutífero, sendo um produtor de luz e significado a vida do sujeito narrativo. Para que

[...] as pessoas sobrevivam na sociedade moderna, qualquer que seja sua classe, suas personalidades necessitam assumir a fluidez e a forma aberta dessa sociedade. Homens e mulheres modernos precisam apreender aspirar à mudança, não apenas estar aptos a mudanças em sua vida pessoal e social, mais ir efetivamente em busca de mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-as adiante (BERMAN, 1896, p. 109).

As transformações convulsionadas pelas mudanças advindas da modernidade reproduzem nos sujeitos jovens roqueiros, novas maneiras de interação simbólica e material, sendo que nessa metamorfose, houve criação de novas simbologias, na tentativa de expressar suas angústias pessoais e subjetivas, frente aos desafios encontrados:

De tarde quero descansar, chegar até a praia
Ver se o vento ainda está forte
E vai ser bom subir nas pedras.

Sei que faço isso para esquecer
Eu deixo a onda me acertar
E o vento vai levando tudo embora

Agora está tão longe
Vê, a linha do horizonte me distrai:
Dos nossos planos é que eu tenho mais saudade,
Quando olhávamos juntos na mesma direção.

Aonde está você agora
Além de aqui dentro de mim?

Agimos certo sem querer
Foi só o tempo que errou
Vai ser difícil sem você
Porque você está comigo o tempo todo.

E quando vejo o mar
Existe algo que diz:
"-A vida continua e se entregar é uma bobagem."

Já que você não está aqui,
O que posso fazer é cuidar de mim.
Quero ser feliz ao menos.
Lembra que o plano era ficarmos bem?

"-Ei, olha só o que achei: cavalos-marinhos."

Sei que faço isso pra esquecer
Eu deixo a onda me acertar
E o vento vai levando tudo embora. (Legião Urbana).

A música mantém em todo seu percurso, um conjunto melódico pautado na lentidão, visando à tematização em todo o contexto narrativo, dando legitimidade ao sofrimento advindo do sujeito. Esse é ratificado pelo espaço da trama, uma praia deserta, no qual o apego aos elementos da natureza constitutiva, como vento, mar e pedras, é uma tentativa de fuga ao cotidiano vivido: "De tarde eu quero descansar, chegar até a praia e ver, se o vento ainda está forte, e vai ser bom subir nas pedras, sei que faço isso pra esquecer, e deixo a onda me acertar, e o vento vai levando tudo embora". Doravante as reflexões sobre o sentimento em litígio, disperso e distante, resultam em uma altercação do sujeito com o cenário natural encontrado: "A linha do

horizonte me distrai, dos nossos planos é que tenho mais saudade, quando olhávamos juntos na mesma direção”. Nesse passo, tal sintonia subjetiva natural, captada de forma não progressiva e sem linearidade, promovem no adstrito uma retomada de força frente à experiência pairante, onde as oscilações vividas no campo afetivo são latentes¹³. Nesse momento, há uma elevação das entonações do conjunto melódico, o que não implica um processo de aceleração, e sim de debregagem enunciativa¹⁴, visando-se o momento presente: eu, aqui, agora (TATIT, 2001, p. 40): “Agimos certos sem querer, foi só o tempo que errou, vai ser difícil sem você, por que você está comigo o tempo todo, e quando vejo o mar, existe algo que diz, a vida continua e se entregar é uma bobagem”. Nessas convulsões reflexivas do próprio eu, o narrador pode assumir posturas diferenciadas, frente a seu momento vivido. As fragmentações advindas de períodos modernos

[...] modifica as relações de afetividade, emergindo uma nova, através da mutualidade de auto revelação e da busca de auto satisfação, pela apropriação positiva de circunstâncias nas quais as influências globalizadas invadem o cotidiano (FRIDMAN, 2000, p. 77).

Nota-se, grande inclinação das temáticas envolvendo as relações afetivas, pela juventude da década de 80, no qual o rock permitiu ressaltar, vislumbrar e dialogar com as novas situações, que em fim de século tornam-se presentes. Nesse caso, *Vento no Litoral*, produz no cenário musical um diálogo com os símbolos, tais como horizonte, pedra e mar, sendo que o sentir e experienciar tal espaço, permitiu ao sujeito reconsiderar sua própria existencialidade. O vento espelha e reflete o símbolo do sentir e do emitir, o seu momento, bem como as transformações que a respectiva dubiedade é capaz de realizar. Para tanto

[...] as percepções humanas são resultados de elaborações cognitivas, o que coloca no paradigma dos signos no sentido lato [...] Nesse contexto amplo, a comunicação é concebida como transmissão de qualquer influência de uma parte de um sistema vivo para uma outra parte de modo a produzir mudança, e aquilo que é transmitido são mensagens (SANTAELLA, 1998, p. 17).

Nesse rol de possibilidades urdidas na trama cotidiana, vivenciando as transformações advindas no campo subjetivo, o movimento musical do período ramificou-se nas problemáticas que estavam na ode das discussões, no qual a criação de

símbolos emergiu do talento, da escolha e das possibilidades experimentadas em um dado instante; sendo idiossincrática a crítica ao comportamento do homem moderno:

Cabeça dinossauro
Cabeça dinossauro
Cabeça cabeça
Cabeça dinossauro
Pança de mamute
Pança de mamute
Pança pança
Pança de mamute
Espírito de porco
Espírito de porco
Espírito de porco (Titãs).

Tal canção é pautada por quebras bruscas do início ao término, ressaltando os contrastes existentes (TATIT, 2001, p.40) na existência do homem que vive sobre os postulados da modernidade. Dessa forma, a narrativa critica as condições da mesma, no qual o sujeito perdeu-se em um horizonte narcísico, inacessível pela sua inflexibilidade de pensamento: “*Cabeça dinossauro*”. Ademais, a narrativa possui uma incisiva crítica aos padrões elevados de consumo: “*Pança de Mamute*”, gerando indivíduos e sujeitos que não valorizam outras sentimentalidades humanas: “*Espírito de Porco*.” Nesse ensejo, para a banda, o homem em final de século, enclausurou-se na pseudo melhoria possibilitada pelo consumo, sendo que os elementos da modernidade são vistos e passados, não como avanço e progresso, mas como sinônimo de digressão e retrocesso. Tal mensagem aglutinada à melodia, com as quebras advindas de sons de tambores; associa a condição do homem moderno ao primitivismo. Nesse contexto

[...] por toda a parte encontramos a solidão, o vazio, a dificuldade de sentir, de ser transportado para fora de si, de onde uma fuga para frente das experiências, que mais faz do que traduzir essa busca em uma experiência sensorial forte (LIPOVETSKY, 1983, p. 73).

As experiências remontam os sujeitos a uma série de oscilações no âmbito pessoal e afetivo, gerando na letra um conjunto de elementos introspectivos, que não desejam mostrar sua existência e compartilhar a sua essência; promovendo a ascensão de signos como cabeças, mamute e espírito de porco, que via de regra, possuem no plano intencional criticar a conduta humana, do homem moderno, visto de forma amplamente retroativa¹⁵. Nesse caso

[...] em tal ambiente, a cultura do modernismo continuará a desenvolver novas visões e expressões de vida, pois as mesmas tendências econômicas e sociais que incessantemente transformam o mundo, tanto para o bem, quanto para o mal, também transformam as vidas interiores, dos homens e das mulheres que ocupam o mundo e a fazem caminhar (BERMAN, 1986, p. 393).

No entanto, a incessante busca pela ocupação dos vazios lacunares da existência, permeiam uma boa parte da produção musical do período trabalhado, gerando outros questionamentos frente às experiências sensoriais, pessoais, cotidianas e coletivas, no qual a aflição e a busca por respostas, conduzem as letras e o ensaio da vivência explícita naquelas, a um labirinto difícil de encontrar uma saída:

Se a gente não tivesse feito tanta coisa,
Se não tivesse dito tanta coisa,
Se não tivesse inventado tanto
Podia ter vivido um amor Grand' Hotel.

Se a gente não fizesse tudo tão depressa,
Se não dissesse tudo tão depressa,
Se não tivesse exagerado a dose,
Podia ter vivido um grande amor.
Um dia um caminhão atropelou a paixão
Sem teus carinhos e tua atenção
O nosso amor se transformou em "Bom Dia" ...
Qual o segredo da felicidade?
Será preciso ficar só pra se viver?
Qual o sentido da realidade?
Será preciso ficar só pra se viver?
Se a gente não dissesse tudo tão depressa,
Se não fizesse tudo tão depressa,
Se não tivesse exagerado a dose,
Podia ter vivido um grande amor.
Um dia um caminhão atropelou a paixão
Sem teus carinhos e tua atenção
O nosso amor se transformou em "Bom Dia" ...
Qual o segredo da felicidade?
Será preciso ficar só pra se viver?
Qual o sentido da realidade?
Será preciso ficar só pra se viver?
Só pra se viver.
Ficar só
Só pra se viver...
Ficar só
Só pra se viver (Kid Abelha).

A construção melódica é pautada por um aumento da velocidade gradativa, em valores descontínuos, o que não implica num total aceleração do conjunto. Nesse, há nítida vontade de permanecer, na desaceleração do tempo e reconstituição da narração,

impulsionando a espera como sinônimo de sentido (TATIT, 2001, p.94). Tal condição está explícita na letra, pois as adversidades advindas do relacionamento promovem no eu-lírico, uma mescla de indagações e afirmações: “Se a gente não tivesse feito tanta coisa, se não tivesse dito tanta coisa, se não tivesse inventado tanto, podia ter vivido um amor Grand Hotel”. Doravante, na ânsia por experimentar uma relação estável, duradoura e verdadeira, os sujeitos constituintes inauguram uma etapa no qual a somatória de exigências entre pares, assume uma condição intolerável, gerando o rompimento da relação: “Um dia o caminhão atropelou a paixão, sem o seu carinho e sua atenção e o nosso amor se transformou em bom dia”. Nessa circunstância a música mergulha em um pessimismo e isolacionismo sem precedentes: “Será preciso ficar só, pra se viver?”. O agente discursivo, representado na letra, conduz a narrativa em um projeto paralelo do que é idealizado em “*Grand Hotel*”, símbolo de um amor intenso, verdadeiro, no qual estão implicados nesse termo toda uma gama de possibilidades que a relação afetiva pode debrear. Na impossibilidade de reconstrução de sua vida entre pares, a narrativa toma para si uma posição amplamente fatalista e solitária, no qual o projeto de viver o amor em sua plenitude esbarra-se no âmbito cotidiano, refazendo as expectativas criadas, de acordo com o momento vivido, onde a solidão assumida pela narradora é um sentimento inverso proposto pela simbologia do “*Grand Hotel*”, estilizando os papéis construtores de uma projeção futura bem como de sua própria identidade, projetando um ritual narcísico. Dessa forma

[...] a experiência do sujeito contemporâneo seria então marcada pela necessidade de lidar ao mesmo tempo com o desamparo básico – constitutivo da condição humana – e sua intensificação, provocada por aquela insuficiência do estoque identificatório. O narcisismo contemporâneo surge aí como uma defesa possível para o sujeito diante desse quadro, facultando-lhe a construção de identidades, que embora frágeis e passageiras, permitiram sua sobrevivência (COELHO, 2006, p. 179).

As noções de desamparo ressaltam nos sujeitos jovens, do período abordado, uma multiplicidade de temas que permeiam sua vida. Nesse passo, as relações da juventude com as modificações impostas pela modernidade, introduziram nos sujeitos, uma capacidade de erudição, criação e manifestação, no qual há uma recriação simbólica advinda das sujeições dos letristas e cantores em sua existência; convergindo ao rock temáticas que ao serem trabalhadas, demonstram a capacidade criatória do movimento em questão:

Vocês esperam uma intervenção divina
Mas não sabem que o tempo agora está contra vocês
Vocês se perdem no meio de tanto medo
De não conseguir dinheiro pra comprar sem se vender
E vocês armam seus esquemas ilusórios
Continuam só fingindo que o mundo ninguém fez
Mas acontece que tudo tem começo
Se começa um dia acaba, eu tenho pena de vocês
E as ameaças de ataque nuclear
Bombas de neutrons não foi Deus quem fez
Alguém, alguém um dia vai se vingar
Vocês são vermes, pensam que são reis
Não quero ser como vocês
Eu não preciso mais
Eu já sei o que eu tenho que saber
E agora tanto faz
Três crianças sem dinheiro e sem moral
Não ouviram a voz suave que era uma lágrima
E se esqueceram de avisar pra todo mundo
Ela talvez tivesse um nome e era: Fátima
E de repente o vinho virou água
E a ferida não cicatrizou
E o limpo se sujou
E no terceiro dia ninguém ressuscitou (Capital Inicial).

A música, inicialmente, é respaldada por um ritmo intenso e crescente, no qual predisõem uma aceleração em caráter descontínuo, onde o estado de mudança dá-se de forma inesperada (TATIT, 2001). O narrador, em revolta com o mundo ao seu entorno, utiliza-se da mensagem de Fátima¹⁶, um dos símbolos da Igreja Católica, como um elo que representa uma modificação da postura humana, em face aos paradigmas advindos da modernidade; o que não implica à letra um caráter catequístico. A representação da fé e a ânsia por transformação, de início, conduzem a música em uma áurea fatalista em face à conduta humana, envolvendo nesse terreno movediço a técnica, a religião e a ciência. O narrador refuta toda a ausência de postura advinda do homem: “Vocês esperam uma intervenção divina, mas não sabem que o tempo agora está contra vocês”, em detrimento da primazia e valorização do homem econômico: “Vocês se perdem no meio de tanto medo, de não conseguir dinheiro pra comprar sem se vender”. Após, o agente discursivo, em uma melodia mais alta e ríspida, passa a expressar tudo àquilo que o indivíduo moderno idealizou e realizou, tendo como respaldo somente os valores da modernidade, da ciência e da técnica: “E as ameaças de ataque nuclear, bombas de nêutrons não foi Deus quem fez, alguém um dia vai se vingar, vocês são vermes e pensam que são reis”, implodindo todos os instrumentos em “e agora tanto faz”, chegando ao ápice na aceleração e entonação discursiva. Nesse passo, na aceitação do mundo desapegado de valores morais, religiosos e éticos, o adstrito passa a aceitar a

situação de desamparo frente ao cotidiano experienciado, no qual o homem moderno, em sua ânsia por dinheiro e poder, reproduz em sua vida e sociedade uma dimensão tecnológica e tecnocrata, isenta de sentimentalidades humanísticas, promovendo um discurso narrativo radicalizado. Nesse rol de possibilidades sociais em que a ciência, o capital e a técnica conduzem os sujeitos frente à experiência moderna; os detalhes, a valorização e a emoção entre seres humanos tornam-se sombrias, fantasmagóricas e esquecidas¹⁷: “Três crianças sem dinheiro e sem moral, não ouviram uma voz suave que era uma lágrima”, sendo que a ausência de valorização entre seres humanos, promovem uma racionalização da própria vida, colocando em anagrama o que poderia e não foi modificado, transformado e reestruturado: “E de repente o vinho virou água, e a ferida não cicatrizou, o limpo se sujou e no terceiro dia, ninguém ressuscitou”. Doravante, Fátima é uma simbologia daquilo que poderia ser alterado no âmbito das relações humanas e afetivas, sendo que a associação com o símbolo religioso; é inexorável à pretensão narrativa. Um segredo revelado, no qual estão presentes todos os informes sobre os impactos da humanidade sobre ela mesma. Nesse passo, valoriza-se na música, uma modificação de postura frente à realidade do mundo, tendo no vértice do prisma, uma vulcanização das sentimentalidades humanas na contextura cotidiana moderna. Há quebra dos valores tradicionais, utilizando-se de referências a marcos religiosos, a crítica a ciência, ao homem econômico, que sintetizam a insensibilidade humana, em final de século, são reflexos de modificações sociais profundas, no qual os indivíduos sentem-se

[...] psiquicamente nus, despidos de qualquer halo religioso, estético ou moral, e de véus sentimentais, devolvidas à nossa vontade e energia individuais, forçados a explorar mais e a nós mesmos para sobreviver, e mesmo assim, a despeito de tudo, reunidos pela mesma força que nos separam, vagamente cômicos de tudo o que poderíamos realizar juntos, pronto a distendermos na direção de novas possibilidades humanas, a desenvolver identidades e fronteiras comuns que podem ajudar-nos a manter-nos juntos, enquanto o selvagem ar moderno explode em calor e frio através de todos nós (BERMAN, 1986, p. 146-147).

Apontamentos conclusivos

Ao longo desse artigo percebeu-se a influência de diferentes simbologias dentro de um dado contexto narrativo. Tal riqueza foi propiciada pela imersão de jovens sujeitos, roqueiros, urbanos e modernos, que procuraram manifestar via música, em sua experiência cotidiana, as aflições advindas das transformações da modernidade; que no

final de século; atingem proporções vigorosas. Para tanto, tais jovens enquanto agentes catalizadores de mudanças e detentores de um talento inerente, aglutinado ao potencial discursivo, logrado pela inserção na indústria fonográfica, transformaram os dilemas da modernidade no âmbito subjetivo, em música, melodia, símbolos, marcas e poemas.

Tal manifestação cultural possuiu uma grande capacidade de capitalizar sentimentos e emoções, o que desperta a atenção de pesquisadores na atualidade, que se desdobram para vencer os desafios propostos por tais fontes subjetivas, o que não implica que tais letras, produção e artistas não venham a ser estudados de forma mais sistemática e hercúlea; pois as fontes são infindáveis.

Ao referenciar uma modificação de postura, emergente do diálogo, em uma sociedade na qual o vazio é cada vez mais presente, Nando Reis, simboliza essa mudança em sua conduta subjetiva, sendo um “Segundo Sol”; associando tal circunstância de transformação há um fenômeno ímpar, em uma sociedade na qual tal postura é bloqueada pelas transformações advindas da modernidade. Em termos melódicos, a narrativa procura incessantemente a recuperação da continuidade; estando em simetria com a letra ansiosa pela revelação da modificação possibilitada.

As transformações do modernismo atiraram-se frente à juventude no âmbito afetivo, no qual tais relações foram enredadas em um mundo fluído, rápido, incisivo e árido, respaldando melodias e letras em que a solidão tornou-se presente, seja em Vento no Litoral, de Legião Urbana, bem como Grand Hotel, de Kid Abelha. Nesse passo, o conjunto melódico vazio da primeira enfatiza o eu, aqui e agora, em um processo no qual o letrista quer arrancar de si o sofrimento e a solidão; procurando o vento, enquanto símbolo do sentir e levar, as oscilações e tensões no âmbito relacional. Em contrapartida, o fatalismo ao mentalizar uma base relacional estável, promove na segunda música, o surgimento do Grand Hotel, um símbolo perfeito para que os pares constituintes possam experimentar a vivência amorosa em um sentido lato e irrestrito, sendo que tal requisito mergulha-se no âmbito da utopia, provendo no eu – lírico uma conjunção de valores na qual a somatização do vazio é latente. Nesse espaço, ao invés da melodia reforçar o eu, aqui, agora, como sinônimo de mudança, o agente discursivo mergulha na velocidade melódica gradativa, ao mesmo passo em que penetra no eu solitário e sombrio, no qual a incerteza não é a marca do agente; e sim sua sina.

Em outros momentos, as letras assumiram um sentido rígido, apregoando um antimodernismo na conduta do moderno, como forma de crítica a maneira com a qual o homem conduz sua vida. Nesse passo, Dinossauro, Mamute e Espírito de Porco, da banda Titãs, são os sinônimos ditados por uma melodia cheia de rupturas, visando

criticar o homem na sua relação com o mundo. Em outra via melódica e letrística, Fátima, da banda Capital Inicial, sendo o espelho daquilo que poderia ser evitado, pois o mistério foi revelado, conjura-se em um movimento que não visa à valorização da fé. Refuta os valores tecnocratas do modernismo, que colocou o homem em uma via de mão única, sendo seu destino fadado ao fracasso e a insensibilidade, mesmo com o conhecimento que possuiu na era moderna. Fátima é o símbolo daquilo que o homem moderno sabia que iria acontecer; sendo que a ausência de modificação de postura foi facultada pelo interesse uno e exclusivo do econômico. Em sua conjunção melódica, as modificações bruscas e imprevisíveis, são resultados de um paradoxo em que a catástrofe anunciada não foi resultante de uma ausência de conhecimento, e sim o seu inverso. Sendo o homem moderno, o agente de múltiplas ações apocalípticas, é inevitável que a música e seu corpo melódico, também assumam essa postura.

Ademais, a interdisciplinaridade é fulcral para o desenvolvimento historiográfico. Percebe-se que com o tratamento adequado, a música é uma fonte histórica em potencial, sendo que metodologicamente, necessita ser cimentada por vários campos do conhecimento, no qual a semiótica contribui significativamente; para aqueles que vislumbram o trabalho árduo com esse tipo de fonte. O que não se pode é perder no horizonte da pesquisa histórica, o diálogo com outras ciências.

Por fim, o rock dos anos 80 conseguiu produzir uma gama de artistas, que são atrativos para o fazer histórico. Os símbolos, trabalhados nesse artigo, são reflexos da capacidade poética de cada letrista, compositor e músico, que em seu momento, reproduziram suas intenções, atenções e sentimentalidades, capitadas em um dado tempo e espaço, resultando em uma manifestação cultural rica, criativa e com grande capacidade de representação. Nota-se, portanto que

[...] a música fala ao mesmo tempo, no horizonte da sociedade e ao vértice subjetivo de cada um, sem se deixar reduzir as outras linguagens – esse limiar está fora e dentro da história. A música ensaia e antecipa aquelas transformações que estão se dando, que vão se dar, ou que deveriam se dar, na sociedade (WISNIK, 1989, p. 11).

Referências Bibliográficas

Músicas

Nando Reis. *O segundo Sol*. Álbum: 20 anos de rock brasil, CD, 2004.

Legião Urbana. *Vento no litoral*. Álbum: V, EMI-ODEON, 1991.

Kid Abelha. *Grand Hotel*. Álbum: Tudo é permitido. WARNER, 1991

Titãs. *Cabeça de Dinossauro*. Álbum: Cabeça de Dinossauro. WEA, 1986.
Capital Inicial. *Fátima*. Álbum: Capital Inicial. Polygram, 1986.

Obras

- ABRAMO, Helena Wendell. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos 80*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGÊNIO, Fernanda (org). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti, Marcelo Maca. São Paulo: Companhia das letras, 1986.
- BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos Culturais da Juventude*. São Paulo, Editora Moderna, 2004.
- BRANDINI, Valéria. *Cenários do Rock: mercado, produção e tendências*. São Paulo: Olho d'água, 20004.
- COELHO, Maria Cláudia. Juventude e sentimentos de vazio: idolatria e relações amorosas. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGÊNIO, Fernanda (org). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.
- COSTA, Márcia Regina da; SILVA; Elisabeth Murilho. *Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*. São Paulo: Edusc, 2006.
- DIAS, Marcia Tosta. *Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultural*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FENELON, Déa. *Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa*. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- JARDIM, Antônio. *Música: Vigência do pensar poético*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.
- MARIZ, Cecília Loreto. Aparições da virgem e do fim do milênio. *Revista Eletrônica Ciências Sociais y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p.35-53, out. 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/CienciasSociaiseReligiao/article/view/2245/950>>. Acesso em: 03 set. 2011.
- MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente – 1964-1982*. São Paulo: Ática, 2004.
- GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido na inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Tradução: Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria. Portugal: Relógio d'água Editores, 1983.
- MORAES, Jonas Rodrigues de. *Hibridismos musicais: o nordeste na produção Gonzagueana e Torquateana*. In: XX Encontro Regional de História: História e Liberdade - ANPUH/SP, 2010, Franca, *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade - ANPUH/SP*. Franca: UNESP, 2010. CD-ROM.
- PAIS, José Machado. Bandas de Garagem e Identidades Juvenis. In: COSTA, Márcia Regina da; SILVA; Elisabeth Murilho. *Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*. São Paulo: Educ, 2006.
- PRADO, Gustavo dos Santos. A juventude dos anos 80 em ação: música, rock e crítica aos valores modernos. *Revista Desenredos*, Teresina, ano III, n.10, jul.ago.set. 2011. Disponível em: <http://www.desenredos.com.br/page_18.html>. Acesso em: 08 set. 2011.

- SANTANELLA, Lucia. Panorama da semiótica geral. In: TOMÁS, Lia. *De sons e signos: música, mídia e contemporaneidade*. São Paulo: Educ, 1998.
- SKEFF, Maria de Lourdes. Música e Semiótica. In: TOMÁS, Lia. *De sons e signos: música, mídia e contemporaneidade*. São Paulo: Educ, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TATIT, Luiz. *Musicando a Semiótica: ensaios*. São Paulo: Annablume, 1997.
- _____. *Análise semiótica através das letras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____; SQUEFF, Enio. *Música*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Notas

¹ A multiplicidade de fontes, em sua diversidade, traz dificuldades e soluções específicas, provocando, para os historiadores uma infinidade de questões que quase sempre podem ser desenvolvidos no contexto da investigação. As novas fontes, desvendadas, exaltam o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite: olhares e leituras diversas (FENELON, 1993, p. 77).

² O que o sociólogo ou o historiador cultural estuda são práticas sociais e as relações culturais que produzem não só uma “cultura” ou uma “ideologia”, mas coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas dinâmicas e concretas cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mais também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais (WILLIAMS, 1992, 29).

³ Moraes (2010, p.1-2) afirma que o documento musical se tornou imprescindível para a reconstituição histórica dos sujeitos sociais, relatando que ao trabalhar com esse tipo de fonte, enfrentamos condições extremamente subjetivas, possuindo riscos que não invalidam o documento sonoro como fonte de pesquisa.

⁴ Reflete-se de acordo com as proposições de Ginzburg (2006) que mentaliza a cultura e o caráter circular que a mesma possui.

⁵ O punk, nascido na Inglaterra, com destaque aos Sex Pistols, é o denominador comum entre todos, em um profundo desprezo pelos arranjos elaborados pelo rock progressivo, pelo clima música sala de estar, do soft rock e pelas grandes e pomposas produções que entupiam o hit parade da época, sendo mais do que uma reformulação musical, uma mudança de valores. Aqui no Brasil, tal estilo cai e é absorvido pela juventude de forma veemente (ALEXANDRE, 2002, p.58-59).

⁶ A crise do petróleo e o arrefecimento econômico mundial vinham levantar “o véu da euforia” que o milagre produzia, desnudando o caráter desequilibrado da fase anterior, que estivera dissimulado, e também agravado por uma conjuntura internacional amplamente favorável. A crise do “milagre brasileiro” caracterizou-se por duas peculiaridades: foi uma crise de endividamento e uma crise de fim de fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 54).

⁷ Para ver sobre o funcionamento do mercado fonográfico no período abarcado pelo artigo, Dias (2002) e Brandidni (2004).

⁸ A década de oitenta, em meio à desorganização econômica do país, foi marcada pela participação do jovem brasileiro no processo de redemocratização “Diretas Já” e na formação de entidades ecológicas. Essa participação sofreu influência da explosão comercial do rock nacional do início dos anos 80, que se tornou um dos principais canais de expressão da juventude brasileira (BRANDÃO; DUARTE, 2004, p.126).

⁹ Nota-se pela conduta textual, que o mesmo trilhará pelo caminho da semiótica, que “trata-se, sem dúvida, de um campo de investigação de teorias, métodos e resultados que lhe são próprios. Ocorre, no entanto, que por ter como objeto todo e qualquer tipo de mensagem, todo e qualquer tipo de produção de sentido ou de não sentido, de transmissão de informação e de processos interpretativos de qualquer espécie que seja, a semiótica acaba, tendo por sua própria natureza, um caráter híbrido, sendo, ao mesmo tempo, uma especialidade e um campo de conexão entre disciplinas, do que decorre sua inter, multi e transdisciplinaridade” (SANTAELLA, 1998, p. 24-25 apud TOMAS, 1998).

¹⁰ Para a semiótica não há percepção de conteúdos semânticos (biológicos, sociais, psicológicos etc), sem envolvimento afetivo do sujeito. Não há análise de conteúdo que não implique um sentimento anterior

como primeiro critério de categorização: fatos que nos atraem, nos repelem, ou nos causam indiferença (TATIT, 2001, p.94, nota 11). Utilizar-se-á da semiótica, em especial a sua contribuição no campo da letra e melodia; processos em que há uma simbolização de fatos vividos, representados e vivenciados, que necessitaram de uma intervenção de caráter subjetiva, pessoal e afetiva, para estar ratificado e diluído em uma determinada canção. Doravante, o trabalho possui como ponto de partida uma análise de cunho histórico, utilizando-se da semiótica, nas perspectivas históricas supracitadas, sendo que, não há preocupação do autor, pelo menos com o trabalho exposto, em realizar uma análise musical amplamente semiótica ou musicológica em seu sentido funcional, lato e irrestrito. Utiliza-se da ciência dos signos, como ferramenta de interlocução, que conjuntamente a história, permitirá vislumbrar os debates e questionamentos de temas que se concentram nas ramificações da modernidade, e como os mesmos foram trabalhados pelos artistas jovens da década de 80, que tiveram em seu horizonte, de vivência e experiência, o rock como trilha sonora.

¹¹ Os signos produzem mensagens, transmitem informações de um ponto a outro no espaço e no tempo, sem o que os processos de cognição, de comunicação, de significação e de cultura não seriam possíveis (SANTAELLA, 1998, p. 13).

¹² Como pontua Giddens (2000, p. 17) “vivemos em um mundo de transformações, que afetam quase tudo o que fazemos. Para o bem ou para o mal, estamos sendo impelidos rumo a uma ordem global, que ninguém compreende plenamente mas cujos efeitos se fazem sentir por todos nós”.

¹³ Giddens (2000, p. 70), no âmbito afetivo e relacional, visa à ideia de relacionamento puro, baseado na comunicação emocional, em que as recompensas derivadas de tal circunstância, são fundamentais para a continuação do relacionamento.

¹⁴ A debreagem são operações que fundam o enunciado a partir do necessário desligamento da enunciação, pois que promovem um desengate geral das principais balizas que sustentam o presente enunciativo (TATIT, 2001, p. 40).

¹⁵ A reflexão sobre música remete-nos também aos jogos do simbólico, na medida em que, por intermédio dos símbolos, tomamos o mundo e a nós próprios como objeto de significação. O discurso musical é assim, algo que cabe mesmo na categoria de símbolos: notas, pausas, regras, leis, sistemas, todos os códigos repertoriados em uma cultura (SEKEFF, 1998, p.34 apud COSTA, 2006).

¹⁶ Fátima seria a aparição por definição do século XX. Segundo os diferentes discursos de apropriação dos relatos dessa aparição, Nossa Senhora teria anunciado eventos centrais do século XX, por exemplo, a Segunda Grande Guerra e a perseguição comunista à Igreja Católica. E ainda, pela interpretação recente do Papa, teria previsto o atentado à sua vida. Como várias outras aparições, a Virgem teria pedido orações e penitência para assim evitar novos castigos à Humanidade (MARIZ, 2002, p. 42).

¹⁷ Como pontua Sevcenko, (2001, p. 89) é um mundo sem dúvida vistoso, mas não bonito; intenso mais não agradável; potencializado por novas energias e recursos, cada vez mais carente de laços afetivos e coesão social.

Artigo recebido em 19/09/2011. Aprovado em 18/11/2011.

A difusão do Priscilianismo pela *Gallaecia*: o testemunho de Idácio de Chaves¹

The diffusion of Priscillianism for through *Gallaecia*: the testimony of Hydatius of Chaves

Danilo Medeiros GAZZOTTI*

Resumo: O presente artigo tem o intuito de realizar uma análise da crônica do bispo Idácio de Chaves. Esse episcopal era um fiel seguidor do Concílio de Niceia e, por isso, era totalmente contra as interpretações cristãs que diferiam da oficial, o cristianismo ortodoxo. Na região de seu episcopado, Idácio teve que lidar com uma interpretação cristã chamada de priscilianismo, a qual teve muita aceitação pela população. Apesar de não ser adotada em larga escala por um povo bárbaro, como o arianismo, a mesma acabou se difundido de tal modo na região da *Gallaecia* que viria a ser um dos motivos por qual Idácio de Chaves acreditava que a unificação religiosa do Império Romano na região estava ameaçada. Temos a intenção de discorrer nesse artigo sobre a difusão do priscilianismo nessa região durante finais do século IV d.C. até meados do século V d.C. e de interpretar o que foi essa *heresia* para Idácio de Chaves.

Palavras-chave: Priscilianismo – *Gallaecia* – Idácio de Chaves.

Abstract: This paper aims to carry out an analysis about the chronicle of the Bishop Hydatius. This episcopate was a loyal believer of the Council of Nicaea and, for that reason, he was thoroughly against Christian interpretations which were different from the official one, the orthodox Christianity. In his episcopal region, Hydatius had to deal with a Christian interpretation called Priscillianism, which had a lot of acceptance by the population. Although it was not largely adopted by a barbarian population like arianism, it became much widespread in the region of *Gallaecia* which would be one of the reasons in which Hydatius believed that the religious unification of Roman Empire in the region was endangered. In this article, we aim to talk about the diffusion of Priscillianism in this region during the end of IV Century a.C. until in the middle V Century a.D. and to interpret what this heresy was to Hydatius of Chaves.

Keywords: Priscillianism – *Gallaecia* – Hydatius of Chaves.

Introdução

Nosso trabalho tem como enfoque o período da Antiguidade Tardia. Embora nos utilizemos do conceito que a mesma abarca do século III ao início do VII d.C., nosso foco se dará especificamente nos séculos IV e V d.C, em especial na região da *Gallaecia*, na Península Ibérica, onde Idácio de Chaves exerceu seu episcopado.

A Antiguidade Tardia é uma época vista por nós como um momento de transição da Antiguidade para o Período Medieval, um período marcado por mudanças e continuidades. Portanto, concordamos com Renan Friguetto quando o mesmo afirma que, ao aceitarmos uma linha de continuidades e permanências das práticas políticas e

* Mestrando em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Paraná - UFPR, CEP: 80060-150, Curitiba, PR - Brasil. Bolsista CNPq. E-mail: dmghistoria@gmail.com

do exercício do poder, podemos afirmar a existência de uma Antiguidade Tardia em termos metodológicos e didáticos, tese sustentada pelas fontes existentes entre os séculos III e VIII (FRIGUETTO, 2006, p. 173).

Em nossa pesquisa, nos utilizamos principalmente da crônica de Idácio de Chaves, um autor cristão que obteve uma ampla formação cultural e cristã. Em 427 d.C., após muitos anos de sacerdócio, alcançou o episcopado, durante o qual deixou suas impressões acerca dos acontecimentos no império em uma crônica que abrange desde a elevação de Teodósio I a condição de imperador em 379 d.C. até o ano de 469 d.C.

Segundo Marcelo Macias (1906, p.7), por volta dos vinte e dois anos de idade, Idácio entrou para a vida religiosa, tornando-se monge. Seguiu carreira religiosa e atingiu o episcopado no ano de 427 d.C. Mas como indaga Júlio Campos (1984, p.7), não se sabe qual cidade o bispo assumiu nessa data, apenas aparecendo o nome da cidade de Aquae Flaviae muito tempo depois, ao relatar ter sido vítima de um sequestro. Ele diz ter voltado à sede de seu episcopado em dita cidade após ser solto.

Utilizando-se do seu cargo de bispo, o qual na época era tanto um cargo político quanto religioso, fez o possível para proteger os interesses da Igreja Católica Romana na Península Ibérica, divulgando sua doutrina oficial, o catolicismo ortodoxo, e tentando extirpar outras interpretações do evangelho consideradas heréticas e que tinham muita representação na região, no caso o arianismo e o priscilianismo. Como nos mostra Campos, “Idácio, que vigia com zelo a fé ortodoxa de seu povo, está atento aos resíduos e *brotes* do Priscilianismo [...]” (CAMPOS, 1984, p. 11).

A sua morte também não tem uma data precisa. Sua crônica termina no ano de 469 d.C. o que nos prova seu falecimento após esta data. Segundo Santo Isidoro de Sevilha, sua morte foi antes de 474 d.C. pois o mesmo menciona o fato de que Idácio tenha morrido durante o reinado do imperador Leão do Oriente, que reinou entre 457 e 474 d.C. Já Sigeberto de Gelembloix acredita que foi no ano de 490; entretanto é mais provável que Isidoro esteja certo, pois o mesmo viveu em uma época mais próxima de Idácio, no século VII, do que Sigeberto, durante o século XI.

Apesar das dúvidas, com certeza Idácio morreu em idade bem avançada, com mais de oitenta anos, ocupando o cargo de bispo por mais de quarenta anos e nos deixando de legado sua crônica que, além de nos fornecer preciosas informações acerca da relação entre hispano-romanos e bárbaros no século V d.C., também é uma preciosa documentação sobre o discurso político-religioso dos bispos do período.

Nossa proposta é a de analisar e interpretar um documento, que é a crônica de Idácio, portanto, não podemos esquecer que estamos diante de uma interpretação de quem a escreveu, ou seja, de um autor pertencente a um determinado grupo social da sociedade de uma determinada época. Então, antes de analisarmos sua obra precisamos entender o significado da posição hierárquica de seu autor, um bispo niceno, e analisar o contexto histórico em que a mesma foi escrita. Conforme nos diz Helena Brandão sobre a afirmação do discurso:

A linguagem é o elemento de mediação necessária entre o homem e a sua realidade, é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade [...], pois os processos que a constituem são histórico-sociais. [...] Seu estudo não pode ser desvinculado de suas condições de produção (BRANDÃO, 2004, p.108).

Acreditamos que os bispos fazem parte de um grupo social-religioso com interesses próprios. Chartier afirma que os grupos sociais criam suas representações do mundo social, de maneira a impor seus valores. Essas representações, segundo esse autor, seriam tratadas em termos de concorrência e de competições, cujos objetivos seriam em termos de poder e dominação por meio de hierarquias (CHARTIER, 1990, p.23).

Averil Cameron, ao analisar a produção dos discursos cristãos na Antiguidade, afirma que a história do seu desenvolvimento constituiria parte da história política do período. A construção do novo mundo pretendida pela Igreja buscava edificar a nova realidade através dos textos (CAMERON, 1991, p. 146).

Segundo J. H. G. W. Liebeschuetz (1990, p.3) o cargo de bispo transformava o religioso em um político de grande influência, graças principalmente à relação direta que este tinha com a população, privilégio antes apenas desfrutado pelo imperador. Portanto, através de seus discursos os bispos podiam expor suas visões e defender suas concepções a um número grande de indivíduos.

Concordamos com as afirmações de Cameron e Liebeschuetz e, em nossa visão, Idácio escreveu sua crônica motivado também por interesses políticos e não apenas para relatar os acontecimentos de sua época. Ela foi um meio que utilizou para divulgar a interpretação oficial do cristianismo, que era o catolicismo ortodoxo, e um meio também de condenar as demais interpretações que eram consideradas heréticas, mas tinham muita aceitação nos povos bárbaros daquela região, como o priscilianismo. Segundo nosso estudo, essa crônica foi uma das tentativas do episcopal de converter

esses povos à ortodoxia e, com isso, unificar religiosamente o exército de sua sede diocesana. Temos a intenção de analisar nesse artigo seu discurso, o qual favorecia a religião oficial e condenava as demais correntes interpretativas, em especial o priscilianismo.

Cabe ainda salientar que as traduções de trechos da documentação e da historiografia estrangeira, apresentadas e necessárias para a compreensão da análise aqui proposta, são de nossa autoria.

O Priscilianismo e sua difusão pela Gallaecia

No decorrer do século IV diversas interpretações contrárias à corrente oficial da igreja, a ortodoxia, foram aparecendo e sendo confrontadas por este grupo político-religioso. Dentre elas podemos destacar o priscilianismo, uma interpretação cristã fundada pelo ainda leigo Prisciliano a qual ganhou muita força principalmente na Península Ibérica e que preocupou muitos bispos nicenos, entre eles Idácio.

A. Tovar e J. M. Blazquez nos informam que ocorreu uma crise na *Gallaecia* sobre um movimento rigorosamente oposto ao alto clero e estritamente vinculado ao estado. O priscilianismo teve origem na *Gallaecia* e se estendeu pela Lusitânia e se propagou pelos rios *Duero* e *Tajo*, na região situada entre a via Emérita até a Astúrica, as quais eram muito campesinas e com baixíssima romanização (TOVAR; BLAZQUEZ, 1975, p. 151).

Segundo Francisco Javier Fernández Conde, temos poucas notícias sobre a origem de Prisciliano, sua família e seus primeiros feitos; como era costume ocorrer com fundadores de movimentos heréticos (CONDE, 2004, p. 51). Segundo esse autor, a crônica de Sulpício Severo, escrita no começo do século V é a que nos fornece mais informações sobre as origens de Prisciliano. Segundo Severo:

Prisciliano era de Família nobre, rica, sutil e deslumbrante, inquieto, eloquente, erudito por largos estudos, pronto para dialogar e discutir. Verdadeiramente bem aventurado, seu esplêndido engenho, com uma melhor sorte não teria corrompido sua excelente inteligência para o pernicioso estudo (S. Severi, Chr, I.II, n.46 apud Conde, 2004, p.51).

Conde ainda nos informa que, apesar de Severo não mencionar, Prisciliano poderia ser do norte da *Béltica* ou da Lusitânia, como eram também Instancio e Salviano, os dois primeiros bispos que aderiram ao priscilianismo. Ele nos informa ainda que nessas regiões havia patrimônios fundiários de famílias aristocráticas mais

numerosos que no noroeste da *Hispania*. A sua suposta origem galega são apenas projeções baseadas na grande difusão que o priscilianismo teve na região da *Gallaecia* e em uma notícia de Próspero de Aquitânia (CONDE, 2005, p.52).

Diego Piay Augusto nos informa que Instancio e Salviano foram companheiros inseparáveis de Prisciliano e eram bispos desde o início da contenda, apesar de não sabermos quais eram suas sedes. Podemos também pressupor que eram membros da alta classe da sociedade por causa de sua estreita relação com um eminente membro da aristocracia, que era Prisciliano (AUGUSTO, 2006, p. 605).

Sobre os escritos de Prisciliano, J. Vilela nos informa que são poucos os fragmentos existentes que podemos atribuir com segurança a Prisciliano, mas eles não nos dão notícias sobre sua doutrina. Entretanto, a partir de notícias conservadas acerca de sua atividade literária, Prisciliano também tem atribuído às suas obras os *Tractatus* de Würzburg. Estes tratados formam uma coleção heterogênea que reúnem tanto textos apologéticos como homílias sobre diversos temas. Não se sabe se Prisciliano é o autor deles, mas sabe-se que os três primeiros *Tractatus* são de sua época (VILELA, 1997, p. 505-506).

Vilela ainda nos informa que, segundo esses tratados, Prisciliano formula sua doutrina a partir da formação que recebe de Agape, uma mulher da nobreza, e do retórico Helpídio, os quais foram seus mentores. Através desses personagens Prisciliano forja uma doutrina em que as linhas teológicas estão presentes em diversas passagens desse tratado. Vilela nos expõe também como era a conduta religiosa priscilianista segundo esses *Tractatus*:

Em outra ordem de coisas, como evidenciam os *Tractatus y los Canones*, a conduta religiosa prisciliana consta, em síntese, destes elementos: a defesa do asceticismo – que se manifesta no celibato –; a renúncia dos bens mundanos; abstenção da carne e do álcool e o afastamento da igreja durante os períodos de Quaresma e Natalidade; estudo das Escrituras em um sentido amplo e incluindo, a modo de suporte doutrinário, textos apócrifos, cuja licitude defende particularmente o *Liber de fide et de apocryphis*; importância da profecia carismática recebida sem mediação da hierarquia eclesiástica, com especial ênfase na figura do mestre (doutor) e na existência de graus entre os crentes segundo o conhecimento; defesa da igualdade de sexos e estamentos sociais entre os crentes. Sem dúvida estes são os principais pontos que se desprendem do manuscrito de *Würzburg*, não é possível conhecer com exatidão o conteúdo da doutrina de Prisciliano, devido ao caráter heterogêneo do dito manuscrito (VILELA, 1997, p. 508-510).

Há uma ampla gama de autores que consideram o movimento priscilianista com dois pólos distintos. Um grupo considera o movimento essencialmente elitista que se desenvolveu perante as sociedades da *Hispania* e Aquitania. Esta tese explica que a afixação do priscilianismo entre as classes mais pobres foi apenas uma consequência da pregação e da atividade do missionário. Já outro grupo de estudiosos interpreta o movimento priscilianista como um canalizador de esperanças sociais dos grupos mais desfavorecidos. Nesse sentido, “o priscilianismo seria essencialmente rural e popular” (AUGUSTO, 2006, p.602).

Entre os defensores do priscilianismo como um movimento das classes altas encontramos B. Vollmann que parte do pressuposto que Prisciliano era originário das regiões romanizadas e urbanizadas do sul e não das pouco povoadas e atrasadas regiões da *Gallaecia* e do norte da Lusitânia. Ele defende que o Priscilianismo era um grupo composto exclusivamente por pessoas cultas (VOLLMANN, 1974, p.491-495). M. Sotomayor também defende que os principais dirigentes do movimento foram pessoas essencialmente cultas e principalmente bispos. Ele afirma que os mestres e discípulos do bispo de Ávila procediam das camadas cultas da sociedade (SOTOMAYOR, 1979, p.260; 272). Segundo Escribano, um dos indícios de que o movimento era elitista foi a rapidez de sua difusão, o que mostrava a capacidade de influência e controle que os nobres tinham sobre os inferiores (ESCRIBANO, 1988, p.190-205).

Lellia Cracco Ruggini afirma que os líderes priscilianos tinham uma estreita relação com os níveis mais altos da sociedade provincial tanto cristã, como pagã. Ela diz que o priscilianismo tinha participação tanto em grupos de poderes imperiais, como locais. Afirma ainda que o priscilianismo foi um movimento surgido, difundido e sustentado, sobretudo, nos ambientes cultos da *Gallaecia*, Lusitânia, Bética e da Aquitania e que ele conservou esta conotação apesar de sua popularização (CRACCO RUGGINI, 1997, p.XX). Rosa Sanz, ainda nessa esteira, defende que os priscilianistas foram homens de poder, que formavam parte das classes privilegiadas e que contavam com apoio e relações com famílias locais. Porém, suas reivindicações seriam atos de igual para igual, e não apresentam feições revolucionárias (SANZ, 2003, p.143).

Dentre os historiadores que defendem um movimento priscilianista como um canalizador das esperanças sociais dos grupos desfavorecidos se encontra primeiramente Abilio Barbero Aguilera. Segundo este autor, o priscilianismo era um movimento similar a outras heresias sociais do final da antiguidade, como o donatismo. Estes movimentos teriam surgido como resposta às condições econômicas e sociais que existiam em seus territórios. O autor ainda defende que os cismas e as heresias sociais

coincidiram com o rigor que se opunha o alto clero e que se propagariam com facilidade no âmbito rural (BARBERO AGUILERA, 1963, p.93-97). Seguindo essa corrente, Lopez Pereira afirma que o ascetismo priscilianista foi se estendendo com as reivindicações do povo por territórios, o que poderia explicar a sua rápida expansão na *Gallaecia* e, desse modo, Prisciliano seria “um revolucionário social para o povo galaico”. Assim, o priscilianismo enfrentaria o alto clero, que era representado pelas correntes mais ortodoxas do bispo Dámaso e o povo teria se unido à doutrina (LÓPEZ PEREIRA, 1981, p.103).

Ainda nessa linha, temos o pensamento de Blazquez que defende que o priscilianismo se estendeu entre as classes populares e que as classes cultas da sociedade da *Hispania* e da Aquitania, tinham um papel secundário. Esse autor ainda admite que o priscilianismo teve seus adeptos entre os latifundiários, os intelectuais e entre o povo rústico e urbano (BLAZQUEZ, 1980, p.XX). Seguindo essa esteira, temos o clássico trabalho de Babut que afirma que o priscilianismo obteve sua força dos povos mais desfavorecidos da *Gallaecia* e que sua clientela era composta principalmente de iletrados (BABUT, 1909, p.24). E por fim, temos a tese de Juliana Cabrera que alega que o proselitismo, a propagação de seu ideal e a captação de seguidores eram características do movimento priscilianista, o qual se dirigia para todos os setores sociais e ambientes geográficos apesar da origem nobre de seus dirigentes.

Após a exposição dos principais defensores de ambas correntes interpretativas do movimento priscilianista, discorreremos sobre as denúncias e condenação do mesmo e de seus líderes.

Segundo Augusto, o primeiro denunciante da doutrina prisciliana foi Higinio, o bispo metropolitano de Córdoba, o qual, depois de conhecer melhor a doutrina, viu-se seduzido por ela e acabou aceitando Prisciliano e seus seguidores. Como punição foi estigmatizado como herege por Hidácio, o bispo de Mérida, sendo provável que foi expulso de sua sede episcopal (AUGUSTO, 2006, p.605).

Vilela nos informa que Higinio denunciou Prisciliano a Hidácio de Mérida, o qual promoveu o I Concílio de *Zaragoza*, que ocorreu entre 378 e 380. Neste concílio, os bispos condenam diversas práticas, as quais, em sua maioria, eram práticas priscilianistas. A condenação dessas práticas foi a principal arma empunhada por Hidácio e Itacio Claro para reprimir os priscilianistas e seus simpatizantes. A partir das acusações, os priscilianistas receberam de seus adversários a inculpação de maniqueísmo e de gnosticismo, heresias que se vinculavam às práticas de rituais mágicos e às celebrações de reuniões secretas e imorais; atividades que podiam ser

enquadradas como condenações capitais na legislação civil romana (VILELA, 1997, p.516-518).

Somente depois das condenações do I Concílio de *Zaragoza*, é que os bispos Instancio e Salviano elevaram Prisciliano da condição de um simples leigo à categoria de Bispo de Ávila (INSUELAS, 1943, p. 431). Blazquez discorre sobre a elevação de Prisciliano ao bispado:

Para melhorar a posição de inferioridade em que Prisciliano se encontrava por ser laico, ante os bispos, foi consagrado bispo de Ávila. Desconhece-se se o acetismo priscilianista havia invadido esta diocese, ou se o povo, pressionado por Instancio e Salviano, elegeram bispo o doutor laico; o fato é que em um ano aproximadamente o clero e o povo de Ávila apoiaram decididamente o seu novo bispo (BLÀZQUEZ, 1981, p.225).

Entretanto, essa eleição foi considerada irregular desde o princípio e, com isso, Prisciliano foi considerado um bispo intruso e encontrou nessa elevação o princípio de sua ruína (INSUELAS, 1943, p. 431). Ao estudarmos o processo de Tréveris contra os priscilianistas, Klaus Girardet propõe que a ordenação de Prisciliano havia sido controvertida, pois não respeitava os preceitos conhecidos da legislação eclesiástica (AUGUSTO, 2006, p. 613).

Após a consagração de Prisciliano, Hidácio conseguiu do Imperador Graciano um édito que condenava os novos hereges: estes deveriam ser expulsos de suas igrejas, de suas cidades e de toda terra, pois foram acusados de Gnosticismo (CONDE, 2005, p.55).

Cumprindo o édito, os bispos priscilianistas abandonaram sua sede e saíram da *Hispania*. Depois de permanecer um tempo na Aquitânia, dirigiram-se rumo à Itália para tentar a anulação do édito. Em Roma, possuíam o propósito de serem recebidos por Dámaso em audiência e de alegarem que o édito de Graciano era resultado de mentiras formuladas por Hidácio e que nunca contestaram a ortodoxia romana e nem as escrituras. Como prova disso tinham por escrito testemunhos de numerosas igrejas a seu favor. Eles declarariam também que nenhum deles havia sido condenado ou deposto por concílios anteriores (VILELA, 1997, p.521-522).

Augusto nos informa que, quando os líderes priscilianistas chegaram a Roma, não foram admitidos na presença do bispo Dámaso. Após este evento, o bispo Salviano faleceu, então Instancio e Prisciliano regressaram a Milão onde encontraram o bispo Ambrósio, que também lhes era hostil. Buscaram então o respaldo de seus cargos com

Macedonius, Marinianus e Volventius, os quais eram personalidades extremamente influentes na administração de Graciano. Segundo Sulpício Severo, através do suborno, os priscilianistas conseguiram que fosse revogado o édito de Graciano, o qual os havia expulsado de suas igrejas e também conseguiram a condenação de Itácio, considerado o principal perseguidor do movimento por alterar a paz na Igreja e, por isto, este teve que refugiar-se na Gália (AUGUSTO, 2006, p. 606-607).

Os priscilianistas tinham alcançado uma grande vitória, mas tudo o que foi conseguido por eles mudou drasticamente quando Magno Máximo, comandante militar da Bretanha, derrotou Graciano, assassinado em 25 de agosto de 383. O novo imperador decidiu celebrar um sínodo em Burdigala com o objetivo de resolver definitivamente o problema do priscilianismo. A interferência dos imperadores nesta questão priscilianista nos mostra novamente como as esferas político e religiosa eram extremamente ligadas na Antiguidade.

Em *Burdeos* foi dada uma sentença contra Instancio – que fora deposto de sua sede episcopal –, Prisciliano e aos demais líderes do movimento. Prisciliano decidiu apelar ao César e os acusados foram conduzidos a Tréveris (AUGUSTO, 2006, p. 607).

Blazquez nos informa que no concílio estavam presentes São Martin, Hidácio, Itácio, Hygino, Instancio, Prisciliano, entre outros. O ambiente do concílio de *Burdeos* era hostil à causa prisciliana (BLAZQUEZ, 1981, p.29).

Quando Prisciliano chegou à cidade de Trevéris em 384 d.C. para tentar convencer o Imperador usurpador Máximo a apoiar sua causa, ele foi preso por Evóido, prefeito da mesma, sob diversas acusações; entre elas, o estudo de doutrinas condenáveis e de ter feito reuniões noturnas com mulheres de má reputação e rezar nu (VILELA, 1997, p. 527).

Vilela descreve que, sob tortura, Prisciliano concordou com as acusações e foi executado no final de 384, início de 385 d.C. Já Blazquez nos informa que a sentença foi cumprida em 386 d.C., mas ressalta que Próspero de Aquitânia defende que a execução foi em 385 d.C. Porém, para Vollmn seria em 384 d.C. e para Chadwick em 386 d.C.

Segundo Cláudio Moreschini e Enrico Noreli, uma ascese muito elevada, que lembrava o dualismo maniqueu na contraposição entre a vida espiritual e carnal, unidas a elementos de insubordinação perante a hierarquia eclesiástica e um absoluto monarquianismo diante da questão trinitária, foram os motivos que levaram à condenação de Prisciliano (MORESCHINI; NORELI, 2000, p.366).

No ano 400 d.C. foi realizado o Concílio de Toledo, cujo objetivo foi pressionar os bispos da *Gallaecia* para que renunciassem as suas simpatias priscilianistas e que também pressionassem o clero e a população para que estes parassem de venerar os mártires de Tréveris, restaurando assim a paz e a harmonia em todas as igrejas das províncias ibéricas. Todos os priscilianistas que se retratassem poderiam participar novamente da comunhão (AUGUSTO, 2006, p. 610).

A realização deste Concílio nos mostra que, mesmo após a morte de seu líder, o priscilianismo manteve-se vivo por muito mais tempo, como o demonstra Vilela:

[...] Prisciliano será a figura carismática sobre a que se centra um largo conflito, resultado que se estende pela *Hispania e a Gália* e particularmente pela *Gallaecia*, durante os últimos anos do século IV e a primeira metade do século V, cujas prolongações vão alcançar até meados do século VI (VILELA, 1997, 529).

Moreschini e Noreli também afirmam que o Priscilianismo não terminou com a execução de seu fundador. Mesmo depois de sua morte encontraram-se partidários e inimigos das ideias de Prisciliano, apesar de alguns concílios locais tentarem resolver a questão, reforçando sua condenação. Mais tarde, personalidades como Ambrósio e Agostinho tiveram que lidar com priscilianistas que continuaram a se difundir em grande número na Gália e, sobretudo, na Espanha. Este movimento durou por todo o século V (MORESCHINI; NORELI, 2000, p.366).

Podemos aceitar que o priscilianismo havia se entendido muito mais no território da *Gallaecia*. O testemunho de Hidácio de Mérida, juntamente com os lamentos de Baquiário, acusado de ser priscilianista somente por causa de sua origem, parecem nos mostrar que a heresia havia se assentado totalmente na *Gallaecia* (AUGUSTO, 2006, p. 618).

Assim como a questão ariana, o priscilianismo não se findou com a morte de seu principal líder e idealizador. A doutrina priscilianista continuou a se difundir e a ganhar adeptos, principalmente na *Gallaecia*. Segundo Francisco Conde isso ocorreu porque esta região não contava com uma rede de cidades consolidadas onde poderiam surgir um sistema de bispados que articulariam e controlariam as estruturas eclesiásticas (CONDE, 2004, p.83). Allain Tranoy nos informa que “a ausência de cidades importantes favorece o desenvolvimento de comunidades rurais, que é igual à África, se agrupam em torno de um bispo que elas mesmas designam” (TRANOY, 1981, p. 425).

Em determinados fragmentos de sua crônica, Idácio menciona a formação do priscilianismo, sua condenação e sua difusão pela região da *Gallaecia*, sempre lembrando sobre o perigo representado por essa heresia e exaltando os que tiveram um papel ativo no combate a ela.

Apesar de o priscilianismo não ser adotado em larga escala por um povo bárbaro, como o arianismo, ele acabou se difundido de tal modo na região da *Gallaecia*, que viria a ser um dos motivos pelo qual Idácio de Chaves acreditava que a unificação religiosa do Império estava ameaçada.

Nos dois trechos abaixo, Idácio nos informa sobre a chegada do bispo Prisciliano ao episcopado, sobre sua heresia e também relata sua condenação e morte pelo tirano Máximo. No final, Idácio lembra que, mesmo após a morte de Prisciliano, a sua doutrina se difundiu pela região da *Gallaecia*:

Prisciliano, que vem cair na heresia dos *gnósticos*, é consagrado bispo de Ávila pelos bispos que se haviam associado na mesma heresia; em qual escudado pelos concílios de alguns bispos se dirige a Itália e a Roma, onde nem sequer admitido na presença dos santos bispos Dámaso e Ambrosio volta a Gália com os mesmos com que havia ido. Ali considerado igualmente como herege pelo santo bispo Martín e por outros bispos, apela a César, porque por esses mesmos dias na Gália obtia o poder o tirano Máximo (*Idácio; cron. a.385-VII [94]*).

Prisciliano deposto do episcopado pela heresia dita acima e com o laico Latroniano e alguns partidários são mortos em Treveris sobre o tirano Máximo. Depois se difundiu pela Galícia a heresia dos Priscilianistas (*Idácio; cron. a.386-VIII [110]*).

No fragmento abaixo, Idácio discorre sobre a realização do Concílio de Toledo em 400 d.C. Segundo Francisco Conde, esse concílio tinha por objetivo disciplinar a igreja peninsular e fixar, de maneira clara, as posições que os responsáveis pelas sedes episcopais tinham que ter perante às práticas priscilianistas. Ainda nessa passagem, o episcopal discorre sobre o bispo de *Calenas, Ortigo*, o qual teria sido consagrado para este cargo devido a manobras de adeptos do priscilianismo (CONDE, 2004, p.57).

Segundo Diego Augusto, esse concílio foi convocado para que os bispos galegos fossem pressionados a renunciar às suas simpatias priscilianas sem que fizessem o mesmo com o clero e com os fiéis (AUGUSTO, 2000, p.610). Nas palavras de Idácio:

Reune-se na província Cartaginense, na cidade de Toledo um sínodo de bispos, e como se contém em suas atas, Simfosio e Dictínio e outros bispos da Província da Galícia com eles, seguidores de Prisciliano, condenam sua heresia blasfematória com o mesmo testemunho de sua profissão. Estabelecem-se também certas prescrições sobre a observância da disciplina da Igreja, por intervenção do bispo Ortigio, que havia sido consagrado em Calenas, mas com intervenção dos Priscilianistas andava desterrado, arrojado pelas facções, por causa da fé católica (*Idácio; cron. a.400-VI [158]*).

No fragmento a seguir, o priscilianismo é novamente criticado quando Idácio menciona que o discípulo de Martin, Severo, escreve diversas crônicas que abrangem desde o início do mundo até a chegada da *perniciosíssima* seita dos priscilianos:

Severo, homem eminente, discípulo do santíssimo Martin, escreve a vida e maravilhas deste; e escreveu assim mesmo crônicas distintas desta, que abarca desde o princípio do mundo até a seita perniciosíssima de Prisciliano (*Idácio; cron. a.405-XI [185]*).

Sobre o próximo trecho, possuímos várias divergências historiográficas sobre seu significado: “No distrito de Lugo são consagrados os bispos *Pastor* e *Siagrio* contra a vontade do bispo de Lugo, *Agresco*” (*Idácio; cron. a.433-VIII [487]*).

Nesse trecho, Idácio apenas menciona que a nomeação dos bispos *Pastor* e *Siagrio* foram contra a vontade do bispo de Lugo, mas se silencia quanto ao motivo desta insatisfação. Na historiografia há divergentes opiniões sobre o episódio.

Alain Tranoy defende que *Agresco* era priscilianista e se esforçava para impedir a nomeação dos bispos que lideraram uma campanha contra a heresia (TRANOY, 1974, p.101-102). Já Cardelle de Hartmann supõe que *Agresco* era ortodoxo, mas partidário da coexistência com os priscilianistas e era contra a nomeação dos outros bispos, pois estes teriam uma política antipriscilianista mais decidida (Cardelle, 1996, p.88-89). Contrária a essas duas teses, temos a de Escribano Panõ que defende que *Agresco* era ortodoxo e não queria a ordenação como bispos dos priscilianos *Pastor* e *Siagro* (ESCRIBANO PAÑO, 1996, p.272).

Enfim, nesse último trecho em que é mencionado o priscilianismo na crônica, Idácio nos informa que Leão assume como o XLIII bispo de Roma e que seus escritos contra os priscilianistas são trazidos à *Hispania*. Entre os escritos há um tratado completo sobre a defesa da fé ortodoxa e sobre a defesa contra as blasfêmias dos priscilianistas. No final do trecho, ele ainda acusa o priscilianismo de ser aceito na região da *Gallaecia* apenas por interesses artificiosos de alguns:

Está à frente da igreja de Roma Leão, bispo XLIII: Os escritos deste contra os Priscilianistas são trazidos aos bispos da *Hispania* por Pervinco, diácono do bispo Toribio. Entre os ditos escritos se envia ao bispo Toribio um tratado completo sobre a defesa da fé *católica*, e das blasfêmias dos hereges, que são aceitas por alguns da Galícia com intenção artificiosa (*Idácio; cron. a.447-XXIII [635]*).

Por fim, tendo por base nossa fonte e a bibliografia referente ao tema, acreditamos que, apesar de não ser adotado em larga escala por um povo bárbaro, como o arianismo, o priscilianismo acabou se difundido de tal modo na região da *Gallaecia* que viria a ser um dos motivos por qual Idácio de Chaves acreditava que a unificação religiosa do império estava ameaçada. E para combater o avanço desta *heresia*, entre outros motivos, o episcopal teria escrito sua crônica, por meio da qual nos fica claro a grande valorização que o autor dá a sua corrente ortodoxa a partir das severas críticas que ele faz às demais correntes cristãs, entra elas o priscilianismo.²

Referências Bibliográficas

Documentação Primária Impressa

IDACIO, O bispo de Chaves. *Su Cronicon*. Salamanca : Ed. Casalancias, 1984.

Introdução, texto crítico, versão espanhola e comentários por Julio Campos.

MACIAS, Marcelo. *Cronicón de Idácio*. Madri: Orense, 1906.

Obras Gerais

AUGUSTO, Diego Piay. *Acercamento Prosopográfico al Priscilianismo*. Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía Antig. crist. (Murcia) XXIII, 2006, p. 601-625.

BABUT, E. –CH. *Priscillien et le Priscillianisme*, Paris, 1909.

BARBERO AGUILERA, A. El priscilianismo: ¿herejía o movimiento social?

Cuadernos de Historia de España, Espanha, 37-38, p. 93-97, 1963.

BLÁZQUEZ, J. M. *Prisciliano, introductor del ascetismo en Hispania*. Aniversario I Concilio Caesaraugustano, 1980.

BOWES, Kim; BRILL, Michael Kulikowski. *Hispania in Late Antiquity*. Boston: Leiden, 2005.

CONDE, Francisco Javier Fernández. Prisciliano e Priscilianismo. Historiografia e realidade. *Clio e Crimen*, Espanha, nº1, p. 43-85, 2004.

CRACCO RUGGINI, L. El éxito de los priscilianistas: a propósito de la cultura y la fe en el siglo IV. *Congreso Internacional sobre la Hispania de Teodosio*, Vol. I, 1997.

DANIÉLOU, Jean; MARROU, Henri-Irinée. *Nova História da Igreja*. Dos Primórdios a São Gregório Magno. Vol. I. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ESCRIBANO PAÑO, M. V. *Iglesia y Estado en el certamen priscilianista*. Causa Ecclesiae y iudicium publicum. Zaragoza, 1988.

LÓPEZ PEREIRA, J. E. *De Prisciliano a Hidacio*. Primer despertar de la Gallaecia, Prisciliano y el priscilianismo, Pontevedra 7-12 de septiembre de 1981, Oviedo, Caja de Ahorros de Asturias, [1982] (Monografías de Los cuadernos del norte (1981), 103).

- ORLANDIS, José. *Historia de Espana: La Espana Visigótica*. Madrid: Gredos, 1977.
- _____. *La doble conversión religiosa de los pueblos germánicos (siglos IV al VIII)*. Pamplona: Universidad de Navarra, 2000, p. 69-84.
- PIDAL, Ramón Menéndez (org.). *Historia de España, tomo II, España Romana*. Madrid, Espasa-Campe s.a, 1963.
- SANZ, R. Paganos, adivinos y magos. Análisis del cambio religioso en la Hispania Tardoantigua. *Gerión*, Anejos. Anejo VII, 146, 2003.
- SOTOMAYOR, M. La Iglesia en la España romana. In: GARCÍA VILLOSLADA, Ricardo (ed.). *Historia de la Iglesia en la España. I. La Iglesia en la España romana y visigoda (siglo I-VIII)*. Madrid, Editorial Católica (Biblioteca de Autores Cristianos), 1979, p. 260 - 272.
- TOVAR, A.; BLÁZQUEZ, J. M. *Historia de la hispania romana*. Madrid: Alianza editorial, 1975.
- TRANOY, A. *La Galice Romaine. Recherches sur le nor-ouest de la Península Ibérique dans l' Antiqué*. Paris, 1981.
- VILELA, J. Um obispo-pastor de época teodosiana: Prisciliano. *Studia Ephemeridis Augustinianum*, Madrid, n.58/2, p.503-530, 1997.
- VOLLMANN, B. Priscillianus. *Paulys Real-Encyclopädie der Classischen Altertums-Wissenschaft*, Alemanha, Suppl.XIV, p. 491- 495, 1974.

Notas

¹ Agradeço a Prof^ª. Dr^ª. Margarida Maria de Carvalho, cuja orientação em pesquisa resultou no presente artigo.

² Um agradecimento especial ao Prof. Edson Valter Gazzotti do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Victório Cardassi" - IMESB pela correção gramatical deste artigo.

Artigo recebido em 03/01/2012. Aprovado em 05/02/2012.

O Discurso Normalizador da Renovação Carismática referente à sexualidade de seus fiéis

The Normalizing Discourse of Charismatic Renewal of sexuality from the faithful

Frederico Alves MOTA*

Resumo: O estudo do corpo e das formas com as quais os indivíduos com ele se relacionam tem sido uma importante fonte de análise para historiadores, que pensam a sociedade a partir de suas permanências e rupturas. A sexualidade é uma das chaves que permitem adentrar este universo plural e ainda repleto de possíveis abordagens. O presente artigo tem por objetivo analisar as representações religiosas produzidas pela Renovação Carismática Católica no que se refere à sexualidade, mais especificamente acerca da homossexualidade.

Palavras-chave: Renovação Carismática – Homossexualidade – Representações.

Abstract: The study of the body and the ways to which individuals relate themselves has been an important source of analysis for historians who think of society from its endurance and ruptures. Sexuality is one of the keys that allows you to enter this plural universe and even full of possible approaches. This paper aims to analyze the religious representations produced by the Catholic Charismatic Renewal in relation to sexuality, more specifically about homosexuality.

Keywords: Charismatic Renewal – Homosexuality – Representations.

Introdução

Pensando o percurso das ciências humanas durante o século XX, é possível constatar mudanças de caráter bastante significativas. O debate em torno da ciência e da religião foi colocado em oposição e a religião perdeu o seu espaço enquanto paradigma norteador das práticas da sociedade, perdendo então o seu *status* de fonte da verdade.

Estas transformações se deram de forma gradual e desde o século XIX já era possível observarmos as mudanças que se concretizariam no século posterior. Neste contexto ao mesmo tempo em que os avanços técnicos científicos apontavam para uma decadência das tradições, as pesquisas demonstravam a importância para a sociedade da construção de estruturas organizacionais da mesma. O objeto das ciências humanas passa então a ser as linguagens sociais, as representações e os fatores que organizam a sociedade. Seu objetivo deixa de lado a tentativa de reconstruir a realidade passada e

* Mestrando em História Social - Programa de Pós Graduação em História da Unimontes - *Campus* Universitário “Professor Darcy Ribeiro”, Caixa Postal: 126, CEP: 39401-089, Montes Claros, MG - Brasil. Bolsista CAPES, sob orientação do Prof. Dr. Francino de Oliveira Silva.
E-mail: fred.historia@yahoo.com.br

passa a ocupar-se das regras de funcionamento da sociedade, e a religião passa então a ser analisada também dentro deste quadro teórico metodológico.

O que interessa para o pesquisador da religião não é a verdade proferida pelo discurso religioso, mas as relações que tal tipo de discurso tem sobre a sociedade a que ele se aplica. O objetivo daquele que estuda a religião é o de compreender as regras que o organizam, independente de quem o produz.

O fato de a sociedade não se compreender mais pelo viés religioso, tornou possível uma história religiosa, contudo, Dominique Julia nos aponta um problema no que se refere à compreensão daquilo que difere de nossas referências pessoais. Ele diz que: "Analisar os fenômenos religiosos (uma prática, uma ordem, uma espiritualidade) [...] não implica o sentido a dar à ideologia considerada" (JULIA, 1995, p.108). As opções pessoais do pesquisador não são a garantia da imparcialidade do trabalho. Deve-se sim, evitar as generalizações e os juízos de valor para garantir que hajam as mínimas distorções possíveis do objeto analisado. A interdisciplinaridade é um bom mecanismo de auxílio para este tipo de pesquisa. O historiador deve perceber os limites que devem ser respeitados por sua análise reconhecendo a importância da historiografia enquanto uma ferramenta que nos localiza teoricamente e estabelece os limites da abordagem delimitando ainda o que nos difere de outros tipos de abordagem. Partindo deste pressuposto é que nossa análise se pautou.

O Brasil tem passado por mudanças socioculturais que permitem o rompimento com uma estrutura religiosa tradicional, incentivando processos de desinstitucionalização. Tais processos são definidos por alguns autores como um "esvaziamento de instituições religiosas tradicionais mais formais, como a Igreja Católica e as Igrejas protestantes históricas, paralelo ao crescimento de formas menos convencionais de religião" (TEIXEIRA; MENEZES, 2006, p.08).

É importante pensarmos também que o fenômeno da pluralização religiosa não se dá apenas no âmbito externo. Dentro da própria instituição católica é possível identificarmos práticas distintas. Se pensarmos, por exemplo, o catolicismo dito popular com suas festas, devoções e milagres e pensarmos o movimento da Teologia da Libertação, com um discurso em prol de uma sociedade politizada e de estímulo a uma religiosidade que busca aplicar o evangelho como instrumento de luta social, teremos dois grupos distintos e que são ainda distintos de um terceiro, que é a Renovação Carismática, que está mais próxima das práticas pentecostais¹. É importante considerarmos a pentecostalização de setores da Igreja Católica como uma tentativa de barrar a evasão de seus fiéis para outros grupos religiosos.

A partir do pontificado de Paulo VI, vimos por parte da Igreja Católica uma proposta de experiência da fé que valoriza a prática dos sacramentos, em conjunto com uma busca por uma vida mais santa. Sendo assim, em suas origens a Renovação Carismática traz uma valorização das tradições em oposição à opção preferencial pelos pobres que defendia como bandeira o emprego do evangelho para a melhoria das condições sociais dos mais carentes. A partir do pontificado de João Paulo II crescem as restrições às orientações de uma Igreja envolvida em questões políticas e temos agora uma orientação que privilegia movimentos como a Renovação Carismática.

No Brasil, o movimento Carismático surge apenas três anos após sua fundação. Originou-se na cidade de Campinas, no estado de São Paulo trazida dos Estados Unidos pelo Padre jesuíta norte americano Harold Joseph Rahm. Teve sua primeira experiência implantada a partir dos Cursos de Treinamento de Lideranças Carismáticas que, como já diz o nome, visava treinar lideranças que conhecessem a doutrina da igreja e, inserir as comunidades no seu dia a dia. Seu foco principal era a juventude, promovendo uma fusão entre as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e das Filhas de Maria.

Segundo Igor Marlon Sales, responsável por um estudo acerca da formação da Renovação Carismática Católica a partir da Diocese de Barretos, os Cursilhos de Cristandade, originários da Espanha em meados de 1949, foram outra influência na formação de lideranças carismáticas no Brasil.

O jesuíta norte americano Padre Eduardo Dougherty contribuiu para o desenvolvimento da Renovação no Brasil, através de reuniões conhecidas como Experiências do Espírito Santo, que contavam ainda com a participação de membros tanto dos Cursilhos quanto do Treinamento para Líderes Carismáticos. No território nacional destacamos a participação de membros do clero nacional como o Padre Jonas Abib, constituindo assim, as bases da Renovação Carismática Católica Brasileira.

No princípio, a difusão da mensagem carismática acontecia através de convites informais feitos pelos próprios frequentadores dos grupos de oração. Por meio destes convites os grupos de oração se multiplicam e até a década de 1980 este será o principal meio de difusão do movimento pelo país. Entretanto, em fins da década de 1980 as estratégias de disseminação da mensagem carismática passaram a contar com o apoio dos meios de comunicação, com a criação de editoras e a aquisição de canais de televisão como a TV século XXI e a Rede Canção Nova.

No final da década de 1980 e no princípio da década de 1990 a Renovação Carismática, que já estava se expandindo em nosso cenário religioso desde a década de

1960, passa por uma espécie de processo de modernização. Segundo o Padre Marlson Assis de Araújo, a Igreja Católica saiu atrasada na luta por espaço nos meios de comunicação social. A primeira emissora de televisão carismática foi fundada pelo Padre Jonas Abib em Cachoeira Paulista em dezembro de 1989. Aproximadamente dez anos depois foi fundado o segundo canal de televisão carismático, a TV Século XXI, pelo Padre Eduardo Dougherty na cidade de Valinhos em São Paulo. Graças ao aprimoramento dos meios de comunicação, a mensagem católica carismática tem atingido as regiões mais inóspitas do Brasil, permitindo, portanto, que a religião continue sendo um elemento bastante presente na vida de muitas pessoas, em especial no cenário urbano, contrariando a previsão dos mais radicais.²

A Homossexualidade na História do Brasil

O uso dos novos recursos tecnológicos para evangelização poderia ser percebido como um elemento de caráter inovador deste seguimento da Igreja Católica, entretanto percebemos que no que diz respeito à teologia católica, o movimento carismático não traz nada de novo. Pelo contrário, é perceptível em muitas de suas posturas um endurecimento dos dogmas católicos, principalmente nas questões relacionadas à sexualidade.

Este artigo buscará contemplar a perspectiva da Renovação Carismática Católica no que se refere à homossexualidade e para tal selecionamos três obras de autores ligados à Comunidade Canção Nova. A obra *O meu lugar é o céu*, de autoria do Padre José Augusto, a obra *Jovem! O caminho se faz caminhando*, de autoria de uma das principais lideranças jovens do movimento, conhecido como “Dunga,” e a obra *Jovem, levanta – te!*, de autoria do assim chamado pelos carismáticos de professor Felipe Aquino.

Para compreendermos de forma consistente determinadas concepções religiosas o recurso à história se faz extremamente necessária, pois estabelecer meras relações empobrece a análise além de incorrer no excesso de simplificações. Para este artigo fizemos a opção por uma análise histórico crítica, na qual as práticas discursivas foram entendidas como passíveis de produzir sentido e representações sobre os sujeitos. É preciso considerar que os discursos proferidos são direcionados a um público específico, localizado espacial e geograficamente em uma época, e em um contexto específico. Por isso considerar a história é de vital importância.

No decorrer da história, o tema da sexualidade tem sido abordado sob vários olhares distintos. Muitas destas análises foram carregadas de um ranço que tendia sempre a colocar a prática de uma sexualidade fora dos padrões da heterossexualidade, como um comportamento desviante e passível de algum tipo de medida corretiva. A abordagem histórica apoiada na psicologia social levantou a possibilidade de analisar os comportamentos sociais e suas relações visando compreender melhor a relação entre pensamento e comunicação. Assim, as representações sociais estão presentes principalmente nos discursos e essa perspectiva tem ganhado cada vez mais espaço nas ciências humanas.

As representações, enquanto uma tradução mental de uma realidade exterior percebida que se liga ao processo de abstração, manifesta-se por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. Isso faz das representações uma espécie de mecanismo utilizado pelos indivíduos e pelos grupos como forma de dar sentido ao mundo que é o deles. Ao historiador cabe ter perspicácia ao analisar uma conjuntura, pois “as representações de uma sociedade e de uma época formam um sistema, ele próprio articulado com todos os outros, desde as classes sociais e a religião, até os modos de comunicação” (PLATAGEAN, 1978, p. 310). Entendemos que o papel do historiador deve ser o de ligar as pontas desta teia complexa que é construída através da relação, no caso específico deste trabalho, entre os grupos religiosos e a sociedade, para produzir um discurso normalizador acerca da sexualidade de seus fiéis.

Por muito tempo, os estudos acerca dos valores subjetivos que constroem uma sociedade foram relegados pela história, em parte, pelos avanços promovidos pela ciência e pela valorização do pensamento racional. A partir do desenvolvimento do pensamento cartesiano, há um rompimento “com tudo aquilo que representava opiniões, pré noções e formas de conhecimentos transmitidos pela tradição e pelos viesses ideológicos” (PESAVENTO, 1995, p. 11). Entretanto, o surgimento nos anos 80 da “Nova História Cultural” nos permite expandir as reflexões históricas a outros campos, incluindo áreas que trabalham com a subjetividade dos grupos e que, são capazes de nortear valores e crenças, promovendo padrões de conduta, inclusive sexual.

Para autores como Luiz Mott a postura de rejeição a determinadas práticas, como a homossexualidade sempre foi estimulada pela sociedade brasileira, em especial devido à conjuntura pautada pelas relações escravistas, mas também devido às orientações dadas pela Igreja Católica no sentido de evitar qualquer relação que envolvesse atos homossexuais. No campo da pesquisa em história social, e também em outras áreas do conhecimento, a sexualidade passou a ser uma maneira de compreender

as relações sociais. O sexo que, segundo Magali Engel, por muito tempo foi entendido apenas a partir da relação sexo/procriação, agora se torna uma ferramenta para melhor compreender conceitos e preconceitos que norteiam as práticas sociais em uma determinada situação.

Desde o período colonial as práticas homossexuais foram consideradas uma forma de perturbação da estabilidade da sociedade patriarcal e, não raramente eram vistas como algo que deveria ser afastado das “pessoas normais”. Assim, “o sexo na tradição judaico cristã, sempre foi alvo de uma série de tabus e cuidados. O ideal de perfeição para os cristãos devia ser o celibato” (MOTT, 1998, p. 121).

Analisando a moral sexual ainda no Brasil Colonial, Ronaldo Vainfas também nos aponta para uma postura radicalmente homofóbica ao afirmar que o “crime mais denunciado na visita do século XVI, a sodomia praticada entre homens era o único desvio moral que podia levar os culpados à morte na fogueira” (VAINFAS, 1997, p. 261). Durante todo o período colonial, este foi o tratamento delegado aos grupos apontados como desviantes da fé católica.

Com o fim do período colonial e o início do período imperial, pouca coisa mudou nas relações entre Estado e Igreja, pois o Padroado garantia que as relações do Estado para com a Igreja fossem de mutualismo. Portanto, a homossexualidade permaneceu sendo considerada como uma heresia e uma prática profana. O fim do século XIX e o início do século XX demonstrarão que o imaginário depreciativo acerca destas minorias ainda prevalecerá.

Com o advento do discurso higienista e as teorias raciais influenciadas pelo pensamento Darwinista, nota-se uma nova estratégia no combate àqueles setores caracterizados pelos grupos dominantes como moralmente desviados. Nesse sentido, buscou-se adotar um posicionamento que tinha como meta “normatizar as condutas sexuais e afetivas do conjunto da população” (ENGEL, 1997, p. 310).

Na obra *Vigiar e Punir*, Michel Foucault destina um capítulo à discussão acerca da aplicação da disciplina em meados do século XVIII como estratégia para a fabricação de indivíduos, ou seja, “uma técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1987, p. 143). A função da disciplina é então adestrar ainda mais os indivíduos, com o intuito de dominar de forma ainda mais intensa e eficaz.

A disciplina torna-se uma forma de aplicação do poder promovendo uma interiorização da norma e das técnicas que são aplicadas na gestão das populações. A vigilância visa submeter os indivíduos e seu funcionamento, produz uma rede de

relações na qual uns se apoiam sobre os outros e os próprios fiscais são constantemente fiscalizados. A vigilância hierárquica funciona como uma espécie de máquina que produz poder e distribui os indivíduos de forma contínua. Para Foucault, este mecanismo:

[...] permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta e [...] controla continuamente os mesmos que são encarregados de controlar; e absolutamente discreto, pois não funciona permanentemente e em grande parte em silêncio (FOUCAULT, 1987, p. 148).

Outra maneira pela qual o poder da disciplina é implantado de forma eficiente diz respeito ao instrumento definido por Foucault como a sanção normalizadora. Este instrumento permite aplicar à sociedade toda uma distinção permanente entre o normal e o patológico e impor um sistema de normalização dos comportamentos e das existências dos trabalhos e dos afetos. A ideia de norma está intimamente ligada à noção de disciplina. A norma representa um poder sobre a vida e das formas de administrar a vida. A norma está submetida a um saber clínico e não ao discurso jurídico da lei, pois enquanto a norma ocupa-se da separação entre o normal e o anormal, o discurso jurídico ocupa-se daquilo que é lícito ou ilícito. A normalização busca promover uma transformação do indivíduo, ou seja, sua correção e que não necessariamente está associado à punição.

A partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, vimos ascender por parte da medicina, um discurso que nas entrelinhas deixa a entender que “só restringindo a sexualidade do homem à heterossexualidade no casamento é que se pode evitar a decadência e a doença” (FRY, 1982, p. 96). Com isso, apesar do fim do Padroado, o discurso que por muito tempo foi produzido pela Igreja agora tem um novo representante: a medicina. Esta vem legitimar e associar a homossexualidade a uma questão patológica, ou como afirma Peter Fry: “de fato ela apenas desloca a homossexualidade do campo do pecado para o controle muito mais totalizante da medicina” (FRY, 1982, p. 100).

Luiz Mott reforça o argumento de Fry ao comentar a necessidade de se proteger os valores morais tradicionais. Afirma o autor que “à policia competia zelar pela moral e bons costumes, coibindo os abusos e atentados ao pudor. A cruz e a espada sempre estiveram juntas na repressão aos homossexuais e travestis – ontem e hoje” (MOTT, 1988, p. 90).

Já na década de 30 do século XX, a polícia juntamente com médicos eram encarregados de “apreender” homossexuais e enviá-los a centros especializados em detectar as causas biológicas e sociais do comportamento desviante destes indivíduos, cabendo ao médico sugerir o que Peter Fry chama de “ação médico correcional” (FRY, 1982, p. 102).

Para concluirmos este breve retrospecto referente ao discurso produzido no decorrer da história acerca das práticas homossexuais, entendemos que o final do século XIX e início do século XX é o período em que a ciência sob a inspiração da razão, torna-se a via de acesso da humanidade ao progresso. A mesma passou a ser vista por seus defensores como a única via capaz de garantir a construção de uma sociedade mais desenvolvida e equilibrada. Acreditava-se que graças ao seu constante aperfeiçoamento e desenvolvimento, a ciência estaria se aproximando com passos largos da verdade e do conhecimento total do mundo. Portanto, seu aval passou a ser fundamental para o enraizamento de certos tipos de ideias que perduraram por muito tempo no imaginário popular. Contudo, seria ingênuo supor que tais ideias não deixaram resquícios neste imaginário. Percebemos que ainda persistem desdobramentos destas ideias influenciando comportamentos no mundo atual e, contribuindo para que alguns preconceitos venham se manifestar ainda no século XXI.

Por uma Sexualidade sadia

Ao analisarmos obras produzidas por alguns autores carismáticos percebemos semelhanças com os discursos de combate aos comportamentos desviantes. A citação abaixo foi retirada da obra *Jovem, Levanta te!* de autoria do assim conhecido Professor Felipe Aquino, que faz a seguinte colocação:

A prática do homossexualismo quanto do lesbianismo são desordens no plano de Deus [...] A experiência tem mostrado que muitos jovens tornam-se homossexuais por alimentarem a mente com pornografia homossexual, ou por terem experimentado uma só vez para ver como é. Alguns homossexuais chegaram a confessar que começaram por curiosidade e depois não puderam mais parar [...] muitos jovens que na infância passaram por uma experiência assim puderam se tornar pessoas heterossexuais, *casados e levando uma vida normal* (AQUINO, 2004, p. 78. Grifo nosso).

Se voltarmos às palavras de Peter Fry e compararmos à passagem acima, em especial o fragmento que foi grifado, observa-se uma semelhança entre os discursos

proferidos durante o século XIX no que se refere a uma sexualidade normal restrita a heterossexualidade e pautada pelo matrimônio. A atitude conservadora que atualmente presenciamos por parte da RCC tem nas questões morais uma das suas principais bandeiras. A reafirmação de valores que pregam a abstinência sexual e a exaltação da heterossexualidade, parece-nos uma das formas de manter o controle sobre o cotidiano de seus fiéis, inclusive nas questões mais íntimas e particulares. Um dos alvos desta ofensiva é a juventude que tem uma participação efetiva junto ao movimento, pois estes são “uma prioridade em todas as atividades programadas, sejam rebanhões, retiros, barzinhos de Jesus, encontra-se a mesma preocupação de moralização da juventude nos moldes éticos propostos pela RCC” (CARRANZA, 2000, p. 56).

Através da disciplina, o poder da norma estabelece padrões gerais de comportamento, na educação, na saúde, na sexualidade tornando-se um grande instrumento de poder, pois passa a classificar a sociedade a partir de graus de normalidade que servem como mecanismo de hierarquização, tornando úteis as diferenças, pois, em um sistema homogêneo, permite destacar as diferenças vistas como desvios a serem amenizados.

Ao tratar as práticas homossexuais considerando-as inadequadas, os carismáticos de forma indireta se colocam do lado oposto ao que é difundido por grande parte da sociedade que tem lutado por um maior respeito pela diversidade. Segundo o Conselho Federal de Psicologia em Resolução no ano de 1999, ficou definido que a homossexualidade não pode ser considerada uma doença, sendo assim, não está passível de uma “cura” como foi afirmado nas citações anteriores. Portanto:

[...] a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade. Considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio nem perversão [...] Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.³

As publicações destes autores reforçam a ideia de que uma das bases do movimento carismático é propor uma espécie de homogeneização dos comportamentos de seus adeptos. Observemos as palavras de um os principais líderes jovens do movimento carismático brasileiro ao dizer que: “Deus não fez o homossexual, nem a lésbica. Ele fez o homem e a mulher. Deixe-o devolver a você sua identidade, sua

verdade, o amor que procura não precisa ser mendigado, ele é gratuito e genuinamente bom” (DUNGA, 2005, p. 25).

Em outra publicação de autoria do Pe. José Augusto, a homossexualidade é vista como um traço da personalidade que deve ser eliminado a todo custo. É interessante observarmos como o autor sempre associa a opção pela homossexualidade como se esta conduzisse ao caminho do mal, do erro, e daquilo que deve ser evitado. Para tanto, a única forma de regeneração seria a adoção da heterossexualidade e do exercício da sexualidade apenas após o matrimônio. Na fala do autor, fica implícito que a decisão tomada pelo indivíduo a quem ele se refere o levou a um caminho de redenção:

Um rapaz me contou que havia largado o homossexualismo, os rapazes com quem ele se envolveu não acreditavam na sua mudança de vida tentando induzi-lo ao erro novamente, porém ele foi firme na sua decisão e na entrega a Deus. Hoje ele está noivo e ansioso aguarda o casamento. Não esperou ficar velho para ser do senhor. Todo tempo é hora de recomeçar a vida com Jesus (AUGUSTO, 2003, p. 78).

A postura carismática diante daqueles que são adeptos de opções de vida fora dos parâmetros definidos pelo cristianismo, e conseqüentemente pelo movimento como a fonte única de salvação é de que é necessário curar esta pessoa que se encontra em estado de enfermidade espiritual. Se considerarmos que o Brasil é um dos países do mundo onde os crimes contra homossexuais têm aumentado de forma significativa, tornar-se relevante refletirmos acerca das palavras de líderes religiosos que tendem a construir uma imagem deturpada e carregada de estigmatizações acerca do assunto “homossexualidade”. Não estamos dizendo que o movimento carismático estimula algum tipo de violência física contra os homossexuais, no entanto, por mais que os mesmos não proibam os homossexuais de circularem em seus meios, as suas práticas são condenadas de forma veemente. Além desse fato, ao tratar homossexuais como indivíduos doentes e merecedores de cura, muitas pessoas são induzidas a pensar que “tal visão, supõe que existiria um modelo subjacente universal e intemporal [...] composto de referências idênticas e independentes das épocas, regiões e sociedades” (GRUZINSKI, 2001, p. 54).

A nosso ver esta postura acaba contribuindo para a manutenção da homossexualidade como uma opção de vida marginalizada, pois sempre que uma liderança carismática levanta questões como: “Renuncie diante de Jesus, sempre que puder na Eucaristia e diante do Sacrário ao pecado do homossexualismo, e peça sem cessar e sem desanimar a sua cura” (AQUINO, 2004, p. 78), estas são formas claras de

dizer que é inaceitável para um cristão manter-se praticante da homossexualidade. A sugestão dada pelo movimento carismático é que a homossexualidade seja reprimida.

Ao analisarmos o argumento do movimento que trata tal prática como pecaminosa e passível de uma cura, surge uma pergunta: na perspectiva dos carismáticos, o que causa então as enfermidades do espírito? Para os carismáticos o mundo é palco de uma tensão entre Deus e o Diabo, sendo que este seria o responsável por produzir as mais terríveis mazelas junto à humanidade. Ao resgatar a imagem do demônio, alegando que esta entidade exerce poder sobre as pessoas sendo capaz de determinar comportamentos, influenciando inclusive a sexualidade dos indivíduos.

Percebe-se também o resgate de uma entidade bastante utilizada em toda a história do cristianismo, abominável, mas capaz de determinar os rumos da existência daqueles que estão distantes da mensagem cristã.

Conclusão

Para que um discurso adquira um estatuto de verdade é necessário que ele parta de alguém, ou de algum grupo autorizado pela comunidade na qual se insere. As representações produzidas por um discurso produzem ações e estabelecem uma realidade objetiva que, ao ser desrespeitada, adquire um estatuto de transgressão aos limites impostos por esta realidade.

É indiscutível a semelhança do atual discurso da Renovação Carismática Católica no que se refere à sexualidade com o discurso higienista promovido durante o século XIX. O mesmo buscou enfatizar principalmente os desvios sexuais, ao mesmo tempo em que estabelecia um padrão de normalidade que excluía para o campo da psiquiatria os desvios de comportamento que passaram a ser caracterizados como patologias passíveis de cura. As representações não são estáticas, fixas, elas são móveis.

O ato de instituição de um sujeito atribuindo a ele uma categoria de gênero masculino ou feminino estabelece um processo de naturalização de algo que é ao contrário, social. Ao produzir um discurso sobre a sexualidade, a Renovação Carismática Católica, busca explicar um fato, no caso deste trabalho, a homossexualidade, desconstruindo uma realidade, que é a orientação sexual dos indivíduos que extrapola as categorias de masculino e feminino.

Em uma sociedade dividida em classes sociais, a religião e seu sistema de práticas contribuem para a perpetuação de uma determinada ordem social. Quando a mesma se apresenta desta forma unificada percebemos tentativas de estabelecimento de

um sistema de práticas e representações que justificam o domínio de alguns grupos sobre outros. Por outro lado, estes mesmos sistemas de práticas e representações impõem a legitimidade da dominação aos dominados, reforçando as condições de existência pautadas nessa relação de dominação promovendo o que Pierre Bourdieu classificou como um deslocamento das aspirações que são agora compensadas por um suposto bem maior: a salvação da alma.

A Renovação Carismática Católica por ser parte de uma instituição tradicional e socialmente legitimada, que é a Igreja Católica, busca naturalizar um discurso de que somos apenas homens e mulheres negando as demais categorias de gênero. O lugar ocupado pela religião Católica na nossa sociedade ainda possui certo respaldo, contudo o cenário religioso brasileiro tem se transformado desde meados do século XX. A Igreja Católica que desde o período colonial era hegemônica passa agora a sofrer a concorrência de outras denominações cristãs e também de grupos variados. Os indivíduos passam a ter uma possibilidade maior de escolha, inclusive para optar em não pertencer a uma religião. Além destas opções o trânsito religioso tornou-se muito mais comum e aceitável, permitindo ao indivíduo uma mudança de religião, em alguns casos, mais de uma vez na vida. Partindo desta perspectiva, cabe às religiões passarem por processos de adaptação que implicam na adoção de certas concessões para garantir que não haja a evasão de fiéis. Entendemos o advento e expansão da Renovação Carismática Católica, como parte deste processo.

Uma prática só é capaz de mobilizar se os interesses nela envolvidos, ou seja, de quem produz e de quem faz uso, creem na eficiência simbólica de tais representações religiosas. Assim, ao estabelecer normas de como o sujeito deve fazer uso de seu próprio corpo, associando o seu prazer ao pecado, o discurso da RCC retira do mesmo os direitos sobre si delegando-o a outrem. A crença na eficácia simbólica de certa ideologia implica ocultar interesses que são mundanos. A religião cumpre uma função social, visto que fornece aos indivíduos justificativas metafísicas para a sua existência e, ao mesmo tempo, estabelece sanções e limites capazes de promover um ajustamento da vida pautando as ações dos indivíduos em um sistema de verdades inquestionáveis. É neste momento que os carismáticos mostram a sua força, através de suas pregações e reuniões de cura e libertação, delegando para si o papel de condutores de um rebanho cercado pelas artimanhas do inimigo.

Referências Bibliográficas

Fontes

- AQUINO, Felipe. *Jovem, Levanta-te!* São Paulo: Cleófas, 2004.
AUGUSTO, José. *O Meu Lugar é o Céu*. São Paulo: Canção Nova, 2003.
DUNGA. *Jovem, o caminho se faz caminhando*. São Paulo: Canção Nova, 2005.

Referências

- ARAÚJO, Marlson Assim de. Os Ambientes Midiáticos do Catolicismo Plural e Fragmentado nas Televisões Católicas. *Vida Pastoral*, São Paulo, ano 52, n. 279, jul.-ago. 2011.
- BOURDIE, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática Católica: Origens, mudanças e tendências*. 2ed. Aparecida: Santuário, 2000.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 05, p. 173-191, 1991.
- ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 297-312.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRY, Peter. Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros. In: _____. *Para inglês ver: Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 54-86.
- _____. Da Hierarquia à Igualdade: A construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para Inglês Ver: Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-113.
- GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. Trd. Rosa Freyre D'aguilar. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- JODELET, Denise (Org.) *Representações Sociais: Um domínio em expansão*. Tradução, Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.
- JULIA, Dominique. A religião: História religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) *História: Novas abordagens*. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 106-131.
- MOSCOVIC, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história In: JODELET, Denise. *Representações Sociais: Um domínio em expansão*. Tradução, Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.
- MOTT, Luis. *Escravidão Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: Ícone, 1998.
- _____. *O sexo proibido: Virgens, Gays e Escravos nas Garras da Inquisição*. Campinas: Papirus, 1988.
- PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL. *A nova história: Dicionário*. Coimbra: Almedina, 1978.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p 9-27, 1995.
- TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.) *As religiões no Brasil: Continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- VAINFAS, Ronaldo. *Tópico dos Pecados: Moral Sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Notas

¹ O termo pentecostes representa uma festa católica celebrada 50 dias depois da Páscoa em comemoração a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. Contudo, no século XX, o termo pentecostalização passou a ser utilizado para denominar as revelações realizadas através da ação do Espírito Santo junto aos fiéis. Esse movimento inicialmente desenvolveu-se nos Estados Unidos entre as igrejas históricas, como a Igreja Batista, e espalhou-se com muita rapidez entre várias igrejas cristãs. Estes renascidos traziam como experiência comum, um segundo batismo no Espírito Santo. Este segundo batismo seria identificado por produzir uma imensa emoção acompanhada de uma sensação de paz e felicidade. Este êxtase é compreendido como um contato direto com a divindade que proporciona curas e milagres.

² No decorrer da história identificamos em vários momentos discursos que alegam que no futuro da humanidade não haveria espaço para a religião e que a razão ocuparia cada vez mais os espaços deixados pela mesma. Estamos em pleno século XXI e tais profecias parecem longe de serem confirmadas. Já nos meios acadêmicos a religião tem se tornado objeto de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento.

³ Resolução CEP N° 001/99 DE 22 DE Março de 1999 do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>. Acesso em: 04 ago. 2006.

Artigo recebido em 01/11/2011. Aprovado em 20/12/2011.

Aproximações sobre prescrições e práticas corporais nos Grupos escolares de Pirapora, Januária e Salinas: a educação dos corpos sertanejos - (1906-1927)

Approaches about prescriptions and corporal practices in schools in Pirapora, Januária and Salinas: education in the countryside - (1906 -1927)

Elisângela CHAVES*

Luciano Pereira da SILVA**

Resumo: O texto analisa a proposta da educação corporal de grupos escolares localizados no norte de Minas Gerais no período de 1906 a 1927, notadamente nos municípios de Pirapora, Januária e Salinas. A pesquisa tomou como fonte principal relatos orais e demais documentos diretamente relacionados com a memória escolar para compreender como as atividades físicas foram percebidas como modeladoras de hábitos e atitudes, em um momento histórico em que Brasil prezava pelo discurso modernizador.

Palavras-chave: Educação corporal – Memória – Desenvolvimento.

Abstract: The text analyses the proposal of the corporal education in schools in the north of Minas Gerais during 1906 and 1927, especially in Pirapora, Januária and Salinas. As main source, the research made use of oral reports and other documents directly related to school memory to understand how physical activities were realized as habit and attitude-forming, in a historic moment in which Brazil used to cherish the modernizing speech.

Keywords: Corporal education – Memory – Development.

Introdução

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX configuram-se como um período de intensas transformações sociais. O impacto de fenômenos como a industrialização e a urbanização vai provocar a valorização de novos modos de comportamentos e o combate a práticas antigas, ideário presente mesmo em regiões que tiveram seus processos de urbanização e industrialização mais intensos em outros marcos cronológicos. Denominado frequentemente de modernidade, este período ficará marcado por um grande investimento na transformação da cultura popular e no estabelecimento do que é lícito, desejável e adequado.

Nesse contexto são criados em Minas Gerais os grupos escolares que substituem paulatinamente e, em parte, as escolas isoladas. Neste trabalho, apresentamos os

* Doutoranda em Educação - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Faculdade de Educação, CEP: 30535-901, Belo Horizonte, Minas Gerais. E-mail: elischaves@hotmail.com

** Doutorando em Educação - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Faculdade de Educação, CEP: 30535-901, Belo Horizonte, Minas Gerais. E-mail: lpereira45@hotmail.com

resultados de uma investigação financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais que pesquisou a educação corporal em três grupos escolares de cidades do norte de Minas Gerais: Pirapora, Januária e Salinas.

Focar este período nas cidades de Pirapora, Januária e Salinas, localizadas no território sertanejo norte-mineiro, foi considerada por nós tarefa desafiadora, tendo em vista a escassez de pesquisas e a complexidade desta sociedade no recorte do período. O sertão permeado de diferenças entre o limiar do bárbaro e do civilizado está em toda parte, como já dizia Guimarães Rosa, mas o sertão mineiro, o sertão das Gerais, não estava nas Minas, assim como as Minas não estavam nas Gerais¹. O estado mineiro historicamente desenvolveu-se com grotescas diferenças regionais. Os ideários são propostos para o todo, mas os investimentos, o acesso e a incorporação são distintos do que convencionou-se identificar como as Minas, referindo-se às regiões centrais e ao sul do Estado, onde predominavam as riquezas minerais e o desenvolvimento agropecuário, e as Gerais, nos sertões onde não estavam as riquezas das Minas. Nas Minas ficaram a administração política, econômica, assim como os grandes investimentos na cultura e na educação, nas Gerais estavam os problemas das secas, do calor, do analfabetismo, das poucas cidades e de muita ruralidade.... Falamos aqui de um distanciamento, não somente geográfico, mas principalmente cultural.

O recorte desta pesquisa situa-se em um período historicamente marcado pelas mudanças advindas da modernidade social, que intervieram na estrutura social de forma geral e tiveram, nestas décadas, a configuração de uma transição do país agrário para um país que buscava modernização, compondo uma importante alteração da vida social e cultural. Os impactos² gerados por essas mudanças tiveram também na escola um dos centros institucionais para a constituição e disseminação dos valores e interesses coerentes com a nova ordem social. A escola viveu, portanto, um momento de valorização e reestruturação, sendo reconhecida como instância de fundamental importância no processo que se almejava transformador de um povo considerado, como em outros momentos da história brasileira, sem identidade nacional, que, pertencendo a uma nação republicana, deveria incorporar as alterações impostas pela modernidade. A cultura escolar que se constitui neste período insere-se no movimento da modernidade pedagógica, que gerou uma ampliação dos espaços educativos.

A educação precisava estar inserida no cotidiano das crianças, que, em interação com novas práticas escolares, poderiam cultivar as mudanças sociais almeçadas pelo ideário que se implantava: diferentes linguagens para um único texto - a reforma do espírito público.

Prevendo a instrução “em massa” para população, a fim de preparar um novo povo para atender às necessidades do também novo mercado industrializado e da modernidade social vigentes, os caminhos educativos, via escola, foram entendidos como a forma capaz de desenvolver padrões de civilidade “adequados”.

Em Minas Gérias, o movimento de renovação da escola inicia-se na reforma de 1906, um marco na educação mineira, quando aconteceu a primeira organização de uma nova cultura escolar para este Estado. Uma Reforma, que como cita Tarcísio M. Vago, (2002), teve por meta responder à intenção de preparar aqueles que seriam os cidadãos republicanos-civilizados, de maneiras amaciadas, disciplinados, sadios e trabalhadores ordeiros, afim de contribuir para o desejado progresso social. Através da Lei nº 439 de 28 de Setembro de 1906, o governo mineiro apresenta sua proposta para educação atendendo ao ideário republicano, no qual a *modernidade* deveria aparecer de forma concreta aos olhos da população. Junto a esse pensamento e à tentativa de imposição do *novo* sobre o *velho* encontramos por parte dos administradores a preocupação com a reorganização dos espaços urbanos.

No início do século XX, os grupos escolares (que substituem as escolas isoladas) são vistos como um espaço privilegiado para a implantação desse processo, pois como *locus* educacional, são percebidos como modeladores dos hábitos e das atitudes. Em Minas Gerais a criação dos Grupos foi uma inovação oficializada na Reforma de 1906. Assim, a instituição escolar possuía também a tarefa de eliminar *atitudes viciosas* e promover a assimilação de *hábitos salutareis*, gerando a propagação dos costumes higiênicos. De acordo com Costa (1983), em uma referência à educação no período, no micro-universo dos colégios, a higiene antevia a sociedade ideal, mas o colégio só poderia cumprir realmente sua função através da implantação de uma disciplina e de um regulamento fundamentado na ordem.

Em relatório da Secretaria do Interior de Minas Gerais, o então secretário Sr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, relata ao Presidente do Estado sua opinião em relação à feminilização da Escola Normal e a educação no sertão mineiro (1911, p.28):

Formar o professor, deve ser o primeiro cuidado de quem pretenda organizar o ensino e, como consequência, aparece a instituição das Escolas Normas, tratada com verdadeiro carinho em todos os países civilizados. A reforma fundou na capital a Escola Normal modelo para o sexo feminino e instituiu a fiscalização equiparadas. Esta incompleto, no meu parecer, o ensino normal assim organizado, por que deveriam abranger ambos os sexos. A orientação nova é para confiar-se o ensino primário à mulher; essa substituição, porém, só se poderá fazer, em nosso Estado, gradativa e

lentamente. Dadas as condições actuaes da inacessibilidade dos logares e da rudeza do meio, a professora normalista não poderá, como o professor, affrontar os sertões; procurará naturalmente localizar-se na orla mais civilizada. O sertão mineiro é a resistência habitual do analfabetismo o mais grosseiro e indisciplinado e a professora não tem as condições de energia e resistência moraes para desbraval-o.

O ensino nessas paragens incultas merece mais amor e cuidados da administração do que da parte já quase conquistada pela iniciativa particular. Precisamos ainda do professor normalista e o meio de levá-lo ao sertão consistirá talvez em dar-lhe uma porcentagem a mais sobre os vencimentos ordinários.

O sertão é rude, grosseiro, nas palavras do secretário “paragens incultas”, resistência ao analfabetismo, orla menos civilizada, difícil para as mulheres professoras darem conta do processo educacional, devido às condições de energia e resistência morais para desbravá-lo, são necessários homens para esta difícil tarefa de educar o sertão mineiro. Para além das questões sobre a feminilização do magistério, que não é nosso foco neste estudo, vale ressaltar a tensão expressa na discussão sobre o papel da mulher na formação escolar, a caracterização de fragilidade da feminilidade e o incômodo e dificuldade de aceitação da delimitação da profissionalização do magistério às mulheres.

A emergência dos grupos escolares pode ser analisada a partir de múltiplas perspectivas. Neste texto, privilegamos a educação corporal, que foi investigada a partir de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental na legislação para o período e entrevistas com ex-alunos e ex-professores dos primeiros grupos escolares das cidades de Salinas, Pirapora e Januária, localizadas no norte de Minas Gerais (1906-1927).

O desafio historiográfico: período, fontes e história oral

Interessa-nos neste texto socializar os desafios e dificuldades que enfrentamos para desvelar através de abordagem histórica a proposta da educação corporal destes grupos escolares localizados no norte de Minas Gerais no período de 1906 a 1927. Além do levantamento bibliográfico, a identificação de fontes, sobre os primeiros Grupos Escolares das três importantes cidades da região norte-mineira do Estado foi um difícil garimpar de informações, dada a escassez de registros e documentos. Metodologicamente, ao focar a implantação de três instituições escolares tomamos como unidades teóricas comparativas as demarcações de *espaço*, *tempo* e *corpo*. O delineamento da pesquisa inicialmente foi planejado mediante análise de fontes escritas

primárias e secundárias. Especificamente, quanto às fontes primárias foram recorrentes os documentos legais e oficiais do Estado de Minas Gerais. A constituição das fontes de base empírica foram delineadas, a princípio, a partir de: leis, portarias, resoluções, registros sobre as práticas corporais sistematizadas como a ginástica ou exercícios físicos, realização de festividades escolares, e outros.

No entanto, quando iniciamos a fase da coleta de dados nas cidades nos deparamos com o que chamamos de desvelar a educação dos corpos de escolares sertanejos em Minas Gerais como um desafio historiográfico. A busca de dados nas cidades foi uma agradável e decepcionante experiência. Agradável no sentido de conhecer as cidades e os Grupos Escolares, as pessoas envolvidas com as histórias de escolarização, e decepcionante pela escassez de documentos e registros. Identificamos o descaso, a imprudência, a desinformação da importância de se preservar a história. Relatos de enchentes, de diretoras inimigas da gestão passada, de professores que não gostam de “coisas velhas”, de histórias que não encontramos nos “papéis”.

Os procedimentos metodológicos mobilizados para realização da pesquisa sobre a cultura corporal nos grupos escolares norte-mineiros, deu-se através de um recorte temporal que contempla o período de 1906 a 1927, devido às datas de criação dos grupos e o limite de duração de vigência da reforma de 1906, tendo em vista a Reforma Francisco Campos de 1927 no Estado. As fontes empíricas que procuramos, como relatórios dos professores, plantas escolares, fotos, manuais de *hygiene*, educação física e *gymnastica*, não conseguimos localizar. Nos deparamos com uma realidade de escassez de fontes documentais para execução do projeto original.

Fez-se necessária a revisão metodológica do projeto, um novo olhar de como não calar a vontade e a decisão de contribuir para reconstituir esta história de escolarização dos corpos sertanejos. Este fato marcou nosso encontro com a identificação de moradores idosos escolarizados no período em análise. Recorrer aos relatos orais foi a opção aprovada pelo grupo de pesquisa, afim de darmos continuidade ao projeto sem desestruturar nossa proposta inicial. Estendemos a necessidade do alargamento das possibilidades de fontes³, da busca de uma historiografia menos estereotipada, menos centrada nos documentos, mas possível através dos recursos humanos, dos sujeitos históricos, das vozes e das falas.

Identificar que atividades e manifestações desenvolviam corporalmente alunos e professores, no processo de escolarização destes Grupos Escolares foi possível a partir das ‘falas’ de poucas pessoas ainda vivas, e ou em boa condição de saúde física e mental para responder às nossas questões. No entanto, segundo Moraes (2002), o uso de

fontes orais produzidas através da metodologia da história oral não é um ponto pacífico: muitas vezes é vista com suspeita e avaliada de forma negativa. Mas, a memória vem sendo motivo de debates e interesse de muitos historiadores, valorizando a construção do passado, baseado nas emoções e vivências. A flexibilidade das lembranças dos acontecimentos a luz da experiência e da vivência nos instiga agora a aprofundar nesta perspectiva metodológica. A interação entre memória e história, nos possibilitou a declaração direta das falas, com rigor científico para reconhecer que a possível falta de veracidade dos relatos, pode ser vista também, de outra maneira, não como uma desqualificação⁴. Assim, abordamos a história oral como uma metodologia, de fontes alternativas para cruzamento de dados das fontes oficiais, como o Programa de Ensino de 1906.

Reavaliar metodologicamente a pesquisa não foi tarefa fácil, entre o anseio de realização da investigação e a insegurança metodológica, ficamos em parte frustrados com o quadro de ausência de fontes, em parte desafiados a solucionar as dificuldades desta historiografia. A opção metodológica assumida posteriormente ao delineamento da pesquisa, nos fez refletir sobre a necessidade constante do historiador de estar revisitando suas perspectivas de análise.

A educação dos corpos: o período e as prescrições

A transição secular configura-se como um período de alterações nas concepções do que denominamos educação corporal. Taborda de Oliveira (2006, p.17) salienta que tem orientado seus estudos considerando o tripé *spenceriano*, sobre o qual estava calcada a formação humana

[...] foi sobre a *educação physica* que recaíram os maiores esforços e investimentos de intelectuais, pedagogos, médicos e políticos que pensaram, a partir de diferentes pontos de vista, a escolarização como processo institucional de formação.

Os corpos tornam-se objeto de intervenção, de domínio da ciência. Nesse contexto, o modelo corporal tido como ideal é oriundo desta modernidade e de um projeto civilizatório que possuía muitos de seus fundamentos nas ideias higienistas.

Para Soares (2001), nesse período, o corpo é objeto de conhecimento e de intervenção, é algo que se domina, é construção humana. Com isso instaura-se a busca de uma nova *ordem*, onde a educação corporal ocupava papel de destaque, pois o corpo

é visto como um “conjunto de forças capaz de por em movimento determinações precisas, conter e reprimir desejos, preservar energia”.

A crescente preocupação com a educação corporal dos indivíduos alimenta o ideal higienista, que cresce com a urbanização das cidades em decorrência do processo de industrialização. Com o deslocamento de grandes parcelas da população da zona rural para a urbana, as cidades passam a enfrentar diversos problemas por não apresentarem infraestrutura para receberem este contingente populacional. A saúde da população será duramente atingida, o que abre espaço para atuação da classe médica no ordenamento das cidades e no estabelecimento daquilo que era considerado um comportamento saudável.

O corpo influencia e é influenciado pelo contexto que habita. Como Foucault (1987, p.80) assinala, o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. Conforme observa Soares (2001), os corpos que se desviam de uma normalidade utilitária não interessavam. Desde a infância, ou melhor, sobretudo nela, deveria incidir uma educação que privilegiasse a retidão corporal, que mantenha os corpos aprumados, retos.

A educação corporal pautada nos princípios apontados acima manifesta-se, no ambiente escolar, através de propostas pedagógicas que materializaram-se por meio de diferentes estratégias de intervenção nos hábitos corporais, como: a ocupação dos corpos nos espaços escolares, o mobiliário, a maneira de se vestir, os cerimoniais cotidianos, as festividades e a prática da Ginástica, conteúdo escolar obrigatório.⁵

À luz desses preceitos, a escola iria ensinar às crianças hábitos de saúde e moralização para o trabalho capitalista, quer seja regulando a postura da criança para assentar-se, ou indicando-lhe a carteira ideal, quer seja limpando-lhes as unhas antes de começar as aulas, ou ensinando-lhes a forma correta de segurar um lápis.

A presença da Educação Física, ou sob a forma de ginástica ou sob a forma de exercícios físicos, está presente nas escolas brasileiras desde o final do século XIX⁶. Esta afirmativa se ratifica ao constatarmos alguns registros pertencentes à época, como pareceres e leis, municipais e estaduais, embasadas na necessidade de pessoas ligadas a área das ciências biológicas no cerne da instituição escolar.

Quando abordamos as práticas corporais escolares, estamos nos referindo a um conjunto de manifestações intraescolares que indicam ou podem indicar as formas como foi concebida ao longo do tempo a escolarização e o seu papel na formação humana.

Essas práticas superam aquelas práticas ou atividades feitas apenas na Educação Física. Estão relacionadas com a organização do tempo e do espaço escolar, com a disposição das cadeiras, do mobiliário, e chegando às manifestações corporais – autônomas ou tuteladas - dos alunos como as brincadeiras e as formas de comportamentos.

Neste pensamento, Vago (2002) destaca o “cultivo de corpos”, o controle das manifestações corporais e culturais e de que forma a instituição da escola graduada incorpora e contribui para o processo de educação das massas. Sendo assim, a preocupação com *os controles* estava relacionada com uma esfera social maior e, assim, nos apropriando do questionamento de Oliveira (2006), qual rico espaço poderia ser mais adequado para a massificação dos exercícios físicos do que a escola que estava sendo reformulada?

O Programa do Ensino de Minas Gerais para a escola primária de 1906 trás os conteúdos propostos para a cadeira de exercícios físicos, o tempo e o espaço determinados na organização escolar para “cultivo dos corpos”, para concretização das práticas saudáveis, disciplinadas e ordeiras necessárias a formação corporal do povo mineiro.

Dentre os conteúdos do primeiro ao quarto ano estão distintamente evidenciadas as diferenças das atividades masculinas e femininas⁷. Para os meninos: brincar em liberdade no pátio, com assistência e intervenção do instrutor; marchas militares; posições e passos diversos; movimentos militares; formar em linha; variações de marcha; variação da direção por fileiras. Ainda é ressaltado em nota que: em todas as evoluções serão observadas estritamente as regras militares. E para as meninas: brincar em liberdade, no pátio, alterando este exercício com o de *extensão* e *flexão* de músculos, que serão executados metodicamente, no salão ou no pátio, à sombra.

O que estava posto oficialmente pelo Governo do Estado enquanto projeto civilizatório e modernizador para educação escolar é um importante parâmetro estrutural para nossas análises. Mas como esta proposta foi incorporada à realidade sertaneja do norte de Minas?

Entendemos que a educação corporal presente nas primeiras décadas de funcionamento dos grupos escolares do norte de Minas Gerais, configura-se como mais um capítulo da história das prescrições corporais. Entretanto, tais prescrições devem ser analisadas com o olhar cuidadoso. Inicialmente porque as mudanças aqui tratadas na modernidade e no contexto de estabelecimento dos grupos escolares devem ser inseridas em um processo mais amplo, paulatino, no qual as estruturas que possibilitaram transformações foram construídas lentamente. Isto porque os aspectos culturais são

melhor investigados se vistos a longo prazo, quando pode-se estar atento a permanências e rupturas, tradições e transformações. Além disso, não podemos deixar de destacar que, se haviam prescrições para a formação do novo homem moderno, também havia diferentes práticas sociais mediante as ações de ordenamento. As mudanças sociais sempre são acompanhadas de resistências, tensão, e do inevitável processo de adaptação do ideal propagado ao cotidiano da população.

Quando abordamos especificamente a instituição escolar, devemos levar em conta que ela representa uma especificidade que foi tornada universal. Ou seja, a escola foi escolhida em um determinado momento histórico como a principal responsável da importante tarefa de inculcar novos modos de agir e pensar, novas sensibilidades. Mas a escola é um construto social num jogo de forças, com a presença de diferentes lógicas e diversos interesses.

Ao formatar o homem, a escola prepara as gerações para os desafios da modernidade, elegendo os aspectos da cultura que devem ser valorizados e os que devem ser desprezados. De acordo com Faria Filho (1998), o processo de homogeneização da cultura coloca-se na escola como algo necessário devido à grande heterogeneidade das práticas culturais no interior da cidade. Dentre os objetos de ação na busca desse novo modo de agir, destacam-se as ações corporais e, como aponta Faria Filho, a busca pela transformação da corporeidade da criança em corporeidade do aluno.

Dialogando com memórias das práticas corporais escolares: as entrevistas

Ao propormos um diálogo entre as memórias de pessoas que vivenciaram a escola no período em análise e as prescrições do ideário e dos programas de ensino, buscamos uma aproximação, uma ligação para fragmentos de informações que nos possibilitem compreender o contexto e as práticas para educação do corpo através da escolarização.

O *Programma do Ensino Primário*⁸ de Minas Gerais de 1906, trás em seu conteúdo além da distribuição dos conteúdos e matérias a serem ministradas na escola, algumas instruções e a distribuição dos horários das atividades.

Em relação às instruções, dois subtópicos nos interessaram em especial, o da História Natural, Physica e Hygiene e o dos Exercícios Physicos. Ambos com prescrições em relação à educação dos corpos como podemos analisar abaixo:

História Natural, Physica e Hygiene

I. Não se exigem nestas matérias senão breves noções geraes, que facilitem aos alumnos o conhecimento do corpo humano, das cousas que os cercam, animaes, plantas etc., auxiliando-os nos demais estudos da classe, além de fornecer-lhes vocabulário preciso nas exposições das suas idéias.

II. De hygiene o professor aproveitará tudo quanto possa ministrar-lhes noções precisas para a conservação da saúde e seu bem estar physico, ensinado-lhes cuidar da sua própria pessoa.

Exercícios Physicos

Não se descuide desta parte da educação das creanças na escola, porque della depende o desenvolvimento physico dos futuros cidadãos, muitos dos quaes não terão em suas casa os meios e occasião dos exercícios que a escola lhes póde proporcionar.⁹

Dentro do programa as instruções eram informações sucintas destinadas a orientar os objetivos do ensino destas matérias. Cabe ressaltar que a educação do corpo não se restringe a uma matéria, e o foco higienista se manifesta explicitamente do título ao conteúdo da proposta. Saúde e educação, hygiene e disciplina, a escola como *locus* de salvação social, não se descuide dos exercícios físicos na escola, muitos não terão outros acessos, e o futuro cidadão depende deste desenvolvimento físico que a escola pode proporcionar. É ela, a escola, o Grupo Escolar, espaço de regeneração e desenvolvimento também para o corpo.

A prescrição proposta na Legislação mineira evidencia a importância e a urgência em se trabalhar cuidadosamente e especialmente com a educação do *physico*. A hygiene e o desenvolvimento saudável deveriam estar presentes no cotidiano da escola, sob orientação constante das professoras.

Ainda no programa de 1906, identificamos os quadros de horários do primeiro ao quarto ano do ensino primário. Nestes, o canto e os *exercicios physicos* são atividades diárias, no quadro de 11h50 às 12h15, é o horário destinado aos exercícios. Ou seja, vinte e cinco minutos diários na rotina escolar, para que o corpo fosse lembrado, trabalhado, desenvolvido sistematicamente.

No entanto, não identificamos esta prática no interior dos Grupos Escolares pesquisados. A incorporação desta rotina diária não foi registrada nas memórias dos escolares. Alguns rituais como o cantar do hino nacional, orações antes da aula, organização de filas, aparecem com mais frequência.

Tinha a hora do hino todo dia às 9 horas, cantava o da bandeira e o nacional (Ex-aluna Salinas).

Cantava os hinos, todos enfileirados no pátio, a gente rezava antes, toda professora ficava lá (Ex- aluna de Januária).

A gente tinha que saber o hino nacional, da bandeira e o da independência decorado, há se não soubesse... As diretoras davam beliscões na gente (Ex -aluno de Pirapora).

A inspiração e a cópia dos hábitos militares são claramente empregadas nas práticas da disciplinarização dos corpos escolares. O louvor à pátria, a educação cívica, o controle da postura, corpos retos e enfileirados caracterizam a seriedade do momento, que caso não fosse executado a contendo teria sua repreensão no próprio corpo, “davam beliscões”. Castigos e repreensões físicas para o não cumprimento corporal das atividades cívicas e educativas.

Apesar de não termos identificado a prática diária e sistemática dos exercícios físicos como prescrito no programa, as aulas aconteciam nos grupos, na maioria das lembranças de três a duas vezes por semana e com conteúdos variados.

É importante analisarmos que ao longo da história, as atividades físicas passaram por um longo processo de transformação até chegar ao conteúdo estabelecido atualmente para as aulas de educação física escolar. Mesmo se considerarmos o período pesquisado, primeiras décadas do século XX, o conteúdo frequentemente trabalhado, as aulas de ginástica, são fruto de um longo processo de ressignificação das práticas corporais até sua adoção com um papel pedagógico relevante.

Vigarello (2008) relata na sociedade europeia dos séculos XVI e XVII o processo de transformação da prática dos antigos exercícios de combate em atividades de corte mais refinadas, imbuídas de um significado educativo, como a dança, a equitação e a esgrima. Tendo origem nos jogos militares, os jogos de corte mostram uma recomposição da cultura corporal, em que a ordem dos movimentos corporais expressam encenação de gestos e a arte do movimento.

Bourdieu (1983), outro autor clássico que trata de assunto relacionado, o surgimento de esporte e sua configuração como objeto pedagógico, informa que o esporte surgiu nas *public schools* inglesas do século XIX. Na ocasião, antigos jogos populares são transformados e ressignificados para comporem as atividades das escolas de elite que buscavam formar o homem dirigente na nova realidade social de tempos de industrialização e crescimento das cidades. É importante ressaltar que posteriormente

tais jogos (agora esporte) retornam para as camadas populares, mais sob a forma de espetáculo.

Em dois grupos escolares pesquisados, Salinas e Januária, é relatado por ex-professores e ex-alunos a prática rotineira de aulas de ginástica, jogos diversos e atividades esportivas.

As aulas de ginástica aconteciam no pátio, a gente jogava queimada, jogos mais brandos, vôlei era só no 4º ano (Ex-aluno Salinas).

Tínhamos frequentemente aulas de ginástica; duas ou três vezes por semana (Ex-aluno Januária).

Nas primeiras décadas do século XX, o principal conteúdo das aulas era a ginástica. De acordo com Soares (1996), os métodos ginásticos tiveram sua origem na Europa e constituíram diversas “escolas”, como a francesa, a alemã e a sueca.

Diferentemente dos dois grupos escolares citados anteriormente, na instituição escolar da cidade de Pirapora, todos os entrevistados afirmaram que não ocorriam aulas de ginástica. A exceção fica por conta de uma professora, que afirma:

Eu dava atividade física, mais não dentro da escola, quem tivesse a maior nota e melhor comportamento, na sexta feira eu presenteava eles levando numa área que tinha lá perto, com uns mangueirões, eu amarrava rede, fazia comida, os meninos jogavam bola, peteca, a gente ia de pé mesmo, nada de uniforme, eu falava que era pra ir com roupa da roça mesmo, iam de chinelo e tamanco, quase todos iam, e eles estudavam muito pra sempre poderem ir, os meninos eram indisciplinados, por que eram do rio (Ex-professora Pirapora).

A situação do grupo escolar de Pirapora desperta interesse por diversas questões. Inicialmente, acreditamos que a não oferta de aulas de ginástica configurava-se como uma exceção, tendo em vista o destacado papel pedagógico destas atividades. Se a educação era vista como regeneradora, elemento primordial na formação do cidadão, a ginástica contribuía para formar o indivíduo forte e higiênico. Outra questão que se destaca a partir da fala da professora é a oferta de atividades físicas por conta própria e como uma recompensa aos alunos. Parece-nos claro que, no período, as aulas de ginástica ocupavam o mesmo papel dos eventos cívicos, das lições de higiene e, por que não dizer, dos castigos físicos, distanciando-se muito de atividades essencialmente prazerosas e idealizadas como compensatórias. Por outro lado, a iniciativa da professora de oferecer tais atividades mesmo que fora do ambiente escolar, retrata a valorização

por ela destas atividades, em sintonia com o discurso da época que via a ginástica como um importante elemento de educação corporal.

As aulas: mistas ou separadas?

As aulas de ginástica nos grupos escolares do início do século XX deveriam ser oferecidas, segundo a legislação (Programa de Ensino), com conteúdos distintos para educação corporal de meninos e meninas. Se as funções sociais a serem desempenhadas por sexos diferentes distanciavam-se em muito, nada mais lógico que houvessem conteúdos específicos para cada grupo. Grupos escolares chegavam a apresentar, inclusive, segundo Vago (2002), a intenção da separação dos alunos por muros que deveriam dividir o pátio escolar em dois para que meninos e meninas não se misturassem. Entretanto, o mesmo autor afirma que, pelo menos para a cidade de Belo Horizonte, não se tem conhecimento da efetiva construção desses muros.



FIGURA 1: Foto atual do Pátio interno do Grupo Escolar Bias Fortes em Januária

Nos grupos escolares de Januária, Pirapora e Salinas também não foi encontrado a existência de muros para separar meninos e meninas no pátio. Além disso, para esses grupos escolares, a ocorrência de aulas mistas de ginástica configura-se como uma interessante peculiaridade.



FIGURA 2: Aula de Ginástica no Grupo Escolar Bias Fortes em Januária

Prescrições e práticas: nos grupos pesquisados

Quando a escola foi percebida como uma instituição que tem a missão de difundir o modo de vida civilizado, uma série de ações foram desencadeadas no intuito de garantir o sucesso desta empreitada. Entre tais ações, destacamos uma nova pedagogização das ações docentes e a consequente elaboração de materiais que pudessem nortear a prática educativa. Se um dos objetivos era a homogeneização da cultura, como foi abordado anteriormente, os manuais de ensino exerciam a importante função de padronizar o processo educativo nos grupos escolares. No Estado de Minas Gerais destaca-se a criação da Revista de Ensino, que objetivava a veiculação de orientações e conhecimentos acerca das ações pedagógicas nos Grupos Escolares.

Assim, muitos intelectuais vão produzir manuais que estabelecem diretrizes para que a escola cumpra sua missão, por exemplo, Afrânio Peixoto (ROCHA, 2000). Além disso, publicações oficiais do governo, como a Revista do Ensino, eram distribuídas à escola com diretrizes a serem seguidas.

Contrastando com o contexto apresentado, nos grupos escolares pesquisados, nenhum professor afirmou lembrar da existência de tais manuais em seus antigos locais de trabalho. Se esses manuais estavam presentes nos grupos pesquisados, dificilmente eles ocupavam papel central nas discussões pedagógicas, pelo fato de não terem sido lembrados. Entretanto, é importante apontar que tais manuais podem ter estado presentes durante a formação destes professores. Além disso, mesmo se os professores

dos grupos escolares pesquisados não terem tido contato direto com estas publicações, não significa necessariamente que eles não coadunavam com as ideias difundidas nestes, pois o ideário de comportamento civilizado foi propagado de diferentes formas.

Dentre as intervenções propostas pela escola, com o intuito de educar para a civilidade desejada para o período dito moderno podemos destacar as festividades escolares, que receberam especial atenção a partir da identificação de fontes e relatos que explicitam a importância destes momentos de interação entre a escola e a cidade.

As festas escolares, cívicas ou não, foram pensadas dentro da relação cultura nacional e educação estética, como um momento de manifestação máxima de emoções. É a cidade comemorando com a escola a possibilidade da existência de uma identidade nacional única. [...], dentro de uma perspectiva energética de mobilização em torno da necessidade de convencimento das pessoas de que são atores de novo espetáculo – a república. Educação nacional não se faz sem ‘sentimento patriótico’, sem ‘espírito público’ e isso se produz com arte e festa (VEIGA, 2000, p.414).

Estes momentos festivos foram foco de disseminação da modernização. Criou-se uma tradição de espetáculos, dentro desta nova cultura escolar, que buscava a interação cultural com a sociedade. A comoção popular com esses eventos e com a expressão artística dos alunos refletia a consolidação dos ideais republicanos de uma nação sensibilizada pelo belo, pelo elegante, pelo culto e pelo harmônico.

A escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos: por isso, os grupos escolares tornaram-se um símbolo. “Era preciso torná-los evidentes, exibi-los, solenizá-los” (SOUZA, 1998, p.16).

Para Veiga (2000, p.419), “algumas gerações se formaram recitando poesia, apresentando peças teatrais e cantando o hino em festas públicas. Essas pessoas guardaram na memória o que diziam ser o melhor da escola [...]”.

Os momentos festivos da escola junto à cidade foram tão valorizados que na reforma do ensino de 1927, posterior à reforma que criou os Grupos Escolares (1906), as festas escolares recebem tratamento especial.¹⁰ A preocupação com o desenvolvimento das festas escolares, além de reforçada na legislação, é valorizada e direcionada para um trabalho integrado, para evitar a incidência de perturbações das atividades escolares, como podemos analisar no texto do Programa:

1. As festas escolares que têm por fim interessar ao povo na educação da infância e despertar o estímulo e a emulação entre os alumnos, deverão ser promovidas com a maior solemnidade pelas auctoridades escolares, directores de grupos e professores.

[...] 8. As festas escolares hão de obedecer a um programa, do qual, além do mais, faça parte uma allocução commemorativa do acto, equivalente a uma aula de instrucção civica.

Longe de se transformarem em causas perturbadoras dos trabalhos escolares com grande parte do tempo consumido em ensaios de números novos, as festas deverão tornar-se occasiões dos alumnos apresentarem em publico, marchas, exercícius de gymnastica, cantos, recitativos e outras cousas, que aprenderam no decorrer do anno.¹¹

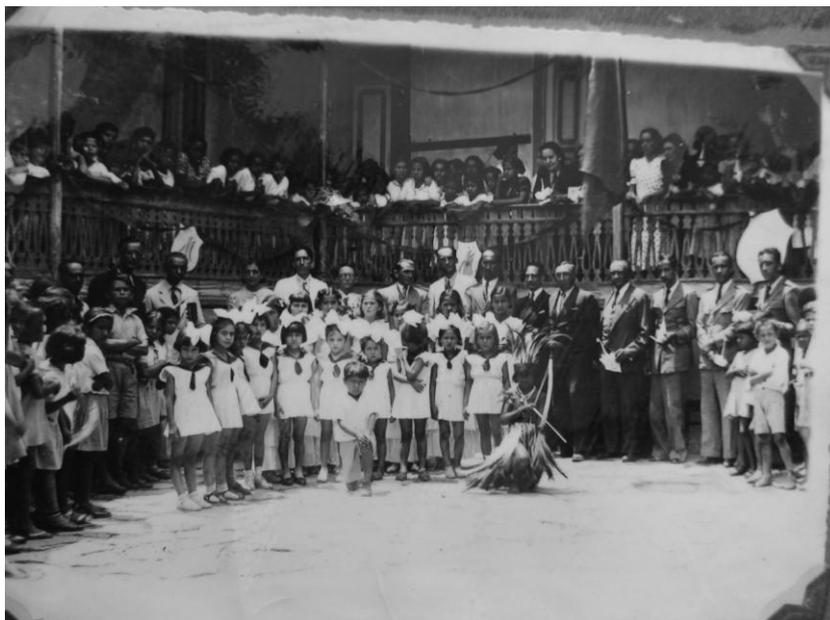


FIGURA 3:Festa do Grupo Escolar Bias Fortes- Januária, década de 20.

A pedagogia pautada no conhecimento científico

O início do período republicano brasileiro, contexto de criação dos grupos escolares, propunha um sistema de ensino mais ordenado, se comparado às antigas escolas isoladas, onde a racionalidade científica possui centralidade. Esta vai influenciar a organização do espaço escolar, a divisão de trabalho entre professores e demais funcionários e também a educação corporal.

Corbin (1995) informa que desde o final do século XIX os exercícios físicos vão sofrer sistemática investigação científica. Sob influência da industrialização e da nova rotina que o trabalho com máquinas acarreta, destacam-se na época as discussões sobre

a fadiga e o tempo de repouso do trabalhador. O autor ressalta que tais debates vão exercer influência direta na rotina escolar.

No campo da educação corporal escolar, uma das consequências dessa nova ordem é a adoção periódica de análises e classificações das aptidões e das características físicas dos alunos que se deram, entre outros, através dos exames biométricos.

Entretanto, nos grupos escolares investigados, pelo menos para as primeiras décadas de funcionamento, o impacto da racionalidade científica na rotina da educação corporal teve impacto diferenciado. Tal consideração fica clara pelo fato de não terem sido encontrados registros de testes biométricos e pelo fato de todos os entrevistados afirmarem não se lembrarem tanto da realização destes exames como da presença de médicos no ambiente escolar.

Por outro lado, não podemos afirmar que o princípio da racionalidade científica não estava presente nos Grupos Escolares. Se observarmos, por exemplo, a prática da ginástica como foi retratado na FIG. 2, percebemos a forte influência dos métodos ginásticos europeus, conteúdos que foram gestados sob forte influência do conhecimento científico e que já se manifestava nas práticas dos grupos pesquisados.

Considerações Finais

Ocupando a escola, a partir do início do século XX, o papel central na formação dos cidadãos modernos, esta pesquisa procurou discutir a educação corporal presente durante as primeiras décadas de funcionamento dos Grupos Escolares das cidades de Januária, Pirapora e Salinas.

Através do uso de fontes diversas, com destaque para a legislação educacional da época e relatos de ex-professores e ex-alunos, pode-se perceber que a educação corporal possuía centralidade no processo educacional. Através de estratégias de ocupação dos espaços, aulas de ginástica e momentos cívicos, entre outros, o aluno era preparado para possuir a sociabilidade desejada para a época. Entretanto, pode-se perceber também algumas especificidades nesse processo. Ao contrário do que ocorria em grupos escolares de outras cidades (como em Belo Horizonte), parece-nos claro que os grupos pesquisados não exibiam a estratégia rígida de controle e educação corporal propagadas por meios oficiais como a Revista do Ensino. Isto fica evidente, por exemplo, na existência de aulas mistas de ginástica e na ausência de exames biométricos.

As peculiaridades dos grupos pesquisados justificam-se, a nosso ver, pelo fato de que o ideal modernizador do período republicano vai possuir diferentes materializações e assim, transformar-se em práticas diversas. É preciso lembrar que sempre há uma tensão entre o que é prescrito e propagado pelo discurso oficial e o que é de fato vivenciado pela população.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa teve entre outros o importante objetivo de contribuir para a recuperação e preservação da história educacional do norte de Minas Gerais. Nesse sentido, outras iniciativas são necessárias para que a memória das instituições e do processo educativo seja mantida e possam servir como ponto de partida para pesquisas e intervenções na área educacional.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, Ago. 1999.
- BUFFA, Éster; PINTO, Gelson. *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. São Carlos: Brasília: EdUFSCar/INEP. 2002.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARVALHO, Marta M. C. de. *Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de educação(1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.
- CORBIN, Alain. A fadiga, o repouso e a conquista do tempo. In: CORBIN, Alain (Org.). *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 1995.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, UNB, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)*. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP, 1996.
- _____. Cultura e práticas escolares: escrita, aluno e corporeidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 103, mar. 1998.
- _____; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 19-34, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2005. 7 edição.
- _____. *História, tempo presente e história oral*. Rio de Janeiro-RJ: Topio, 2002, pp.314-332.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2005. 7 edição.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. C de. Historiografia da educação e fontes. In: *Trabalhos apresentados na 15ª reunião anual da ANPEd n 5*. Porto Alegre: Cadernos ANPEd, 1993.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

PAGNI, P. A. A prescrição dos exercícios físicos e do esporte no Brasil (1850-1920): cuidados com o corpo, educação física e formação moral. In: FERREIRA NETO, A. (Org.). *Pesquisa histórica na educação física*. Vitória: CEFD/Ufes, 1997.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. *Caderno Cedes*, Campinas, n. 52, 2000.

SOARES, Carmem L. *Corpo e história*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001

_____. Educação Física Escolar: conhecimento e especificidade. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, suplemento e, p. 6-12, 1996.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!* A história do Ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação. Campinas-SP, 1994.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp 397-422.

VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. In: VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alain; COURTINE Jean-Jacques. *História do Corpo: da Renascença às Luzes*. São Paulo: Vozes, 2008. volume 1. p. 303-399.

Fontes

MINAS GERAIS. Relatório da Secretaria do Interior de Minas Gerais, 1911, p.28. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto n. 1.947 – 30 de setembro de 1906. Aprova o Programa do Ensino Primário. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

MINAS GERAIS. Decreto n. 8.094 – 22 de dezembro de 1927. Aprova o Programa do Ensino Primário. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Vol. III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

Notas

¹ João Batista de Almeida Costa (2003) examina em sua tese de doutoramento a ideologia da mineiridade com o objetivo de identificar o lugar ocupado pelo norte de Minas e aborda os meios mobilizados pelos norte mineiros para resistir à desvalorização e à exclusão através de informações históricas, literárias e etnográficas. Ele conclui que em Minas Gerais a hierarquização das diferenças culturais e identitárias delineam uma dupla identidade mineira: a baiana (o norte) e a mineira.

² Nos referimos aos impactos de ordem social que alteraram o cotidiano das cidades e das pessoas, com o aumento da industrialização, as novas concepções artísticas, a organização dos Estados republicanos, que geraram novos hábitos na vida social, familiar e cultural.

³ Ver NUNES, Clarisse; CARVALHO, Marta. M. C. de. *Historiografia da educação e fontes*, 1993.

⁴ Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2002), a fonte oral pode ser adicionada para a pesquisa como mais uma fonte, aceitando que a história oral ocupe um novo espaço nos debates historiográficos.

⁵ Vago (2002) analisa de que maneira a Educação Física e a ginástica se consolidaram como práticas constitutivas dos corpos das crianças no ensino público primário de Belo Horizonte entre os anos de 1906 e 1920. Neste sentido, analisa as diversas influências que fizeram com que a prática de atividades físicas estivesse presente no interior da escola, desde sua implantação. Nesta abordagem, indica que essa prática sistematizada de exercícios possuía diversas denominações, dentre elas, exercícios físicos, exercícios calistênicos, exercícios ginásticos, gymnástica e outros.

⁶ Ao encontro do pensamento dos autores OLIVEIRA (2006); SOARES (2001); VAGO (2002).

⁷ Eustáquia Salvadora de Sousa (1994) aborda esta discussão em sua tese intitulada: *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!* A história do Ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994).

⁸ O presidente do Estado de Minas Gerais João Pinheiro da Silva, através do Decreto n. 1.947- de 30 de setembro de 1906, aprova o programa do ensino primário.

⁹ Programa do Ensino Primário de Minas Gerais, 1906, p. 110-111.

¹⁰ Decreto n. 8.094, de 22 de dezembro de 1927, p.1.764-1.765.

¹¹ Decreto n. 8.094, de 22 de dezembro de 1927, p.1.764-1.765.

Artigo recebido em 07/02/2012. Aprovado em 20/03/2012.

As Interferências Externas e a Manutenção da Ordem Pública no Haiti

External Interferences and Maintenance of Public Order in Haiti

Vanessa Braga MATIJASCIC*

Resumo: Este trabalho discutirá quais atores interferiram em assuntos internos do Estado haitiano ao longo da história, sobretudo, detendo-se a década de 1990. Analisaremos o perfil das forças militares e policiais que se constituíram no país, como elemento importante para compreender que, muitas vezes ao invés de proteger os cidadãos, as mesmas forças auxiliaram para que houvesse a opressão, instabilidade e insegurança para a maioria da população haitiana. Ao final, realizaremos o balanço das atividades internacionais promovidas pelas organizações internacionais na década de 1990.

Palavras-chave: Intervenções militares – Haiti – Segurança interna.

Abstract: This paper will discuss which characters interfered in internal affairs in Haiti over the history, especially in the 1990's. We will analyze the profile of the military and police forces which established in the country, as an important element to understand that, many times, instead of protecting citizens, the same forces helped to have oppression, instability and insecurity for most of Haitian population. Finally, we will hold the balance of the activities promoted by international organizations in the 1990's.

Keywords: Military interventions – Haiti – Internal security.

O Haiti ainda é hoje um país que apresenta inúmeras dificuldades para superar a miséria, combater a corrupção e prover segurança à população. Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revelam que o país está na 145ª posição¹ (PNUD, 2010, p.142), sendo a Noruega o país em primeira colocação e o Zimbábue em última colocação². Tais circunstâncias revelam a problemática conjuntura econômica e a carência em atrair investimentos externos ao país, pois um dos motivos alegados pelos países doadores, como França, Estados Unidos, Canadá e Comunidade Europeia, é que o investimento privado necessita de segurança e estabilidade para possibilitar abertura de negócios. Sendo assim, os países acreditam que as autoridades locais devem prover esforços para alcançar esse patamar e impedir que haja a fuga de investimentos. A conjuntura de 2004, não é muito distinta daquela de dez anos atrás, quando houve o desembarque de tropas multinacionais autorizadas pelas Nações Unidas e cujo controle militar da operação foi designado aos Estados Unidos. É também no início da década de 1990 que existiu grande instabilidade e maciça fuga de capital e investimento estrangeiro tendo em vista o contexto interno do país.

* Mestre em Relações Internacionais pela UNESP. Doutoranda em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. E-mail: monalisavbm@gmail.com

Contudo, percebemos nos argumentos dos países doadores o ceticismo e a incompreensão política da comunidade internacional quanto à conjuntura interna haitiana. De 2006 até 2010, o governo transitório tentou lidar com os obstáculos latentes para prover serviços públicos à população, porém, frequentemente deparou-se com os problemas de origem econômica aqui mencionados, bem como teve dificuldades para extirpar uma característica: a corrupção praticada por diversos funcionários em muitas instituições do país. Segundo dados da Transparência Internacional, o Haiti está em 146ª posição de países com elevada corrupção dos 178 avaliados³ (IPC, 2010, p.03). Com esses elementos, é interessante questionar se a responsabilidade para a existência de tais números recai apenas na debilidade dos governos haitianos para cumprir com as disposições constitucionais⁴ ou se é possível elencar outros atores.

Ao longo da década de 1990 e até o atual período, o país caribenho recebeu diversas operações de manutenção de paz das Nações Unidas. No total, são cinco operações⁵. Aquelas da década de 1990 dedicaram-se a cumprir o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que autorizou, sobretudo, a criação e o treinamento da primeira polícia civil do país. Para que possamos nos ater a esse ponto, ainda sobre essa força policial, a Polícia Nacional Haitiana (PNH), nas atribuições do mandato aprovado em 30 de abril de 2004 da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), consta no artigo 7º, inciso I, que a MINUSTAH deveria (S/RES/1542):

(b) ajudar o governo de transição a reestruturar e acompanhar a reforma da Polícia Nacional Haitiana, em conformidade com normas democráticas de policiamento, nomeadamente através da habilitação e certificação de seu pessoal, aconselhando sobre sua reorganização e formação, incluindo formação para questões sobre gênero, bem como supervisão e treinamento de membros da Polícia Nacional Haitiana;

(c) assistir ao governo de transição, particularmente Polícia Nacional Haitiana, com sustentável programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para todos os grupos armados, incluindo as mulheres e crianças associadas a tais grupos, assim como controle de armas e medidas que tragam melhorias à segurança pública;

(d) auxiliar no restabelecimento e manutenção do primado da lei, segurança e ordem pública no Haiti por meio da prestação de serviços *inter alia* à Polícia Nacional Haitiana e à Guarda Costeira do Haiti, assim como aprimorar o fortalecimento institucional, corrigindo as imperfeições do sistema; [...]

(f) proteger civis sob ameaça iminente da violência física, [...] sem prejuízo das responsabilidades do governo de transição e das autoridades policiais.

Destacamos sobre esse trecho do mandato que, ao mencionar a reestruturação da PNH e a existência de ambiente violento, há indícios que sinalizam que as operações de manutenção de paz das Nações Unidas anteriores possivelmente não conseguiram prover treinamento adequado a PNH para que a mesma estivesse apta a lidar com os desafios da manutenção da ordem pública no país. Porém, qualquer observação sobre a responsabilidade da atual conjuntura no Haiti deve equilibrar fatores externos e internos. Assim, no primeiro momento, pretendemos discutir brevemente a história política do país para que se compreenda como a violência foi uma variável constante e cuja responsabilidade desse resultado pode ser atribuída à condução dos diversos governos que, em sua maioria, pouco contribuiu para amenizar o sofrimento da população, por diversas vezes refém da violência dos grupos civis armados ou da repressão de regimes políticos autoritários. A opção que contempla essa parte do estudo é a revisão bibliográfica de obras de pesquisadores e estudiosos que se empenharam nesse campo do conhecimento. No segundo momento de nossa discussão, buscaremos responder quais atores políticos e internacionais estiveram envolvidos com a criação e o treinamento da força policial no início da década de 1990. Se a polícia haitiana deveria prover um ambiente de segurança à população, o que fez com que a mesma não assegurasse a realização dessa meta, como constatamos no mandato da MINUSTAH? Quais critérios nortearam o recrutamento e a seleção de policiais? Qual é o perfil da PNH? Quem foram os primeiros integrantes? Que treinamento receberam? A qual burocracia estatal a mesma esteve subordinada para acatar ordens? Por que existiu a necessidade de reestruturar a PNH após as quatro operações da década de 1990 dedicarem esforços, sobretudo, para prover treinamento aos policiais haitianos? Essas são as perguntas que nos permitirão buscar respostas que razoavelmente contemplem a hipótese de relativizar o corrente discurso da comunidade internacional de que a responsabilidade pela atual conjuntura no Haiti é exclusiva dos governos haitianos que exerceram mandato ao longo das últimas duas décadas. Pretendemos compartilhar a referida responsabilidade com os países e organizações intergovernamentais que estiveram envolvidos com a recuperação das estruturas do Estado haitiano e o auxílio ao desenvolvimento do país caribenho. A limitação para buscar fontes primárias a todos os acontecimentos é uma constante nesse estudo. Porém, fontes secundárias, discursos políticos e relatórios de agência internacionais permitiram uma avaliação parcial. O amadurecimento da avaliação exposta nesse trabalho virá com o descobrimento de novos dados de nossa autoria ou de outros estudiosos que se debruçam sobre o assunto.

A independência declarada em 1804 não rompeu plenamente com a estrutura social da ex-colônia francesa. A grande desigualdade entre segmentos sociais persiste, embora em diferente conjuntura, por mais de duzentos anos. Dessa maneira, acreditamos que seja prudente amparar nossa futura análise tendo o contexto da estrutura colonial como propulsor das rebeliões que levaram à independência e das disputas pelo poder. Para amparar essa visão sobre a sociedade colonial do Haiti do século XVII, Eric Williams (1970) analisou a estrutura dessa sociedade dividindo-a em cinco grupos. No topo da hierarquia estavam os “grandes brancos” que eram os proprietários e comerciantes de monoculturas. No segundo grupo estavam os funcionários da monarquia francesa. O terceiro era constituído pelos “brancos pobres” que eram homens de ofício de baixa remuneração, como professores e artesãos. Esses três primeiros grupos somavam um total aproximado de 40 mil pessoas. Em seguida, a sociedade colonial se dividia entre mulatos (ou escravos libertos) e negros (escravos). Os escravos libertos totalizavam 28 mil pessoas. Eram cidadãos livres que não tinham o mesmo status social e direitos políticos desfrutados pelos brancos (franceses ou descendentes). Por último, a mais ampla camada social reunia mais de 452 mil escravos⁶ (WILLIAMS, 1970 apud FARMER, 2006, p. 58).

Diante desse quadro social e segundo C.L.R. James, a desigualdade da sociedade de Saint-Domingue tornou-a propensa ao desencadeamento de rebeliões (JAMES, 1980 apud FARMER, *Ibid.*, p. 59). James destaca que, já nas últimas décadas do século XVIII, ocorreram revoltas de escravos na região norte da colônia, mas afirma que a Revolução Francesa foi o fator decisivo para desestabilizar a antiga estrutura social de Saint-Domingue. Naquele momento, os grandes proprietários e comerciantes aproveitaram-se do contexto convulsivo da metrópole para assumir o controle da Assembleia Colonial e excluir os mulatos e os “brancos pobres” de qualquer participação no processo decisório⁷. Os grandes proprietários romperam também com a subordinação de Saint-Domingue à Assembleia de Paris.

Em 1791, insatisfeito com a vigência daquele *status quo* mantido pelos grandes proprietários de terra, um grupo de mulatos (escravos libertos de primeira geração) incitou a revolta de escravos. Aproximadamente de 300 a 400 escravos participaram da insurgência liderada pelos escravos libertos. Porém, a insurreição foi controlada pela milícia colonial. Mesmo diante da primeira investida fracassada, outras rebeliões foram organizadas e proliferaram-se pela colônia tomando proporções cada vez maiores.

Nesse contexto de rebeliões, Toussaint L'Overture ficou conhecido por liderar a principal revolta dos escravos e declarou-se "Tenente Governador" (JAMES, 1980 apud FARMER, *Ibid.*, p. 61) em 1796. Aproveitando-se da fragilidade política da França para controlar as revoltas coloniais naquele momento, Toussaint L'Overture, ao assumir, estabeleceu novas diretrizes para o Haiti. O líder propôs substituir a mão-de-obra escrava pela remunerada e exigiu a quebra do monopólio comercial francês para expandir relações comerciais com a Inglaterra e com os Estados Unidos. Além disso, defendeu a expulsão de autoridades francesas.

C.L.R. James (1980) explica que, após a França estabilizar-se politicamente em 1801, Napoleão Bonaparte enviou uma missão militar liderada pelo capitão-general Leclerc para conter as revoltas da colônia francesa e retirar Toussaint L'Overture do papel de liderança que exercia. A tropa francesa foi composta por 28 mil homens. Entre estes estavam franceses e mercenários poloneses, dinamarqueses, prussianos e suíços. A expedição capturou o líder e mandou-o para a França, onde faleceu no cárcere. Após a prisão do antigo líder, o haitiano Jean-Jacques Dessalines conduziu a retomada das rebeliões. Integrantes das tropas francesas e mercenárias morreram na guerra e muitos sucumbiram a doenças tropicais, como a febre amarela. Até mesmo o próprio capitão-general Leclerc foi acometido pela doença e morreu em 1802. Naquele momento, a França não dispunha de número suficiente de soldados para enviar outra missão a Saint-Domingue, porque estava em guerras napoleônicas na Europa. Assim, o intento francês para conter a rebelião na colônia fracassou e Saint-Domingue declarou independência em 1804.

Uma vez conquistada a independência, os líderes da insurgência haitiana necessitavam que outros países reconhecessem o mais novo território autônomo caribenho. Contudo, a independência política do Haiti representou ameaça aos interesses políticos e econômicos das potências europeias, pois temiam que o acontecimento estimulasse outras colônias a lutar por emancipação. A França foi a primeira, entre outras potências, a negar o reconhecimento imediato da independência do Haiti.

Embora pretendesse reaver a posse da colônia, o contexto das guerras napoleônicas dificultou que a França pensasse em reconquistá-la de imediato. Paul Farmer afirma que o governo francês contemplou o reconhecimento político do Haiti em 1824, mas sob a condição de que o país pagasse uma indenização no valor de 150 mil francos (FARMER, 2006, p. 67). O considerável valor correspondia ao interesse francês em deixar o Haiti na dependência econômica da França para que pudesse

desfrutar de facilidades comerciais bilaterais. Ainda nas palavras de Paul Farmer, os dirigentes do Haiti decidiram ampliar parcerias comerciais para vender produtos agrícolas para que tal quantia fosse paga. A Inglaterra ofereceu a primeira parceria comercial após a independência e os Estados Unidos já eram um tradicional parceiro desde a época de Haiti colônia⁸.

O poder manteve-se centralizado na minoria de escravos libertos de primeira geração para assegurar privilégios e defesa de interesses para essa elite, explorando o trabalho nas lavouras da grande parcela dos haitianos que perceberam poucas mudanças nas condições de qualidade de vida no novo momento de liberdade formal. Ao longo dos anos, os conflitos sociais emergiriam, sendo que a crônica dependência econômica deixou as convulsões sociais mais tensas.

Ao final do século XIX e início do século XX, as constantes disputas internas pelo poder contribuíram para que o Haiti estivesse vulnerável a interesses externos. Os dirigentes políticos haitianos pediram diversas vezes intervenções de outros países para conter revoltas populares. Tal medida viabilizou a presença da França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos no território.

Para evitar que outra potência europeia ocupasse o país, além de buscar a concretização dos próprios interesses, os Estados Unidos decidiram intervir militarmente entre os anos de 1915 e 1934. Nos anos de intervenção norte-americana, a tradicional elite foi escolhida para conduzir o poder e os Estados Unidos criaram as *Gendarmerie d'Haïti*, em 1915, para conter rebeliões e manter a ordem interna. Essa força militar com funções policiais foi treinada para exercer o monopólio da violência de forma profissional (apolítica). Entretanto, após a retirada das tropas dos Estados Unidos em 1934, as *Gendarmerie d'Haïti* revelaram-se estar muito distante desse objetivo.

Do Novo Período "Democrático" Ao Ditatorial: raízes da crise de 1986

Entre os anos de 1934 e 1956, vários presidentes assumiram a presidência do país. Stênio Vincent (1930-1941) foi o último presidente do período da intervenção norte-americana cujo tempo de mandato foi estendido pela adoção de várias medidas autoritárias. Entre elas, transferiu toda autoridade de poder de decisão das questões econômicas do legislativo para o executivo por meio de um plebiscito⁹. Também fez com que uma nova Constituição fosse aprovada, na qual constou a autorização dada ao poder executivo para reorganizar o judiciário, conferir plenos poderes ao presidente para

indicar 10 dos 21 senadores e recomendar a posse de 11 deputados¹⁰. Sténio Vincent pretendia seguir para o terceiro mandato em 1941, mas foi “aconselhado” a desistir dessa ideia pelo governo Roosevelt. A centralização de poder também desagradou àqueles que estavam nos altos comandos das *Gendarmerie d’Haïti*. Diante dessa conjuntura, o governo dos Estados Unidos transferiu a presidência do Haiti de Sténio Vincent para Elie Lescot (HAGGERTY, 1991, p.228).

Elie Lescot (1941-1946) também não obteve êxito no seu mandato: tornou-se extremamente impopular pela supressão da liberdade de imprensa e perseguição da oposição política. O perfil autoritário do presidente decorreu em medidas que deixaram a população descontente e mobilizada para organizar greves e protestos. Esses fatores, somados à falta de habilidade do presidente em lidar com as *Gendarmerie d’Haïti*, tornaram a continuidade de seu governo insustentável. A renúncia foi anunciada em 1946 (HAGGERTY, loc.cit.).

Nas palavras de Richard A. Haggerty (1991), em 1946 as *Gendarmerie d’Haïti* assumiram o poder como instituição. A junta militar agilizou o processo para organizar eleições parlamentares em maio do mesmo ano. O momento era bastante delicado: as *Gendarmerie d’Haïti* não poderiam dar apoio a um candidato da tradicional elite haitiana, pois a população não acataria a escolha, rebelando-se. Dessa maneira, a solução encontrada foi apoiar um candidato popular e de perfil político moderado. Dumarsais Estimé (1946-1950) reuniu algumas dessas características consideradas importantes pelas *Gendarmerie d’Haïti*, como o fato de ser o único civil que nunca esteve ligado ao poder (era servidor público), ser oriundo da camada popular e ter intenções de beneficiar a camada mais pobre da população. Logo, esse presidente possuía alguns atributos que abrandavam o clamor popular na visão das *Gendarmerie d’Haïti*. Contudo, Dumarsais Estimé quando eleito não recebeu apoio do legislativo e incomodou os interesses da tradicional elite haitiana que, influenciando alguns militares, facilitou o processo para a deposição do presidente em 1950 (HAGGERTY, p.230). Depois disso, a mesma junta militar, que já tinha assumido o poder em 1946, voltou em 1950. Composta por três membros, um deles renunciou para candidatar-se à presidência. Segundo Richard A. Haggerty (1991), naquele momento político, o Haiti necessitava que o próximo presidente fosse apoiado pelas *Gendarmerie d’Haïti* e pela elite.

O sucessor de Estimé foi o major Paul E. Magloire (1950-1956) que não permaneceu por muito tempo no poder. Haggerty (1991) argumenta que o principal motivo da impopularidade do presidente teria sido a corrupção. Mas como realizar esse

juízo se as eleições que o elegeram não eram idôneas? Não cabe aqui afirmar categoricamente se existiram fraudes eleitorais, pois não há fontes primárias conseguidas nesse estudo para respaldar tal declaração. Mas, a inferência é feita após várias leituras que retratam que nesse momento da história, bem como em outros, as eleições no país e os respectivos resultados eram alvos de fraudes eleitorais.

Para isso, temos alguns estudos como o do professor Ricardo Seitenfus que se dedicou a entender os percalços políticos do país. Na visão de Seitenfus (2006), a crise política sempre foi uma constante, sendo que os momentos mais estáveis eram os ditatoriais. Sobre a primeira eleição em sufrágio universal:

A primeira eleição presidencial ocorreu em 1957. Foi introduzido o voto universal concedendo este direito a todos os Haitianos com idade superior a 21 anos. Contudo a fraude foi generalizada: a utilização de tinta lavável para identificar os que já haviam votado; a compra de votos; a montagem de currais eleitorais; a onipresença das Forças Armadas. O beneplácito desta conduziu François Duvalier à vitória (SEITENFUS, 2006, p.2).

Na mesma linha de interpretação está a citação abaixo:

O período entre a queda de Magloire e a eleição de Duvalier em setembro de 1957 foi muito caótico, até para os padrões haitianos. Três presidentes provisórios assumiram a presidência; um renunciou e o exército depôs os outros dois, François Sylvain e Fignolé. Duvalier foi dito como ativamente engajado durante este processo de intrigas que ajudaram que ele surgisse como candidato favorito dos militares para a presidência. Os militares guiaram o processo de campanha eleitoral, dando todas as vantagens a Duvalier (HAGGERTY, 1991, p.232).

Portanto, e segundo os estudos acima reproduzidos, François Duvalier soube lidar com os fatores que o favoreceram, pois, além do apoio das *Gendarmerie d'Haïti*, soube utilizar-se do tom popular dos discursos para obter votos nas primeiras eleições organizadas em sufrágio universal. O adversário político de Duvalier era um representante da tradicional elite e dificilmente seria eleito naquela conjuntura. Para Haggerty (1991, p.232), Duvalier era visto pelos militares como um líder sem grandes motivações ideológicas, fato esse que colaborou para que obtivesse apoio dos mesmos. Em 1957, ele assumiu a presidência em um cenário político bastante favorável ao exercício de seu mandato: dois terços dos seus seguidores assumiram cargos legislativos na Câmara dos deputados e todos os assentos foram conseguidos no Senado.

As evidências que observamos da atuação das *Gendarmerie d'Haïti*, do período de 1934 a 1956, é que houve clara interferência dos militares na política. Logo, nesse

momento não podemos falar de governos democráticos e representativos. Após esse período, François Duvalier estabeleceu um regime que compreendeu um período no qual o autoritarismo e a centralização política prevaleceram. Para sustentar esse governo, o aparato repressor estatal foi empregado para perseguir e eliminar qualquer tipo de oposição política. Os ditos duvalieristas foram aqueles que apoiaram a perseguição de líderes de insurgências populares e censuraram os opositores políticos, mantendo a hierarquia da estrutura social e os privilégios dos grupos que obtiveram poder político e econômico. As bases desse regime foram impostas por François Duvalier com adesão dos setores conservadores da sociedade haitiana: militares, Igreja Católica e elite. Em certa medida, o regime duvalierista também amparava os interesses dos Estados Unidos no contexto Guerra Fria, pois afastava a possibilidade de acontecer revoltas populares e a expansão da ameaça comunista de Cuba para o Haiti. O presidente François Duvalier esteve no exercício do mandato de 1957 a 1971 e permaneceu em cargo vitalício, escolhendo para sucedê-lo Jean-Claude Duvalier (1971-1986), seu filho.

Haggerty (1991, p.356) declara que François Duvalier alterou os altos cargos das *Gendarmerie d’Haïti*, pois queria afastar aqueles que foram responsáveis pelos golpes de Estado das presidências que o precederam. Com essa medida, tentou manter-se no poder e, para tanto, colocou jovens oficiais formados na década de 1940 pela Academia Militar nos altos comandos das *Gendarmerie d’Haïti*.

A antiga estrutura da guarda presidencial, composta e coordenada pelas *Gendarmerie d’Haïti*, também passou por alterações em 1959. A nova guarda presidencial incorporou milícias civis recrutadas para agirem sob o comando de Duvalier. Em 1962, os Voluntários da Segurança Nacional (VSN), conhecidos pela população como *Tonton Macoutes*, foram designados para o sistema de informação, inteligência e controle. Tinham também como função perseguir, prender e eliminar qualquer opositor do governo. Para Haggerty (1991), a criação dos VSN reduziu a histórica influência dos militares na escolha dos líderes políticos do Haiti, pois neutralizou o poder das *Gendarmerie d’Haïti*. Esta redução de influência deu estabilidade ao regime ditatorial e uniu *Gendarmerie d’Haïti* e VSN no papel de combate às ameaças internas a manutenção do poder duvalierista. Entretanto, o que diferenciou uma força da outra foi o fato dos VSN não serem remunerados e não serem uma instituição do Haiti. O caráter voluntário da milícia fez com que os recursos econômicos necessários para o seu funcionamento fossem obtidos por meio de atividades ilícitas (SEITENFUS, 1994). Neste caso, não é possível desconsiderar a

suposição de que oficiais das *Gendarmerie d’Haïti*, se não omissos, poderiam estar coniventes e tendo benefícios providos dessa atividade comercial.

Com oficiais militares corrompidos e membros dos VSN praticando tais atividades, não seria um incômodo a manutenção desse regime aos Estados Unidos? Provavelmente, interpretando a visão norte-americana, perante a eventualidade de precaver o mal maior que era a ameaça de expansão do comunismo para a América Central e Caribe tendo em vista o regime cubano, a manutenção do regime duvalierista, embora com elementos indesejáveis, ainda era benéfica aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Logo, mesmo com tal desconforto, sinais de Washington não eram de hostilidade a Porto Príncipe.

Uma vez suprimida a oposição, o desafio de François Duvalier era a transição do cargo. Como ápice das medidas centralizadoras, Duvalier dissolveu a Assembleia Nacional em 1961 e reelegeu-se, em moldes duvidosos, por mais seis anos. Em 1964, aboliu a Constituição e redigiu uma nova na qual constava que o presidente do Haiti teria mandato vitalício. Vislumbrando que o adoecimento poderia acarretar em problemas mais graves de saúde, Duvalier, antes de sua morte, compeliu o legislativo a aprovar a redução de 40 para 18 anos como critério para o exercício da presidência. Assim, pôde indicar seu filho como sucessor em 1971.

Por sua vez, Jean-Claude Duvalier foi legitimado como presidente do Haiti por um referendo popular, embora tal resultado fosse apenas uma constatação artificial e simbólica do desejo da população. Após o período regencial, Jean-Claude assumiu a presidência assim que atingiu a maioria. A aproximação do governo de Jean-Claude com o governo Jimmy Carter dos Estados Unidos influenciou na adoção de medidas para liberalizar o regime duvalierista. Ao final da década de 1970, Jean-Claude Duvalier restaurou parcialmente a liberdade de imprensa e permitiu que partidos políticos de oposição fossem formados. A proximidade com os Estados Unidos também contribuiu para a reabertura da Academia Militar em 1972 e, por incentivo do governo norte-americano, mais uma força de contrainsurgência foi criada, os *Leopards Corps* (HAGGERTY, 1991, p.358).

As medidas pela liberalização do regime duvalierista facilitaram que grupos insatisfeitos se organizassem e manifestassem descontentamento. Em 1984, eclodiu uma grande onda de violência popular. Contê-la foi tarefa praticamente impossível de ser cumprida pelas forças de amparo ao regime. Buscando preservar a imagem da corporação, as tropas militares se negaram a atirar contra o povo quando solicitadas. Diante da falta de habilidade de Jean-Claude para lidar com os conflitos internos, e

considerando que o presidente não era unanimidade na preferência entre os comandantes militares, setores do exército sugeriram que o presidente deixasse o país em 1986 (HAGGERTY, 1991, p.358).

Com rebeliões e revoltas populares, percebemos que a manutenção de Jean-Claude Duvalier era insustentável. Quando até mesmo a permanência do presidente não era consenso nas *Gendarmerie d'Haïti*, Jean-Claude Duvalier teve que deixar o país. A influência dos Estados Unidos na liberalização do regime pode suscitar dúvidas se de fato existia apoio dos Estados Unidos a Jean-Claude Duvalier. Primeiramente, acreditamos que existia falta de apoio ao presidente, pois não era interessante continuar dando suporte político ao regime que sobrevivia de atividades ilícitas, sabendo que, por mais que isso havia sido tolerado por razões estratégicas durante o período de François Duvalier, a manutenção desse fluxo de atividades poderia trazer, em longo prazo, problemas de natureza interna ao governo dos Estados Unidos. O destino final das mercadorias era o mercado norte-americano e, para que as encomendas chegassem a essa direção, pressupõe-se que autoridades de fronteira ou imigração dos Estados Unidos pouco cuidavam da retenção das drogas. Por fim, outro motivo que respaldaria a falta de interesse em dar apoio político a Jean-Claude Duvalier era, na hipótese de vislumbrar que o conflito ideológico bipolar já estava quase arrefecido, o Haiti talvez não mais necessitasse da manutenção de um regime ditatorial para reprimir grupos de orientação próxima ao comunismo. Logo, o caminho para a redemocratização seria bem-vindo.

A crise de 1986 e o envolvimento das Organizações Internacionais

O período de 1986 a 1989 foi marcado pela violência, descontrole político e sucessivos golpes militares promovidos por oficiais e mobilizados contra os próprios membros da corporação. Este último acontecimento sinaliza que não havia mais unidade dentro da corporação militar. Em 1987, foi redigida a nova constituição haitiana¹¹ e criada as Forças Armadas do Haiti (FADH)¹². Mas, mesmo com a nova carta magna e com uma série de outras medidas que sinalizavam para a reestruturação do sistema político, a grave crise de representatividade política haitiana era incontrolável. Em março de 1989, o então presidente, tenente-general Prosper Avril, foi chamado para reunir-se a portas-fechadas com o embaixador dos Estados Unidos. Após o encontro, Avril formalizou sua renúncia à presidência e deixou o país transportado por avião norte-americano, dois dias após o encontro na embaixada (MALONE, 1998, p.51).

Após o incidente, a presidente da corte de justiça haitiana assumiu a presidência do país em caráter interino e facilitou que houvesse a realização de novo pleito. As novas eleições ocorreram em 1990 e foram monitoradas pela missão de observadores eleitorais da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). O novo presidente, Jean-Bertrand Aristide, assumiu em fevereiro de 1991, mas logo foi deposto em setembro de 1992. O golpe planejado pelo comandante das FADH levantou suspeitas quanto à possível relação de interesses entre FADH e Estados Unidos, uma vez que o presidente Aristide não se manifestava de maneira generosa em discursos políticos sobre esses dois atores¹³.

Mesmo que ONU e OEA tenham investido diversos esforços diplomáticos para que Aristide retornasse à presidência e sob a condição de que a segurança do país fosse feita por tropas de operações de manutenção de paz da ONU em 1993 (S/RES/867), a clara constatação de que as autoridades militares haitianas pouco fizeram para remover os grupos civis armados que impediram o desembarque da equipe de peritos da operação de manutenção de paz da ONU, em 11 de outubro de 1993 (MALONE, 1998), facilitou para que o CSNU adotasse uma série de resoluções. Com a falta de cooperação das FADH, o CSNU decidiu pelo envio de uma força multinacional de controle e comando unificado pelos Estados Unidos para restaurar Aristide ao poder, sob autorização do uso da força (S/RES/940) para que o mandato fosse cumprido.

A falta de cooperação demonstrada entre os anos de 1993 e 1994 por parte do governo *de facto* haitiano rompeu com qualquer relação de confiança ou alinhamento que existisse entre FADH e Estados Unidos. Logo, quando a força multinacional desembarcou no país, sabendo que a maioria era composta por oficiais dos Estados Unidos e aliados (BENTLEY, 1996), a justificativa que consta nos relatórios da Secretaria Geral das Nações Unidas (SGNU) de que não existia mais forças militares para que a ONU cumprisse o mandato de profissionalização das FADH (S/1995/46) não é respaldada por evidências ou números plausíveis de constatação. Logo, apenas a apresentação da justificativa leva-nos a inferir que houve arbitrariedade política que não foi questionada por altos funcionários da ONU.

Atividades Internacionais: eleições e reforma da segurança pública, o contraste entre discurso e execução

Em 12 de outubro de 1995, senadores dos Estados Unidos que representavam a comunidade afro-americana, os *black caucus*, e a fundação Stanley patrocinaram um evento para discutir as variações na situação dos direitos humanos no Haiti. O

embaixador Colin Granderson, diretor executivo da Missão Civil das Nações Unidas no Haiti (MICIVIH), foi convidado para falar sobre o papel da missão e os resultados obtidos até aquele momento. A palestra foi comemorativa ao aniversário de um ano de retorno e exercício na presidência de Jean-Bertrand Aristide após o envio da força multinacional das Nações Unidas autorizada a usar de "todos os meios necessários" para cumprir a resolução 940 do CSNU. No documento "Progresso haitiano rumo à democracia"¹⁴, o embaixador declarou:

A fim de fazer um balanço do que o Haiti é hoje, vamos olhar para trás para o que ele foi pouco mais de um ano. O que mostra esta foto? Um país onde a situação dos direitos humanos tornou-se um verdadeiro pesadelo, caracterizada pela sistemática e generalizada violação de direitos humanos - a execução extrajudicial, desaparecimento forçado, o uso do estupro como instrumento de repressão política, tortura e outras formas de tratamento cruel, desumano ou degradante [...]. Em outubro de 1993, a Missão (MICIVIH) foi obrigada a se retirar do país por motivos de segurança. Alguns observadores retornaram ao Haiti no início de 1994, apenas para serem expulsos novamente em julho, depois que os oficiais militares decretaram que tal presença era "uma ameaça à segurança nacional". O que mais esses acontecimentos revelam? Que as principais instituições civis - já enfraquecidas por décadas de governo autoritário [...] e seus sucessores - foram enfraquecidas [...]. O resultado: um parlamento covarde, um sistema judicial corrupto e incompetente em que agentes do Estado podem violar os direitos humanos com impunidade, com uma disfuncional e pletórica administração pública concentrada em Porto Príncipe, [...] operando em uma cultura política permeada por oportunismo e espírito de que o vencedor leva tudo.

Na defesa de sua opinião, o embaixador Colin Granderson declarou que a volta do governo constitucional possibilitou confiança aos países doadores que queriam investir na melhora da infraestrutura do país. Além disso, assinalou que a presença internacional favoreceu o treinamento de uma força de segurança pública pela polícia internacional e que os avanços nessa área levariam, posteriormente, ao treinamento do que viria a se chamar Polícia Nacional Haitiana.

Sobre as instituições judiciais e demais reformas, o embaixador salientou no mesmo discurso:

Corruptos e incompetentes elementos do sistema judicial estão sendo eliminados e as reformas introduzidas. Estes incluem programas de treinamento para os funcionários judiciais e medidas para promover a administração eficaz da justiça. Para este fim, uma Escola de Magistrados foi inaugurada em julho, as condições de serviço do funcionário judicial melhoraram, o número de juizes aumentou e um serviço de inspeção judicial foi criado. Grandes reformas também foram realizadas para o sistema prisional. Pela primeira vez, uma

administração civil penal foi criada [...]. Um código de conduta foi aprovado para a nova polícia [...]. Em uma ruptura com o passado, as medidas disciplinares foram tomadas contra um pequeno número de novos policiais e oficiais para corrigir o comportamento pouco profissional ou antiético. O resultado da mudança estrutural, a reforma e o reforço das instituições têm sido uma melhoria notável da situação dos direitos humanos. Sistemático e generalizado abusos de direitos humanos chegaram a um fim. [...] Violações dos direitos humanos por agentes do Estado são agora a exceção e não a regra. As liberdades fundamentais de expressão, associação e reunião são amplamente apreciadas, inclusive por aqueles que são críticos do presidente, o governo ou suas políticas. A liberdade de imprensa melhorou significativamente, em especial para a imprensa privada e mídia eletrônica. A autocensura cessou. As estações de rádio destruídas durante o golpe de Estado - e, posteriormente, impedido de reabertura - estão de volta ao ar.

De todos os avanços que o embaixador apontou, é possível assinalar alguns problemas, ou até mesmo moderar o tom entusiasmado de quem cumpriu a função na qual a sensatez do cargo pedia para que as informações fossem transmitidas positivamente naquele momento, minimizando ocorrências desagradáveis. Com isso, não afirmamos que alguns avanços mencionados não sejam significativos ou dignos de referência. Entretanto, gostaríamos de abordar certos fatos que consideramos importantes e que colocam em dúvida o tom otimista do discurso. Em primeiro lugar, o embaixador não fez menção aos incidentes violentos durante as eleições legislativas e municipais conduzidas em meados de 1995. Logo, o discurso político de outubro de 1995 camuflou os incidentes. E, em segundo lugar, a força de segurança pública criada não correspondia satisfatoriamente ao que era esperado de sua competência.

Começando pelo primeiro ponto, a força multinacional das Nações Unidas viabilizou o retorno do órgão responsável pela organização de eleições no Haiti, conhecido como Conselho Eleitoral Provisório (CEP) em fevereiro. O CEP era o mesmo que esteve responsável pelas eleições presidenciais de 1990 e marcou o pleito para o dia 25 de junho de 1995. A execução das eleições seria um grande desafio para a operação de paz, Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA)¹⁵, pois "A existência de um ambiente seguro significa uma pré-condição fundamental para uma campanha eleitoral livre e justa, com razoável influência para o dia em que os votantes comparecerem às urnas" (S/1995/305, parágrafo 22) e também era um evento importante para o governo haitiano por conta da continuidade do rumo democrático que se pretendia oferecer ao país, após momentos tão convulsivos.

A ONU esperava obter êxito na condução técnica das eleições municipais e legislativas, bem como a confiança do povo haitiano de que a segurança das eleições

estava assegurada pela MINUHA. No dia da eleição, a MINUHA providenciou assistência logística e financeira para o Conselho Eleitoral Provisório, enquanto que uma missão de observadores da OEA e da MICIVIH monitoraram as eleições. As componentes militar e policial da MINUHA mantiveram a segurança durante o período eleitoral e durante o período de contagem dos votos (S/1995/614, parágrafo 12). Entretanto, o parecer da Secretaria Geral afirma que o período para que o Conselho Eleitoral Provisório organizasse as eleições tinha sido muito curto, sendo que o prazo máximo para o registro dos votantes foi adiado três vezes: de 17 para 30 de abril, depois para 31 de maio e finalmente para 3 de junho. Em algumas regiões, o registro chegou a ser adiado em até uma semana antes do dia da votação. Essa desorganização causou problemas para a MINUHA providenciar cópias das cédulas de votação em algumas regiões.

Quanto ao registro dos candidatos, o mesmo relatório aponta (Parágrafo 15):

Para o registro de candidatos, o complicado sistema de seleção e o grande número de solicitações provocaram diversas modificações na lista final de candidatos, até mesmo depois do dia marcado para a sua impressão, em 15 de maio. Isso resultou em diversos erros na apuração. O treinamento dos apuradores da votação foi limitado porque foram recrutados tardiamente; além disso, a decisão sobre a escolha do procedimento de contagem dos votos só foi tomada há uma semana antes das eleições. Atrasos no pagamento de funcionários do Conselho Eleitoral Provisório também foi uma dificuldade adicional.

Mesmo com todas essas irregularidades, a ONU afirmou, tanto no relatório parcial quanto no final da missão (MINUHA), que as eleições municipais e legislativas ocorreram em uma atmosfera segura e pacífica. Porém, essa informação é contrastante com as informações que o mesmo relatório apresenta sobre alguns incidentes, como o assassinato de um candidato a deputado em uma zona eleitoral no subúrbio de Porto Príncipe, a queima de materiais das eleições e de alguns escritórios eleitorais, além de demonstrações hostis contra funcionários que trabalharam nas eleições.

Portanto, ao mesmo tempo em que a ONU anunciou que houve ambiente pacífico para as eleições, também admitiu que alguns incidentes violentos ocorreram. Na nossa interpretação, não existiu um clima estável para a realização das eleições, pois esses acontecimentos violentos não configuram um pleito pacífico. Agravando esse quadro, o mesmo relatório informa que muitos haitianos foram impedidos de votar por causa da falta de organização do processo eleitoral. Muitas sessões eleitorais abriram após o horário marcado, sendo que outras sequer foram abertas. Ademais, alguns

candidatos foram omitidos em algumas cédulas eleitorais, o que resultou no cancelamento de votos (S/1995/614, parágrafo 17). Além de todas essas irregularidades, urnas e fichas de registro desapareceram ou foram destruídas. Não é de se espantar que houvesse alegações de fraudes e irregularidades no processo eleitoral. Contudo, a MINUHA estava interessada em cumprir rapidamente o mandato, relativizando as irregularidades que ocorreram para declarar brevemente quais seriam os novos políticos dos cargos municipais e legislativos. Logo, percebemos que o interesse era cumprir tarefas e sair rapidamente do país, deixando a formalidade dos resultados a serem cumpridos e ofuscando os contratemplos que não asseguravam um rumo pacífico e democrático ao país. Talvez a formalidade do cumprimento desse ponto do mandato da MINUHA fosse necessária para que a dimensão dos problemas no Haiti não atingisse escala maior de confrontos violentos e para que tudo fosse brevemente e superficialmente resolvido. Todavia, não concordamos que o curso dos acontecimentos foi razoável para evitar que futuramente o evento não resultasse em dificuldades para a promoção de estabilidade política ao país. Perpetuar ou ofuscar irregularidades era nocivo à maturação de valores democráticos. Todavia, ONU e OEA não cumpriram com a responsabilidade de prover um entorno favorável a resolução das controvérsias, sendo que futuramente isso criaria condições para que as mesmas retornassem.

No relatório da SGNU está registrada a manifestação da Secretaria Geral da OEA quando afirma que “apesar de todos os indicadores, os eleitores tiveram a oportunidade de exercer seu direito a voto livremente” (S/1995/614, parágrafo 18). A missão de observação das eleições da OEA enviou vários relatórios sobre o processo eleitoral. No relatório sobre o dia das eleições, apreciado pela Secretaria Geral da OEA em 13 de julho, constou que:

A Missão de Observação concluiu que as eleições tinham "estabelecido um formato que, embora imperfeito, fornece a base para futuros progressos positivos no sentido da evolução contínua de uma democracia cada vez mais pacífica no Haiti" (S/1995/614, parágrafo 18).

Os membros do Conselho Eleitoral Provisório entraram com renúncia de seus cargos logo após o dia do pleito, 25 de junho. A MINUHA promoveu o diálogo entre os representantes de cada partido para propor reconciliação que permitisse que o segundo turno seguisse sem hostilidades. Em 13 de agosto de 1995, eleições complementares legislativas e municipais ocorreram em 21 distritos eleitorais. Nas palavras do relatório parcial da SGNU, houve avanço significativo na organização da eleição, porém

registrou-se baixo número de votantes, principalmente em Porto Príncipe (S/1995/922, parágrafo 25).

Em 17 de setembro de 1995 ocorreu o segundo turno das eleições nas quais as estimativas registradas no relatório da ONU apontaram que somente 30% dos votantes compareceram às urnas. Sobre o baixo número de votantes o relatório concluiu:

Enquanto aqueles partidos que boicotaram as eleições reivindicavam o crédito de sua opinião pelo baixo número de votantes, **isso poderia ser na verdade** o resultado de vários fatores, tais como: **falta de educação cívica, fadiga, pouca propaganda e preocupações com assuntos econômicos** (Parágrafo 26, grifo nosso).

Diante de todas as irregularidades relativizadas pela ONU e pela OEA, as alegações apresentadas no relatório da Secretaria Geral da ONU não são suficientes para contestar o baixo número de votantes. Declarar que existia “falta de educação cívica, fadiga” entre outras alegações, é uma justificativa frágil e sobre a qual podemos inferir que houve a intenção de ofuscar ou acobertar os erros que ocorreram no pleito anterior. Tais irregularidades provavelmente influenciaram no baixo comparecimento do segundo turno. O processo eleitoral foi conduzido de forma confusa pelo Conselho Eleitoral Provisório. ONU e OEA desconsideraram as anomalias para não interromper votações e contagem de votos.

Sobre as eleições municipais e legislativas, Walter E. Kretchik¹⁶ (2007, p.17) numa publicação do Centro Hemisférico de Estudos de Defesa, interpretou:

O caminho das eleições haitianas de junho de 1995 foi cheio de armadilhas. As ruas do Haiti eram lugares de assassinatos e ataques durante todas as horas do dia, e observadores da ONU e OEA conversavam sobre prováveis irregularidades na votação. Todavia, para o governo haitiano e para a MINUHA, as eleições eram o passo necessário para legitimar o progresso da democracia internacionalmente e nacionalmente, bem como para aferir o sucesso das representações internacionais em tal empreendimento. Por sua parte, Aristide e seu governo tinham que provar que o próprio esforço e o internacional para democratizar o Haiti não eram em vão.

Compreendemos do trecho de Kretchik que a opção de manter o curso das eleições envolveu prudência política em torno dos atores envolvidos e das atividades até aquele momento concretizadas. Também existia o temor de que optar por não legitimar o resultado geraria mais violência, além de descumprir com a agenda eleitoral estabelecida nos termos da constituição haitiana. A reflexão que fazemos em torno dessa escolha é a de que a mesma atendeu aos interesses em curto prazo dos atores

políticos envolvidos, porém poderia comprometer a materialização de objetivos maiores, como promover valores democráticos e maturar o fortalecimento de instituições haitianas. Permitir a continuidade da existência de irregularidades, mesmo com as razões já apontadas para justificar o feito, é que era fator nocivo para a democracia e para o fortalecimento das instituições haitianas.

Quanto ao segundo ponto que destacamos das palavras do discurso do embaixador, o treinamento da força de segurança pública, o relatório da Secretaria Geral da ONU publicado em 17 de janeiro de 1995 (S/1995/46) enfatiza que após o desembarque da força multinacional, em 19 de setembro de 1994, grande parte dos integrantes das FADH não estava mais no país e que a ausência de forças de segurança haitianas levou a força multinacional a criar a Força Interina de Segurança Pública (FISP). Os poucos membros das FADH que permaneceram no país foram incorporados à FISP e, após isso, as FADH foram dissolvidas.

Sobre a profissionalização das forças militares, o relatório discorre que, em 06 de janeiro de 1995, Jean-Bertrand Aristide assinou um decreto autorizando a criação de um comitê de reestruturação das forças militares, na qual estava estimado que o número de integrantes do futuro exército haitiano fosse de 1500 militares divididos em 3 batalhões (S/1995/46, parágrafo 55). Futuramente, uma parcela de integrantes da FISP tornar-se-ia membros do exército haitiano.

Até o final de dezembro de 1994, cerca de 3 mil haitianos realizaram treinamento de seis dias para estarem aptos a serem policiais da FISP. O treinamento consistiu em um curso sobre direitos humanos e código de conduta para cumprimento da lei (Parágrafo 42). Esse preparo foi o resultado de um acordo bilateral entre Estados Unidos e Haiti no qual os policiais da FISP receberam o treinamento dado por agentes do Programa Internacional de Assistência e Treinamento Investigativo Criminal Internacional, conhecido pelas siglas em inglês ICITAP. Quanto a esse ponto, as informações dadas pelo discurso do embaixador e os relatórios da Secretaria Geral da ONU convergem em informações. Sobre o ICITAP:

O ICITAP chegou ao Haiti dois dias depois das tropas norte-americanas e implementou um plano de cinco anos para desenvolver uma nova força policial civil no Haiti; o sucesso do reconhecimento do trabalho da ICITAP foi a principal fonte em estabelecer a segurança e cumprimento da lei em democracias emergentes.¹⁷

A FISP funcionou em cooperação com mais 800 policiais internacionais da ONU e foi dividida entre cidades como Porto Príncipe e outras 120 localidades. Em

longo prazo, o objetivo era de que a FISP fosse substituída até janeiro de 1996 pela Polícia Nacional Haitiana e que mil homens dessa força integrassem futuramente o exército do Haiti.

Especialista em programas da ONU para a reforma da segurança pública, ou também conhecidos como DDR, Johanna Mendelson Forman (2006, p.18) explica que formalmente os membros das FADH era de 7 mil integrantes¹⁸. A FISP aproveitaria inicialmente 3.300 ex-integrantes, sendo que somente 1.500 seriam selecionados e admitidos. Todos os ex-integrantes seriam banidos. De fato, a assinatura do decreto do presidente Aristide, em 23 de dezembro de 1994, extinguiu as FADH do país. Assim, tanto os ex-integrantes quanto os poucos da FISP fariam parte do DDR. O objetivo deste programa era lentamente desarmar e desmobilizar os ex-funcionários da força militar e policial para que houvesse a substituição pelos novos policiais que seriam treinados pela política internacional. O DDR foi composto de três fases: a primeira fase, de outubro a dezembro de 1994, 187 soldados das FADH voluntariamente apresentaram-se ao DDR. Após o anúncio da abolição das FADH por Aristide, a segunda fase teve início formalizado em 25 de janeiro de 1995 e consistiu em processos nos quais antigos soldados relatavam onde estavam os colegas da corporação para que os mesmos fossem convidados a aderir ao programa. Nessa fase, até março de 1995 o DDR conseguiu que mais 3042 ex-integrantes das FADH fossem desmobilizados. No decorrer de dois anos, essa fase do programa conseguiu desmobilizar 5.482 ex-integrantes. A terceira fase começou em junho de 1995 e compreendeu na desintegração progressiva dos integrantes da FISP para que os novos policiais formados pela Academia de Polícia Haitiana assumissem. Assim, gradativamente os membros da PNH ganharam as ruas para o cumprimento de suas funções.

Um dos atrativos para que os ex-integrantes das FADH participassem do DDR era o pagamento de soldo e dinheiro mensal para que eles fizessem o curso por seis meses. Essa quantia foi providenciada pelo governo dos Estados Unidos via agências de desenvolvimento (FORMAN, *Ibid.*, p.19). Forman afirma que foi possível observar que a maioria dos ex-soldados havia feito serviço militar entre 5 e 10 anos no exército, sendo que um segundo grande grupo serviu entre 10 e 15 anos. A maior quantidade de soldados estava na faixa etária entre 30 e 34 anos de idade enquanto que o segundo grupo tinha entre 25 e 29 anos de idade. Todos mencionaram ter cursado ensino médio, embora a pesquisa não tenha deixado claro quantos dos 4203 soldados haviam concluído o curso¹⁹.

O secretário-geral da ONU observou no relatório de janeiro de 1995 que o treinamento da FISP não foi adequado, pois além de ter ocorrido em um período muito curto (6 dias), não houve unidade no preparo. Novecentos haitianos (homens e mulheres) foram treinados na base norte-americana em Guantânamo até o final de dezembro e mais 100 haitianos expatriados foram treinados por três meses no Canadá (Parágrafos 51 e 52). Além disso, organizações não-governamentais haitianas que monitoraram os direitos humanos criticaram a inserção de ex-membros das FADH na FISP. Certamente, o treinamento e a composição providenciados estavam muito aquém do satisfatório. Ademais, a calamidade em que o país se encontrava exigiria muitas outras operações específicas da ONU que pudessem auxiliar na busca de soluções dos inúmeros problemas do país.

A Academia de Polícia do Haiti foi inaugurada em 03 de fevereiro de 1995 (S/1995/305, parágrafo17) após acordo bilateral entre Haiti e Estados Unidos. Os poucos candidatos registrados (375) estavam aptos para iniciar o curso de quatro meses promovido pelo ICITAP, em 30 de janeiro de 1995, em parceria com instrutores de mais três países: Canadá, França e Noruega. A previsão era a de que em junho de 1995 já estivesse formada a primeira turma.

Em 12 de junho de 1995, a primeira turma da PNH foi formada. O primeiro grupo de 361 cadetes se juntou aos 48 policiais haitianos treinados no Canadá e assumiram o Departamento do Norte e capital. O segundo grupo de 357 cadetes assumiu o Departamento de Artibonite e capital em 10 de julho. À medida que se formavam policiais da PNH, em igual proporção era diminuído o número de integrantes da FISP. A meta era que o treinamento dos policiais fosse acelerado para que até fevereiro de 1996 houvesse 6 mil policiais (S/1995/305).

Nesse sentido, o relatório publicado em 06 de novembro de 1995 (S/1995/922, parágrafo18) apontou que uma turma de 1450 cadetes policiais estava em treinamento nos Estados Unidos para que o mandato da MINUHA se encerrasse em fevereiro de 1996 com o número de policiais previsto. Embora houvesse empenho para que a expectativa numérica fosse alcançada, a Secretaria Geral admitiu que houve “registros de incidentes de abuso de autoridade e uso desproporcional da força” (Parágrafo 19) por parte dos policiais formados. E é justamente sobre esse aspecto que refutamos, respeitosamente, a fala do embaixador Colin Granderson quando declarou no evento anteriormente citado que as reformas e melhorias contribuíram para que o sistemático e generalizado abusos de direitos humanos chegassem a um fim.

Porém, uma questão sensível ao bom funcionamento da nova força policial dizia respeito aos salários pagos. Forman (2006) afirma que os Estados Unidos se comprometeram com o treinamento e equipamento, mas nunca se ofereceu para realizar o pagamento que deveria vir do governo haitiano. Por sua parte, o governo haitiano alegava na época que não tinha o orçamento necessário para o número de soldados que os Estados Unidos pretendiam formar. Os dados e informações que Forman utiliza revelam o caráter emergencial e os problemas nos critérios escolhidos: os refugiados haitianos que se encontravam retidos na base de Guantânamo foram recrutados para servir a PNH. Porém, a autora não menciona se o caráter de alistamento era voluntário e nem mesmo quais foram os critérios de elegibilidade. Apenas, menciona que no Haiti foi feita uma campanha para o alistamento voluntário. O ideal era formar 3 mil policiais em um programa de 16 semanas de treinamento que seria oferecido pela coordenação entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, a *Gendarmerie* francesa e a Polícia Real canadense. Porém, atrasos no programa de alistamento e a vontade dos Estados Unidos de se retirarem do Haiti rapidamente fez com que 2 mil integrantes fossem rapidamente recrutados no Forte Leonard Wood do exército dos Estados Unidos em Missouri. Além disso, o programa de treinamento foi realizado em menos tempo e mostrou-se insuficiente (FORMAN, 2006, p.20).

Certamente, o objetivo do treinamento oferecido era preparar a PNH para manter a ordem pública. No entanto, o que o relatório de fevereiro de 1996 da Secretaria Geral buscou enfatizar era que o treinamento para a PNH foi insuficiente. Para isso, o secretário-geral recomendou que houvesse outra operação de manutenção de paz da ONU para se concentrar no preparo mais adequado da força policial haitiana. Nas palavras de Walter E. Kretchik (2007, p.28-9), a violência no Haiti estava associada a dois problemas: o crime e a motivação política. Sobre o primeiro ponto, ele enfatiza que a criação da PNH seria um fator importante para diminuir essa atividade e certifica que essa foi uma meta alcançada, mas que ainda poderia continuar avançando. Porém, a respeito da violência que permeia agudamente os momentos de troca de lideranças, Kretchik defende que erradicar a violência por motivação política exigiria uma mudança de valores culturais haitianos.

A respeito dessa consideração, acreditamos que o papel da ONU e OEA esteve mais inclinado ao auxílio no fortalecimento das instituições do país por meio de cursos, treinamento e acompanhamento constante de desempenho técnico dos funcionários em exercícios dos cargos e sem estar em conflito com as disposições constitucionais. Como a ordem pública era um grande problema, o treinamento e a profissionalização da força

policial que se desenvolveram na MINUHA e nas operações de manutenção de paz subsequentes até 2000 exerceram esse papel. Contudo, caberia a agências da ONU, como a UNESCO, e organizações congêneres fomentar cursos que educassem a população para uma cultura de paz. Assim, as organizações internacionais e outros organismos interessados estariam dando grande contribuição ao país. Em parte, podemos dizer que existiu o esforço nessa área quando sabemos de projetos recentemente implementados na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti²⁰.

Resultado das outras missões e Considerações Finais

O esforço da ONU para a estabilização do conflito do início dos anos 1990 foi pontual e contribuiu pouco para garantir bases sólidas para que o país obtivesse condições de prosseguir de forma autônoma para viabilizar as reformas necessárias para fortalecer as instituições políticas do país, assegurando que não houvesse a recorrência do contexto convulsivo de 1986 e 1991. Porém, enquanto organização burocrática, a ONU não estava em condições financeiras para responsabilizar-se pela mudança mais profunda que resultasse na remodelagem das instituições do país, especialmente por conta da crise de orçamento de 1995 (DOYLE, 1998, p.2) que limitou a ambição das ações da ONU para atividades cirúrgicas. Para tanto, o encargo para avançar, após as primeiras conquistas obtidas, ficaria na responsabilidade do novo governo haitiano. Logo, a realização da ONU e OEA limitou-se em assistir a “restauração democrática” e monitorar a transição de governo durante a MINUHA. Concomitante a essa prática, a ONU objetivou treinar a força policial que obedecesse ao governo haitiano para consolidar a normalização da ordem pública. Os demais desafios foram, portanto, delegados ao governo de René Garcia Préval que teria grandes dificuldades para reerguer o país sem auxílio econômico da comunidade internacional.

Sabemos, portanto, que a MINUHA cumpriu o mandato do Conselho de Segurança e que outras operações de manutenção de paz foram aprovadas para auxiliar no treinamento da Polícia Nacional Haitiana. A primeira, Missão de Apoio das Nações Unidas ao Haiti (julho/1996-julho/1997) foi aprovada para continuar o trabalho de treinamento da PNH e, principalmente, foi consentida tendo em vista o pedido do presidente eleito em dezembro de 1995, René Garcia Préval, para que tropas da ONU permanecessem para dar estabilidade aos primeiros meses de governo. Posteriormente, de agosto de 1997 a novembro de 1997, a Missão de Transição das Nações Unidas no

Haiti deu continuidade ao trabalho de profissionalização da PNH: fomentou unidades policiais de reação rápida, além de cuidar da segurança de autoridades do país. Por fim, a Missão Civil Policial das Nações Unidas no Haiti, que atuou de dezembro de 1997 a março de 2000, também auxiliou na profissionalização da PNH e na criação de unidades policiais especializadas. Ao longo das operações, percebemos que o trabalho da ONU primou por refinar o treinamento da PNH, atuando tecnicamente.

Concomitante ao treinamento e a profissionalização da PNH, há uma conjuntura política problemática. Segundo o estudo para a avaliação da MINUSTAH do Harvard Law Student Advocates for Human Rights e Centro de Justiça Global de março de 2005, a relação entre Jean-Bertrand Aristide e René Garcia Préval quanto à presidência no início dos anos 1990 pode assim ser resumida:

Apesar de Aristide ter cumprido a maioria do mandado *in absentia*, a Constituição Haitiana de 1987 prevê que o mandato do presidente não pode passar de um termo de cinco anos. Portanto, eleições nacionais foram realizadas em dezembro de 1995. Apenas 28% da população foi às urnas, mas 88% dos eleitores votaram em René Préval, o candidato Lavalas que havia sido nomeado primeiro-ministro por Aristide em 1991 (p. 8).

Naquela época existia uma coalizão pró-Aristide, a Organização de Povos em Luta (OPL) que possuía candidatos para cargos municipais. Porém, ao final de 1996, houve uma cisão e Aristide e seus simpatizantes formaram o *Fanmi Lavalas* (FL). Na realização das eleições para cargos legislativos em 1997, o resultado favorável ao FL foi contestado e os problemas que repercutiram a partir desse embate levou à paralisia do governo por um ano:

No início de 1999, diante da impossibilidade de organizar eleições locais, o Presidente Préval afastou os membros do congresso cujos mandatos haviam expirado e estabeleceu um novo governo, constituído, segundo o Departamento de Estado americano, quase inteiramente por FL. As eleições atrasadas ocorreram, finalmente, em maio de 2000, nas quais 60% dos eleitores participaram. Os candidatos do FL foram declarados vencedores de aproximadamente metade das vagas disputadas. Embora a OEA tenha certificado o primeiro turno das eleições, irregularidades foram descobertas depois. Quando o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) se negou a corrigir o método de cálculo das porcentagens que a OEA caracterizou como problemático, esta desistiu de observar o segundo turno das eleições. A oposição, que foi nomeada Convergência Democrática e aglutinava ex-opositores, ex-Lavalistas e ex-soldados, exigiu o cancelamento das eleições, mas o Parlamento se reuniu apesar das manifestações (p.8).

Por mais que os procedimentos não estivessem corretos quanto às disposições da Constituição Haitiana, ONU e OEA pouco puderam fazer quanto à forma como tais eleições foram conduzidas – não deveriam intervir em assunto interno. A opção tomada pelo presidente haitiano traria grandes problemas futuramente, pois a oposição certamente manifestaria seu descontentamento pelas vias legais ou incitaria a violência por atentados de grupos civis armados. O contexto interno estava bastante instável, mas a administração de tais variáveis deveria ser conduzida pela presidência. Coube à ONU finalizar o treinamento da PNH que seria a responsável por cuidar da ordem pública interna de acordo com as determinações do presidente. A Missão Civil Policial das Nações Unidas no Haiti encerrou o mandato em março de 2000 e foi gradualmente substituída por uma Missão Internacional Civil de Apoio ao Haiti (MICAHA) que era composta por conselheiros técnicos da ONU e da OEA para auxiliar o governo haitiano, provendo assistência material nas áreas de policiamento, justiça e direitos humanos.

O relatório da Missão da OEA ao Haiti de 24 de agosto de 2000 (CP/doc. 3349/00) destacou que os membros de tal missão manifestavam preocupação quanto ao “ambiente político após as eleições legislativas, municipais e locais realizadas em 21 de maio que poderiam polarizar ainda mais a sociedade haitiana e enfraquecer as perspectivas da democracia no Haiti”. Na verdade, o receio já era fruto de uma realidade observada, o que dificultaria a manutenção de apoio de alguns países e instituições multilaterais ao progresso do país. Por mais que houvesse esforço pela reconciliação promovido pela MICAHA para que existisse diálogo entre grupos da sociedade civil e partidos políticos, ainda assim caberia à vontade dos próprios haitianos apaziguar a situação.

O estudo do Harvard Law Student Advocates for Human Rights e Centro de Justiça Global enfatizou que, mesmo com os protestos da Convergência Democrática, o baixo número de votantes e o boicote da oposição, eleições presidenciais ocorreram em novembro de 2000 e Jean-Bertrand Aristide foi declarado eleito. Em fevereiro de 2001, Aristide tomou posse e, meses depois, o país foi tomado por grandes manifestações de violência entre grupos civis armados pró-governo e oposição. O Conselho Permanente da OEA na resolução 806 condenou a violência que assolou o Haiti. Em 2002, a oposição reivindicou publicamente que Aristide fosse afastado (HARVARD LAW STUDENTS ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS E CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, p.09).

A iniciativa diplomática tomada pela delegação OEA/CARICOM solicitou ao presidente haitiano que não fizesse uso da força para lidar com a oposição, ao passo que

esta se organizava para um embate que desestabilizasse Aristide. Diversos ex-integrantes do exército haitiano de 1994 se uniram para invadir cidades e recrutar partidários interessados na queda do presidente. Como a polícia haitiana ainda era de número reduzido²¹, e acreditando que não seria suficiente se valer somente da força policial, Aristide convocou os grupos civis armados pró-governo para combater os atentados. Certamente, essa atitude fez com que Aristide perdesse apoio de países ocidentais e das organizações multilaterais que tanto condenavam o uso da violência para a solução do impasse.

Nesse contexto, o Conselho Permanente da OEA aprovou a resolução 862 (1401/04) em fevereiro de 2004, pedindo que o Conselho de Segurança tomasse medidas urgentes para impedir que a situação no país se deteriorasse ainda mais. “Em 20 de fevereiro de 2004, Aristide saiu do país a bordo de um avião dos Estados Unidos, com destino à República Centro-Africana” (HARVARD LAW STUDENTS ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS E CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, p.09). O presidente da Corte Suprema Haitiana assumiu a presidência interina e nomeou o primeiro ministro do país que, diante da situação interna, solicitou assistência internacional.

O Conselho de Segurança aprovou o envio da Força Interina Multinacional (FIM) para permanecer por três meses para auxiliar o presidente haitiano no processo de transição política constitucional; facilitar o acesso à assistência internacional humanitária; auxiliar a PNH e a guarda costeira haitiana a manter a ordem pública, além de atuar em parceria com a OEA para prevenir que o país sucumbisse a total deterioração do contexto interno (S/RES/1529).

Logo em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1542 que autorizou o envio de uma operação de manutenção de paz (MINUSTAH) autorizada a fazer uso da força (Capítulo VII) para prover segurança e estabilidade ao Haiti; auxiliar no processo político; e verificar o respeito aos direitos humanos.

Quanto ao primeiro ponto do mandato, a MINUSTAH deveria dar suporte ao governo de transição haitiano na manutenção da ordem pública; auxiliar o referido governo quanto a reestruturação e reforma da PNH, além de implementar o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) dos grupos civis armados do país, inclusive reintegrando mulheres e crianças que auxiliavam nas atividades de tais grupos. Nessa vertente, o trabalho da ONU estaria voltado para a manutenção da segurança e ordem pública. Assim, é difícil dizer que o treinamento oferecido desde 1994 foi satisfatório ou que o engajamento desses policiais conseguiria atender ao cumprimento

do respeito aos direitos humanos. Atribuímos a responsabilidade maior aos incidentes no país aos atores internacionais, pois as intervenções deveriam estar planejadas de maneira a operar no país e auxiliar para corrigir problemas. Porém, não é isso que fica visível no caso haitiano. Uma vez que os atores internacionais apontaram falhas na gestão dos governos haitianos, esperasse que o exemplo de como realizar atividades corretamente viesse das organizações internacionais. Porém, ao passo que as irregularidades eram ofuscadas, como esperar que os atores locais mudassem de conduta? Ademais, o problema maior não foi resolvido: treinar a PNH era um passo importante, mas, para que a mesma desempenhasse bem suas funções, era necessário prover condições de trabalho adequadas. Mais uma vez, sem o investimento externo, seria possível o Estado prover bens públicos? Portanto, não isentamos os governos locais da responsabilidade de recuperar o país. Porém, materialmente os recursos que poderiam proporcionar tais benefícios está majoritariamente fora do país. Logo, seria de fato suficiente apenas o envio das operações de manutenção de paz das Nações Unidas com aquelas finalidades de mandato? Dessa maneira, acreditamos que, sobretudo, os problemas do passado recente tem simbólica parcela de contribuição dos atores internacionais. Logo, não cabe aos mesmos imputar a total culpa pela presente conjuntura **apenas** às autoridades locais haitianas.

Referências Bibliográficas

- ARISTIDE, Jean-Bertrand. *Todo Homem é um Homem*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BENTLEY, David. Operation Uphold Democracy: Military Support for Democracy in Haiti. Junho de 1996. Disponível em: <http://www.ndu.edu/inss/strforum/SF_78/forum78.html>. Acesso em: 15 set. 2011.
- CASIMIR, Jean. Haïti et ses élites: L'interminable dialogue de sourds. *Worlds & Knowledges Otherwise*, outono 2008.
- DOYLE, Michael W. Discovering the Limits and Potential of Peacekeeping. In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). *Peacemaking and peacekeeping for the new century*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- FARMER, Paul. *The Uses of Haiti*. Monroe: Common Courage Press, 2006.
- FORMAN, Johanna Mendelson-Forman. Security Sector Reform in Haiti. *International Peacekeeping*, v.13, n.1, mar. 2006.
- HAGGERTY, Richard A (ed). *Dominican Republic and Haiti: country studies*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1991.
- JAMES, C.L.R. *The Black Jacobins*. Londres: Allison and Busby, 1980.
- KRETCHIK, Walter E. Haiti's Quest for Democracy: Historical Overview. In: *Capacity Building for Peacekeeping: the case of Haiti*, FISHEL; SÁENZ (ed). National Defense University: Center for Hemispheric Defense Studies, 2007.
- SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: A Soberania dos Ditadores*. Porto Alegre: Solivros, 1994.

_____. A manutenção da paz e as lições do Haiti: colapso ou reedificação do Estado?.

Disponível em:

<http://www.obreal.org/obreal/articulos.php?idpublicacion_mediateca=58>. Acesso em: 14 jul. 2011. Publicado em 2006.

WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492-1969*. London: Andre Deutsch, 1970.

Documentos

A/RES/43/4

A/RES/45/2

A/RES/45/231

A/RES/47/20 B

S/RES/841

S/RES/867

S/RES/940

S/RES/1143

S/RES/1529

S/RES/1542.

S/1995/46

S/1995/305

S/1995/614

S/1995/922

S/2006/592

S/2009/439

AG/RES. 1117 XXI-0/91

CP/doc. 3349/00

CP/RES. 862 (1401/04)

Harvard Law Student Advocates for Human Rights e Centro de Justiça Global.

"Keeping peace in Haiti?". Mar. 2005.

CONSTITUIÇÃO DO HAITI de 1987. Disponível em:

<<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Haiti/haiti1987.html>>. Acesso em 15 jan. 2011.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Índice de Percepção de Corrupção 2010*.

Berlim: Secretaria Internacional, 2010.

Notas

¹ Ressaltamos que a posição do país no ranking foi o resultado da mensuração de variáveis quantificadas antes do terremoto em janeiro de 2010. Possivelmente, após o desastre natural, a situação do desenvolvimento humano agravou-se e os dados (e posição) serão revelados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011. Logo, a posição no ranking em 2010 não é o resultado imediato pós-terremoto, mas certamente está muito longe de sinalizar que o país caminha para um futuro próspero. Como exemplo de situação anteriormente pior, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 considera o Haiti na posição (153^a), isto é, antes do envio das tropas das Nações Unidas. Os resultados mais recentes nos conduzem à interpretação de que ocorreram melhorias, mas, ainda assim, há imensos avanços a impetrar.

² A elaboração do ranking leva em consideração os dados quantificados sobre as seguintes variáveis: expectativa de vida ao nascer, média de anos de estudos e expectativa de escolaridade em anos e o produto nacional bruto (*per capita*).

³ Os dados estão no Índice 2010 de Percepção de Corrupção elaborado pela Transparência Internacional. O uso do número da posição no ranking é nesse estudo ferramenta ilustrativa, pois não é nossa ambição questionar a metodologia que norteia a elaboração do Índice. Atribuímos importância ao mesmo, pois sabemos que essa elaboração é consultada por muitos países investidores antes de abrir negócios e por instituições financeiras internacionais antes de conceder empréstimos.

⁴ A Constituição de 1987 é a referência para essa afirmação e cujo documento tem validade até hoje.

⁵ Representadas pelas siglas em inglês são elas: UNMIH (1993-1996), UNSMIH (1996-1997), UNTMIH (ago-dez/1997), MIPONUH (1997-2000), MINUSTAH (desde 2004). Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/>>. Acesso em 22 fev. 2010.

⁶ Realizamos a seguinte adaptação: nas palavras de Eric Williams, assim como diversos outros pesquisadores sobre a história colonial do Haiti, os mulatos eram ex-escravos libertos e descendentes miscigenados, enquanto os negros eram escravos que prezavam pela manutenção das tradições culturais africanas. Tais denominações são bastante recorrentes na literatura sobre a história colonial do Haiti, mas ostensivamente repelidas pelo haitiano Jean Casimir (2008) que percebe na dicotomia mulato/negros um elemento de discriminação racial que contribui para distorções sobre o entendimento da sociedade haitiana e das disputas políticas. Logo, Jean Casimir prefere utilizar os termos: libertos de primeira geração (ainda no Haiti colônia) e libertos de segunda geração (escravos que ganham liberdade após a independência política do Haiti). No nosso texto, concordamos com a visão de Jean Casimir. Porém, adotamos mulatos e negros quando os autores aos quais fazemos referência adotam esses termos. Fica isenta e justificada, portanto, qualquer alegação de interpretação racista por esse estudo, pois não é nossa perspectiva.

⁷ Os escravos sequer possuíam direitos políticos e participação na Assembleia Colonial.

⁸ Desde a independência, os Estados Unidos diminuíram o volume de compras procedentes do Haiti. Na percepção das lideranças norte-americanas era inviável, para um país que mantinha a escravatura, estabelecer relações com um país que havia se emancipado por meio da revolta de escravos. O reconhecimento político do Haiti e a normalização das atividades comerciais ocorreram após a abolição da escravatura dos Estados Unidos em 1865.

⁹ A maioria dos plebiscitos e referendos da história do Haiti apresentou resultados oficiais bastante duvidosos quando considerados os anseios da população.

¹⁰ O Haiti é uma república parlamentarista.

¹¹ Constituição do Haiti de 1987. Disponível em:

<<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Haiti/haiti1987.html>>. Acesso em 29 jan. 2010.

¹² A maioria das FADH (6.200 homens) era do exército, mas não se pode deixar de mencionar a existência de um pequeno número de oficiais da força aérea e da força naval, ainda que suas funções fossem mais restritas pela precariedade da conservação dos equipamentos militares (HAGGERTY, p.391).

¹³ Um dos discursos foi proferido na ONU "Os dez mandamentos democráticos" (ARISTIDE, 1995, anexo).

¹⁴ A tradução está adaptada para facilitar a compreensão. O documento "Progresso haitiano rumo à democracia" está disponível em:

<<http://www.un.org/rights/micivih/rapports/progress.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2010.

¹⁵ A tradução está adaptada. As siglas em inglês para a *United Nations Mission in Haiti* é UNMIH.

¹⁶ Walter E. Kretchik é professor de História na Universidade de Illinois e serviu ao exército dos Estados Unidos na primeira missão das Nações Unidas no Haiti.

¹⁷ Tradução nossa das informações disponíveis em:

<<http://www.usdoj.gov/criminal/icitap/expertise/historical-miles.html>>. Acesso em: 07 mar. 2010.

¹⁸ Na publicação, a autora não cita os documentos de onde ela conseguiu esses dados, apenas faz referência ao fato alegando que as informações vieram da missão militar dos Estados Unidos. Tal missão militar é a força multinacional a que nos referimos anteriormente nesse estudo cujo comando e controle era dos Estados Unidos sob bandeira da ONU.

¹⁹ Novamente, não há indicação da fonte que a autora utilizou.

²⁰ Para o conhecimento de algumas atividades: <<http://www.vivario.org.br>>. Acesso em 09 mar. 2011.

²¹ Forman sinaliza que a necessidade era de que a MINUHA treinasse 15 mil policiais. Porém, o governo haitiano não tinha condições econômicas de financiar o pagamento de todos os 15 mil policiais. Logo, a MINUHA deixou 5 mil policiais treinados (FORMAN, 2006, p.21). Assim, acreditamos que, mesmo com as outras missões, o número não aumentou consideravelmente.

Artigo recebido em 27/09/2011. Aprovado em 20/01/2011.

Os Simpsons e o Brasil: dimensões de poder e sociabilidades simpsonizadas

The Simpsons and Brazil: dimensions of power and simpsonized sociabilities

Alessandro de ALMEIDA*

Há vinte e dois anos a série animada *Os Simpsons* povoa as programações televisivas de diversos países no mundo. No Brasil, o desenho teve sua estreia em 1991 e seu sucesso foi coevo aos avanços das técnicas comunicativas das últimas duas décadas e ao enriquecimento de um dos maiores empresários do entretenimento midiático Ruper Murdoch¹. Um de seus canais comunicativos de maior impacto é a FOX, rede de telecomunicação, que detém os direitos do desenho que se projetou conjuntamente com o sucesso da série animada, no Brasil e em diversos países do mundo. Pensado a partir de tal realidade, o desenho destacou-se ainda por ser alvo de análise de diversos pesquisadores das mais variadas ciências como a filosofia, a sociologia, literatura, semiótica e atualmente pela história, sob o prisma novas linguagens e abordagens passíveis ao historiador.

A pesquisa que encampamos, funda-se a partir de problemas suscitados após assistirmos o episódio “O feitiço de Lisa”, apresentado em televisão fechada no Brasil em 2002. Neste a família, Simpson viaja para o Brasil após algumas doações feitas por telefone pela jovem personagem Lisa Simpson a um menino carente brasileiro. A boa ação é feita para um orfanato no qual se hospedava “Ronaldinho”, órfão, alegoria de um menor abandonado, apresentado ironicamente como um menino que utilizará do carnaval e dos programas infantis para se projetar financeiramente. O apelido “Ronaldinho” é associado aos principais jogadores de futebol do Brasil dos últimos vinte anos, respectivamente, Ronaldo “Gaúcho” e Ronaldo Nazário de Lima, ou “fenômeno”. Inicialmente, o principal personagem brasileiro simpsonizado², deixa uma dependência econômica vinculada a Lisa Simpson, e com os sapatos doados pela jovem Simpson ele trabalha em um programa infantil e dança no carnaval, conseguindo ganhar muito dinheiro. Além da saga do pequeno Ronaldo, o episódio apresenta o Brasil como uma cidade repleta de ladrões, prostitutas, assaltantes e sequestradores. Homer Simpson, por exemplo, é sequestrado por bandidos brasileiros e as buscas no curso do episódio se dividem, em resgatar Homer e encontrar Ronaldinho no Brasil.

* Doutor em História - Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, CEP: 38408-100, Uberlândia, Minas Gerais - Brasil. E-mail: alessandroedales@yahoo.com.br

Atônitos com as imagens de Brasil projetadas no desenho, optamos por investigá-lo. Em uma breve análise já percebemos que o ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a Riotur (empresa de turismo do Rio de Janeiro) e a Rede Globo de Televisão haviam vetado a apresentação do episódio “O feitiço de Lisa” (2002) nos canais de televisão aberta brasileiros. Percebemos a partir de então que, o incomodo poderia nortear uma tese de doutoramento concluída em 2011, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG).

Um dos impasses da investigação se deu pelo ponto de vista metodológico. Para desfazermos este “nó” científico, escolhemos por analisar apenas os episódios do desenho que faziam menção a personagens brasileiros³ e alguns que apresentam viagens da família Simpson para outros países. No percurso da pesquisa, ampliamos o leque de fontes para sabermos como se dava a recepção do desenho, nesse sentido, a solução foi analisarmos documentação digital, em específico, comunidades do Orkut, diálogos e construções de desenhos a partir de avatares simpsonizados reproduzidos na internet. Percebemos que os brasileiros passavam a utilizar a sátira, o humor e a ironia, típicas do desenho *Os Simpsons* para se posicionarem politicamente, por meio de construções digitais projetadas nas redes sociais. Assim, percebemos o uso de um tipo de linguagem da qual denominamos de simpsonizada, realizada e compreendida facilmente por telespectadores do desenho, ou público comum. Como, exemplo desse recurso discursivo, encontramos um desenho construído por Brasileiros anônimos na internet, denominado “Os Sinicons”. Neste episódio de internet os brasileiros ridicularizam o escândalo de corrupção ocorrido em 2005, apelidado de mensalão. O ex-presidente Lula, era chamado de “Rouber” e a pessoa que o acusava de estar com o dinheiro do mensalão era o personagem “Serra Burns”, alusão ao Sr. Burns empresário inescrupuloso, ganancioso e símbolo do capitalismo na série animada americana. Apreensivo com o emaranhado de fontes que dispúnhamos característica marcante de pesquisas com temáticas contemporâneas, optamos por discutirmos a simpsonização no primeiro capítulo da tese, intitulado “Dos traços em papel à internet: comunidade discursiva e características da linguagem simpsonizada”. Assim, intentamos destacar as principais características e recursos utilizados pelos produtores do desenho, para percebemos como os internautas poderiam se apropriar de tais recursos para estabelecerem uma comunidade discursiva e utilizar as características do desenho para seus intentos particulares. O termo simpsonização é inspirado em um site em que o internauta pode se transformar sua imagem em um avatar do desenho. No capítulo dois, “Os Simpsons no exterior: itinerários marcados por provocações, audiência e lucro”,

enfaticamente as viagens e as imagens que os produtores do desenho construíram sobre vários países do mundo, demonstrando como que tal recurso provocativo é uma das estratégias de vendagem da série animada. A partir de tal percepção, aprofundamos a análise sobre a relação de *Os Simpsons* com as imagens projetadas do Brasil, destacando o episódio “O feitiço de Lisa” e as repercussões da vinda da família Simpson ao Brasil.

Em “Recepção com (re)significação: diálogos ‘simpsonizados’ sobre a realidade política e social brasileira”, demos uma atenção especial, no capítulo final, à relação entre mídia televisiva e política no Brasil, apresentando as interferências produzidas a partir de críticas “simpsonizadas” propagadas principalmente via Internet. A hipótese é compreender os meios de comunicação alternativos do fim do século XX e início do XXI como um recurso, contribuindo para a reflexão e o debate políticos em um ambiente que, progressivamente, torna-se palco da democracia e das lutas por transformações na sociedade brasileira. Destarte, a particularidade da crítica simpsoniana é utilizada como instrumento de linguagem crítica dos tempos de Internet, que insere um público de faixas etárias diversas em um ambiente comunicativo específico, marcado pela política incorreta que caracteriza e permeia a série.

Para o constructo da tese, deparamo-nos também com uma dificuldade teórica, visto que, os estudos sobre desenhos animados na historiografia estavam extremamente carentes. O primeiro passo foi nos atermos aos estudos acerca dos avanços das mídias comunicativas no século XX e XXI, além de estudos acerca de quadrinhos. Sobre tais problemáticas alguns historiadores já haviam se debruçado. Entretanto, o diálogo com pensadores das ciências sociais, geografia, linguística, literatura, comunicação social foram de fundamental importância para a construção do trabalho.

Em relação à historiografia, uma obra importante foi a *Era dos Extremos* (1991) de Eric Hobsbawm, principalmente quando trata da revolução cultural e dos avanços técnicos pós Segunda Guerra (1939-1945). Um ponto extremamente útil para nós foi a percepção de que os padrões de família se alteram concomitantemente com os avanços técnico-comunicativos e um dos momentos centrais de tais transformações se dá nos anos de 1960. A compreensão desse momento histórico foi extremamente significativa, pois os avós da família Simpson são personagens desse período.

Peter Burke e Asa Briggs, em “A História social da mídia” (2004) esclarecem que desde a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a mídia americana investe progressivamente em produções audiovisuais de entretenimento que, cada vez mais, associam-se à informação, educação e política. Enfatiza ainda que empresários como Huper Murdoch, dono da FOX TV e dos direitos de *Os Simpsons*, percebendo tal

relação das mídias com o poder, constroem desde os anos 1960, monopólios midiáticos. Conforme já afirmado, esta realidade faz do desenho em estudo um instrumento político e econômico de poder, pois ele marcou o sucesso da *Twentieth Century Fox* nos últimos vinte anos.

Marshall McLuhan discorrendo sobre “O homem e seus meios de comunicação”, publicado em 1979, já alertava que a guerrilha semiológica enfocada por Umberto Eco povoava o cotidiano dos homens na guerra-fria. A esse respeito, McLuhan destacava a existência do “Quarto Mundo”, caracterizado pelo mundo eletrônico que rondava os demais mundos capitalistas, socialistas e o dos países subdesenvolvidos. A esse respeito explicou:

O Quarto Mundo é o mundo eletrônico que ronda o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Mundo. O Primeiro Mundo é o mundo industrial do século XIX. O Segundo Mundo é o socialismo russo. O Terceiro Mundo são os países restantes, onde as instituições industriais ainda não se firmaram. E o Quarto Mundo é aquele que cerca a todos eles. É o nosso mundo. É o mundo eletrônico, o mundo do computador, o mundo da comunicação instantânea. Ele pode chegar a África antes do Primeiro ou do Segundo Mundo (MCLUHAN, 2005).

A partir dessa premissa, o autor foi considerado por alguns estudiosos como “o profeta da globalização e da cultura da convergência”. Apesar do exagero do termo profeta, é conveniente ressaltar a importância da obra de Marshall McLuhan para refletirmos sobre as mídias e sua capacidade de ampliação da informação. Isso, porque o autor elucida uma noção cara a nossos estudos, a simultaneidade, que desafia as noções de tempo e espaço no século XX e XXI e que, por vezes, não constitui uma das principais atenções dos historiadores. Enfatiza ainda que, “a tecnologia do homem é o que o torna mais humano.” Assim, instrumentos de *hardware* e acessórios de todos os tipos – óculos, microfones, papel, sapatos – são formas de divulgação de imagens simpsonizadas, propagadas, inicialmente, a partir da tecnologia da televisão. Com uma capacidade de propagação impressionante, a simbologia simpsoniana compõe a realidade de inúmeras pessoas no mundo fazendo parte de várias relações absolutamente humanas. Dizer que alguém é parecido com o Homer Simpson, enviar uma mensagem com a imagem de Bart Simpson, ou mesmo presentear alguém com um acessório de *Os Simpsons* pode ter diversos significados.

Para a compreensão das mensagens produzidas a partir das características de *Os Simpsons*, o diálogo com a linguística e semiótica foi necessário, sobretudo por intermédio da leitura das obras “Apocalípticos e integrados” (1970) e “Viagem na irrealdade cotidiana” (1984) de Umberto Eco. No primeiro livro, supracitado, a análise

de Eco sobre o Superman e a construção de sua imagem para recuperar a autoestima americana, após crise de 1929, prolongando-se para a Guerra-fria (1945-1991) foi importante, para refletirmos sobre o papel dos quadrinhos e desenhos na política de um país, tanto para empresários quanto para políticos estadistas. Em “Viagem na irrealidade cotidiana”, Umberto Eco afirma que, na segunda metade do século XX, nos tempos da Era da Comunicação, um país pertence aos controladores dos meios de comunicação, pois os mesmos se tornaram uma indústria pesada, sendo um dos principais instrumentos para a arrecadação de capital dos grandes investidores. Afirmado estar vivenciando uma guerrilha semiológica, Eco (1984, p.173) pondera que, na “Era da Comunicação, essa guerrilha não é vencida lá, de onde a comunicação parte, mas aonde ela chega”. Por essa razão, a recepção crítica, poderia, por meio de sistemas complementares de comunicação, como é atualmente a Internet, diante da divindade anônima da comunicação tecnológica, dizer: “seja feita não a vossa, mas a nossa vontade” (ECO, 1984, p.175).

Sob a perspectiva da recepção, Pierre Levy (1998) enfatiza, também, a existência de um mundo possível que, principalmente a partir dos anos de 1990 com o advento da Internet, é marcado por um público efetivamente democrático. Este mundo da cibercultura, tem como principal riqueza a informação e o conhecimento que funcionariam como sua “moeda corrente”. Esse mundo dispensa as mediações tradicionais e se constrói na multiplicidade de vozes que pulsam na rede social. A acessibilidade do público abriria linhas de fuga do atual espaço público midiático, contribuindo para que a inteligência coletiva se valorize na potência humana de pensar, existir e agir. O coletivo se constituiria por uma conectividade mutante, des-hierarquizada e transversalizada, aberta e produtora de suas singularidades. Assim, a Internet, antes de ser mais uma mídia, teria como marca sua potência de agenciamento de inteligência e de um imaginário coletivo que se auto-engendraria de forma diversa (RODRIGUES, 2002). É esta característica que marca a Internet como um meio de comunicação massivo diferente dos demais – televisão, rádio, cinema e outros – característica que, aqui, aplica-se aos Simpsons, na medida em que o desenho também é gerador de potência. Obviamente, essa potência seria gerada a partir da capacidade e individualidade do receptor ativo, porém, o desenho por meio de suas ironias, sátiras e sugestões intertextuais (e interdiscursivas), provoca reflexões sobre política, sexualidade, família e problemáticas diversas que repercutem no ciberespaço construído, principalmente pelo manancial instrumental conferido à Internet.

A globalização passou a ser conceituada, percebida e compreendida como um fenômeno da modernidade, ganhando impulso nos últimos anos da década de 1980 e início dos anos de 1990. Rodrigo Duarte destaca que a ascensão da globalização e das indústrias culturais globais está vinculada à degeneração da classe operária organizada e à queda da antiga União Soviética. Com tal desmobilização, o processo de formação de conglomerados e oligopólios das comunicações se fortalece, e os capitalistas passam a dar atenção às empresas de telecomunicação e microinformática. Propondo uma retomada crítica da indústria cultural dos anos de 1940, da dita escola frankfurtiana, Duarte esclarece que, conforme Ulrich Beck, a indústria cultural global apresenta:

Aquilo com que as pessoas sonham, como elas querem ser, suas utopias cotidianas de felicidade não se atém, há muito, ao espaço geopolítico e às suas identidades culturais [...]. Nesse sentido, o desmoronamento do bloco oriental foi possivelmente um resultado da globalização cultural. A ‘cortina de ferro’ e o serviço militar de tutela dissolveram-se até o nada na era da televisão (BECK apud DUARTE, 2003, p.155).

Mesmo sabendo que muitos outros fatores para além da questão cultural contribuíram, igualmente, para a queda do chamado socialismo real, é necessário reconhecer que em tempos de crises políticas, desgastes das utopias, avanço da sociedade de consumo, predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo e avanço dos meios de comunicação e da informática, investidores passam a se dedicar à formação de oligopólios da comunicação com ampla abrangência territorial, principalmente, vinculados às empresas de entretenimento. Com a tecnologia digital e o barateamento do computador pessoal, os empresários atêm-se, cada vez mais, ao domínio das novas aparelhagens que tendem a associar telefonia, Internet e televisão, alvos centrais da dedicação desses proprietários das indústrias culturais globais.

Acerca da globalização, premissa de Milton Santos (2008) de uma “outra globalização” foi importante, sobretudo por duas questões. A primeira, diz respeito ao pressuposto de que pessoas de países pobres, munidas dos recursos tecnológicos produzidos pelos homens, podem estar instrumentalizadas para lutar contras as mazelas, acrescentamos imagens, produzidas em seus respectivos países. A visão terceiro-mundista do geógrafo foi fundamental para pensarmos no uso das imagens simpsonizadas como não apenas uma linguagem fruto de premissas imperialistas, mas também, com instrumental para criticarmos nossas realidades sociais e políticas, e por que não, o próprio desenho *Os Simpsons*. Outro ponto, relevante, concerne à compreensão de globalização e atenção que o pensador brasileiro dá aos conglomerados

econômicos que, progressivamente, procuram controlar os meios de comunicação de massa para legitimar o fundamentalismo de mercado, divulgado e cultuado pelos donos do capital.

Em última instância, a premissa modernista da “Antropofagia” dos anos 1920 acabou marcando a tese. No final do episódio “O feitiço de Lisa”, Bart Simpson, após resgate de seu pai Homer, é engolido por uma “Cobra Grande”⁴, conforme imagem abaixo:

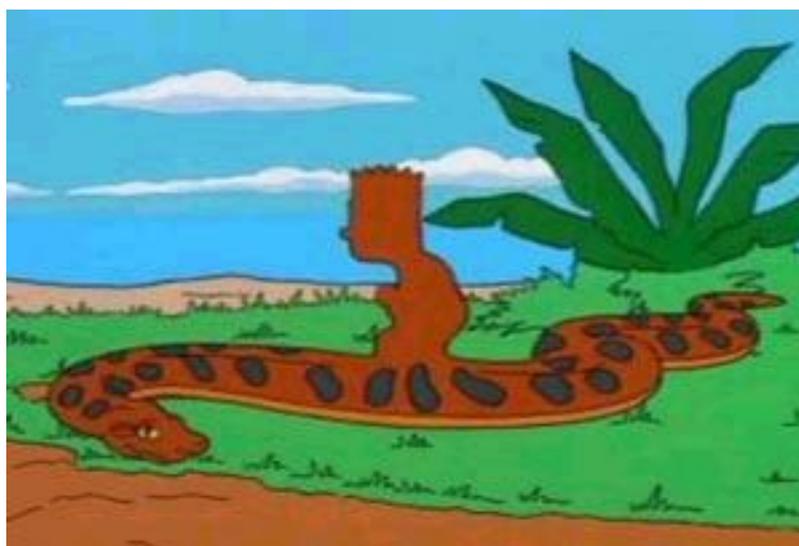


Figura 1: Bart Simpson engolido pela “Cobra Grande” no Rio de Janeiro

Fonte: Episódio “O feitiço de Lisa” (2002).

Após ser devorado pela serpente, Bart Simpson dança o carnaval, ao melhor estilo, Carmen Miranda. Partindo dessa incômoda imagem de Brasil e dos brasileiros apresentados no desenho, descobrimos que as imagens produzidas por Walt Disney no desenho “Alô amigos”, divulgado no Brasil em 1942, tem algumas semelhanças com “O Feitiço de Lisa”, apresentado em 2002. Ou seja, 60 (sessenta anos) após Walt Disney ser contrato pela CIA (*Central Intelligence Agency*) para legitimar a Política de Boa Vizinhança (1942) e construir a imagem passiva do Brasil, ao som de “Tico-tico no fubá” e “Aquarela do Brasil”, *Os Simpsons* produzem um episódio que suscitou estudos e reações de brasileiros que, ao estilo antropofágico, apropriaram-se das características do desenho para construírem críticas que compõem parte dos discursos políticos, propagandísticos e identitários que se encontram registrados e presentes na internet. A malandragem agora pode ser associada à simpsonização para provocar, combater e, mais do que isso, fazer pensar. Do “Zé Carioca” a “Homer Simpson”, “dançar o carnaval”, via simpsonização e posicionamentos dos internautas, parece ganhar o sentido antropófago pensado por Oswald Andrade no início do século XX. Quase um

século depois, a condição do Brasil atual e as potencialidades que a internet dá a grande parte da população brasileira, permitem construções críticas em que podemos “digerir” as características do desenho americano e “vomitar” posturas, interesses, ações e reações convenientes a nós brasileiros.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: Lima, Luis Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- ALMEIDA, Alessandro de. *Dimensões políticas e sociais de um entretenimento audiovisual lucrativo: Os Simpsons e as produções imagéticas sobre o Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia-MG, 2011.
- ANDRADE, Oswald de. O Manifesto Antropófago. In: _____. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1995.
- BOPP, Raul. *Cobra Norato*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ECO, Umberto. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva – por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.
- MCLUHAN, Marshall. *MucLuhan por MucLuhan: conferências e entrevistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- RODRIGUES, Valter A. Poder e (im)potência da mídia: a alegria dos homens tristes. In: *Comunicação na polis: ensaios sobre mídia e política*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Notas

¹ Peter Burke e Asa Briggs, em “A História Social da Mídia” (2004), afirmam que após a segunda metade do século XX, Rupert Murdoch se transformou em um dos maiores magnatas da mídia. Em 1969 ele adquiriu *O News of the World*, em 1981 comprou *The Times*, dentre outros jornais. Em 1948, a Twentieth Century Fox tentou comprar a ABC. Atualmente, Murdoch conta com a expansão da FOX, confirmada a partir do sucesso de *Os Simpsons* nas últimas duas décadas. Grande parte da programação dos canais FOX são preenchidos com a família politicamente incorreta de Homer e Marge Simpson.

² Simpsonizar consiste no ato de transformar um personagem real, ou ficcional em um avatar de Simpson. Tal recurso pode ser utilizado oficialmente pelos produtores da série que criam personagens simpsonizados a partir de realidades ou celebridades dos diversos países do mundo. Outro ponto importante é que a criação de um avatar de Simpson pode ser usado por internautas, empresas e diversas organizações que procuram se comunicar via internet, apropriando-se da comunidade de sentido simpsoniana. Para maiores esclarecimentos sobre o termo, ver: ALMEIDA, 2011.

³ Episódios em que os produtores do desenho fazem menção ao Brasil ou personalidades brasileiras: “A última tentação de Homer” (quinta temporada - 1993); “Lisa a vegetariana” (sétima temporada - 1995); “Marge não se orgulhe” (sétima temporada - 1995); “A família Cartuho” (nona temporada - 1997); “A banha do baile” (décima temporada - 1998); “Homer: o fazendeiro” (décima primeira temporada -1999) e “O feitiço de Lisa” (décima terceira temporada – 2001-2002).

⁴ A boiuna é uma serpente gigante que simbolizou o Brasil, principalmente a partir do movimento modernista, com a obra literária *Cobra Norato* de Raul Bopp (2009). Segunda a lenda amazônica a “Cobra Grande” engolia os homens e apavorava as tribos ribeirinhas.

Texto recebido em 02/04/2012. Aprovado em 10/05/2012.

MALATIAN, Teresa. *Dom Luís de Orléans e Bragança: peregrino de impérios*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, 268p.

Armando Alexandre dos SANTOS*

Não é fácil escrever uma biografia longamente esperada e várias vezes anunciada, sobretudo quando ela exige pesquisa demorada em arquivos muito diversos e por vezes de difícil acesso. Foi essa, por certo, a dificuldade que retardou tanto a publicação de uma biografia cabal de D. Luís de Orléans e Bragança (1878-1920), personagem de vida muito intensa, com notas romanescas e atuação política digna de nota.

Entre 1908 e 1914, D. Luís de Orléans e Bragança (1878-1920), segundo filho da Princesa Isabel e indicado por ela como seu sucessor dinástico, desenvolveu intensa campanha pela restauração monárquica no Brasil. Tal atuação (precedida de uma malograda e espetacular tentativa de desembarque no território brasileiro, cujo acesso era vedado à Família Imperial pela Lei do Banimento) deu-se, sobretudo, por meio de assídua correspondência com pessoas-chave da intelectualidade, dos meios políticos e militares brasileiros, e pela divulgação sistemática, no Brasil, de seus manifestos políticos e livros, bem como de outros materiais de propaganda. O real alcance dessa campanha, apontado por Gilberto Freyre como objeto digno de estudo, ainda está para ser bem avaliado.

A enorme quantidade de cartas escritas pelo príncipe e a dispersão dos seus arquivos tornou a redação de sua biografia (também recomendada por Freyre) em extremo dificultosa. Diversas tentativas não chegaram a bom termo. Finalmente, em 2010 a Prof^ª Teresa Malatian, da UNESP, depois de intensa e prolongada pesquisa em arquivos públicos e privados de vários pontos do Brasil e nos Estados Unidos, completada por visitas a Eu e Dreux, na França, e Wienerneustadt, na Áustria, publicou tal biografia, que se insere no contexto de uma linha de pesquisa que desde o tempo de seu mestrado, e agora na orientação de vários pós-graduandos, a autora vem desenvolvendo. Trata-se de estudar o monarquismo brasileiro nas décadas que se seguiram à proclamação, em 15 de novembro de 1889, do novo regime.

Essa proclamação nem de longe resultou de um movimento popular majoritário. Na realidade, os republicanos brasileiros eram uma minoria muito pequena, quase

* Mestrando em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. E-mail: asantos@uol.com.br

inexpressiva em termos eleitorais. Dominavam, isso sim, alguns setores influentes da intelectualidade, dos meios urbanos e, sobretudo, das forças armadas. O levante de 15 de novembro foi, a bem dizer, um golpe de surpresa, vitorioso graças à passividade do velho imperador – que constava já estar sofrendo, àquela altura, da avançada diabete que o mataria dois anos depois – e à indiferença, quase atonia, do país inteiro. Na frase célebre de Aristides Lobo – um dos articuladores do golpe e ministro do primeiro Governo Provisório da República – o país presenciou a proclamação da República “bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” (crônica publicada pelo Diário Popular, de S. Paulo, de 18-11-1889).

Nos anos que se seguiram à proclamação, os acontecimentos se precipitaram. Assistiu-se a uma adesão em massa, de caráter nitidamente oportunista, ao novo regime. Na expressão sempre lembrada de Carlos de Laet, “um imenso emplastro adesivo” cobriu a nação inteira. Os jornais da segunda quinzena daquele novembro estão cheios de “a pedidos” de antigos titulares do Império ou possuidores de condecorações do regime deposto, declarando-se republicanos de longa data, renunciando às honras que haviam recebido da monarquia e assegurando fidelidade e desejo de colaboração com o novo regime.

Não obstante, este não parecia estar inteiramente seguro de si, pois já no dia 23 de dezembro, cinco semanas após a proclamação, o Governo Provisório deu a público o decreto 85-A, pelo qual criava um tribunal de exceção, composto exclusivamente de militares nomeados pelo Ministro da Guerra, com a finalidade de julgar sumariamente, em corte marcial, quaisquer indivíduos “que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar”.

O tradicional bom humor dos cariocas logo apelidou como “decreto-rolha” esse instrumento legal, por tapar a boca de oposicionistas. E foi como “decreto-rolha” que ele passou para a História.

Pouco depois, na primeira Constituição Republicana, de 1891, foi instalada uma cláusula-pétrea proibindo que sequer pudesse ser objeto de consideração do Legislativo qualquer proposta de modificar a forma republicana de governo (art. 90, § 4º). Essa cláusula tornava, *ipso facto*, fora da lei e sediciosa qualquer forma de propaganda do regime anterior, ainda que meramente no campo intelectual ou cultural. Entendida estritamente, o regime deposto não poderia ser elogiado de forma alguma, somente

criticado, e o regime novo também não poderia ser criticado de nenhum modo, tão-somente louvado.

É claro que o bom senso não permitiu que as coisas fossem entendidas sempre de modo tão radical. Mas na verdade foi sob esse arcabouço legal – o do decreto-rolha, abrogado e superado, mas na sua essência confirmado pela cláusula-pétrea da Constituição de 1891 – que ocorreu, na primeira década republicana, violenta repressão contra monarquistas, com empastelamento de jornais, numerosos assassinatos e até cenas isoladas de linchamento. Foi também nesse clima psicológico que ocorreram a Revolução Federalista e a concomitante Revolta da Armada, de 1893, e poucos anos depois, o massacre de Canudos, que até hoje apresenta aspectos misteriosos ainda por serem inteiramente esclarecidos.

O resultado dessa violenta repressão é que o monarquismo no Brasil ficou amedrontado, temeroso, refugiando-se numa espécie de saudosismo inócuo que o regime republicano acabou tolerando e deixando em relativa paz. Tentativas ou articulações isoladas de levantes monárquicos ainda ocorreram, mas se afiguraram veleidades quixotescas rapidamente subjugadas. Talvez a mais expressiva e notória dessas tentativas tenha sido o levante de 1902, ocorrido no interior do Estado de São Paulo, na região de Araraquara, estudada, do ponto de vista sociológico, pelo Prof. Osmar Assis Gobatto, da UNESP de Araraquara, em sua tese de doutorado.

O monarquismo brasileiro nesse período conturbado foi estudado em profundidade, numa perspectiva histórica mais ampla, na tese de doutorado da Prof^a Maria de Lourdes Mônaco Janotti, da USP, editada pela Brasiliense com o título *Os Subversivos da República*. Segundo nos informou pessoalmente a autora, esse livro, há muito esgotado, deve ser em breve reeditado.

A República, depois de complicados problemas financeiros, decorrentes do famoso Encilhamento, e depois de não menos sérios problemas políticos e militares internos, afinal se consolidou razoavelmente, especialmente no governo de Campos Salles. Uma administração séria, conduzida pelo Ministro Joaquim Murinho, saneou as finanças públicas. A bem conduzida ação diplomática do Itamaraty, levada a efeito pelo Barão do Rio Branco, assegurou paz externa (várias vezes ameaçada de conflitos, especialmente com a Argentina); uma hábil atuação em questões de limites submetidas a arbitragem garantiu ao Brasil a resolução de casos muito antigos, com países vizinhos, quase sempre em sentido muito favorável, consolidando nossas fronteiras e ajudando poderosamente a consolidar, também, o próprio regime republicano.

Foi aí, cerca de 20 anos após a proclamação da República, que começou a atuar politicamente o personagem estudado pelo livro da Prof^a Malatian.

Dos três filhos da Princesa Isabel e do príncipe francês Gaston d'Orléans, Conde d'Eu, D. Luís (1878-1920) foi, sem dúvida, o mais destacado. O primogênito, D. Pedro de Alcântara (1875-1945), preferiu conduzir sua vida privada, como chefe de família, longe do foco das lutas políticas. Casou em 1908 com uma condessa tcheca, tendo antes do casamento renunciado, por si e por todos os seus futuros descendentes, a quaisquer hipotéticas pretensões ao trono do Brasil. Faleceu em 1945, sem nunca ter tido atuação política. O mais novo, D. Antônio (1881-1918), morreu solteiro, pouco depois de terminada a Primeira Guerra Mundial, num avião militar inglês que se acidentou, e tampouco atuou politicamente.

Foi tão-só D. Luís que teve uma participação política digna de nota, se bem que rápida, quase meteórica, especialmente entre 1908, quando assumiu, pela renúncia do irmão mais velho, a condição de herdeiro imediato da Princesa Isabel na sucessão imperial, e 1914, quando rebentou a Guerra e, assim como seu irmão mais jovem, alistou-se como voluntário, na defesa dos aliados contra os Impérios Centrais. Alguns meses de luta intensa minaram irremediavelmente sua saúde, que nunca tinha sido boa. Contraiu uma tuberculose óssea que o paralisou, arrastando, depois disso, alguns anos de sobrevivência muito comprometida, falecendo, afinal, em 1920, aos 42 anos de idade. Deixou como herdeiro seu filho Dom Pedro Henrique de Orléans e Bragança (1909-1981).

Poucas semanas depois de sua morte, o Presidente Epitácio Pessoa assinou decreto abolindo incondicionalmente a “Lei do Banimento”, que vigorava desde 1889, e permitindo que retornassem ao Brasil os descendentes do Imperador. A Princesa Isabel, já muito idosa, não mais estava em condições de retornar, e dos seus filhos, o único que poderia representar ameaça ao regime, tinha sido sepultado. Morto D. Luís, a Família Imperial não representava mais risco próximo, para o regime republicano.

Esse é, em resumo, o biografado da Prof^a Malatian. Trata-se de uma biografia, como ela esclarece na introdução, *sui generis*. Uma biografia clássica normalmente segue uma ordem cronológica, enfocando em profundidade os principais aspectos da vida e obra do biografado. A autora, porém, preferiu selecionar, na vida de D. Luís, os aspectos de maior relevância para a história política, e optou por combinar a linha cronológica com o enfoque temático.

O livro é estruturado em doze capítulos, nos quais acompanhamos a Educação do Príncipe, inicialmente no Brasil, no seu círculo familiar e sob a orientação do preceptor,

Ramiz Galvão; depois na França, em escolas de Versalhes e Paris, seguidas do período de formação militar, numa academia austríaca. Depois, acompanhamos as viagens do Príncipe pelos quatro continentes, das quais resultaram diversos livros de viagens: *Dans les Alpes* (1901), *Tour d'Afrique* (1902), *À travers l'Hindo-Kush* (1906), *Sous la Croix-du-Sud* (1902).

O capítulo 6 (Sob o Cruzeiro do Sul) trata em pormenores da viagem ao Brasil, em 1907, quando foi impedido de desembarcar no Rio de Janeiro, numa tentativa gorada, mas que constituiu, sem dúvida, um golpe publicitário muito bem sucedido, para a propaganda monárquica, pois punha a nu a insegurança do regime e o forçava a uma antipática exibição de força.

O longo noivado e o casamento de D. Luís, assim como o acordo de família pelo qual seu irmão renunciou, antes de por sua vez também casar, aos seus direitos dinásticos, são o objeto do capítulo 7 (Casamento), que inclui também informações muito interessantes sobre o chamado Acordo de Bruxelas, pacto de família estabelecido pelo Conde d'Eu e seus filhos com outros ramos da Casa de Orléans, a respeito de eventuais direitos à sucessão da coroa francesa.

A intensa propaganda política de D. Luís já como pretendente oficial, seus dois manifestos, o de Cannes (1909) e o de Montreux (1913), as repercussões destes no Brasil, seu relacionamento por vezes conflituoso com a velha guarda do Diretório Monárquico, sua correspondência com brasileiros de todos os quadrantes ideológicos da época, especialmente intelectuais, políticos e militares, seu decidido apoio ao governo Hermes da Fonseca, sua grande preocupação com a questão social, tudo isso é enfocado em pormenores nos capítulos 8 (Pretendente) e 9 (Jornadas audaciosas). Talvez nesses capítulos, mais do que em todo o resto do livro, fica patente o grande trabalho de pesquisa que a obra exigiu. Documentos inéditos enriquecem esses capítulos de modo muito especial.

Depois, seguem o relato minucioso das atividades do biografado na Guerra (Capítulo 10 – A inútil carnificina) e, no capítulo 11 (Momentos finais), o relato do ocaso de sua vida.

É obra séria, bem fundamentada e bem escrita. Do ponto de vista da pesquisa, é amplíssima e muito abrangente, tendo a autora esgotado todos os numerosos arquivos a que teve acesso, em toda a medida em que a eles teve acesso, e reconhecendo que muito mais material haveria a pesquisar, se dispusesse de tempo e possibilidade de acesso a

outros arquivos. Nesse sentido, reconhece que é uma biografia não definitiva, podendo vir a ser, mais tarde, completada à luz de documentos novos.

De qualquer forma, é uma biografia cabal, que preencheu uma lacuna historiográfica e por certo se constituirá obra de referência indispensável a quem estude o tema do monarquismo brasileiro e, mais amplamente, a história do Brasil no período da *Belle Époque*.

Tem, ademais, o mérito de ser muito bem escrita, em estilo fluente e agradável de ler, o que a torna acessível ao grande público, sem embargo de seu caráter acadêmico e rigor científico. Um dos méritos, aliás, da Prof^a Malatian, e não o menor deles, foi o de não ter cedido à tentação fácil de escrever um livro sensacionalista para ir às paradas dos *best-sellers*, porém não condizente com a postura acadêmica. A professora preferiu escrever um livro discreto e sério. Provavelmente escreveu um livro com vocação para se tornar clássico, referencial seguro para quem deseje estudar, com seriedade, esse período histórico.